

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PRISCILLA OLIVEIRA CARNEIRO

**TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR E SAÚDE DE
PROFESSORES: estado do conhecimento em teses e dissertações da
UFMG**

Uberaba - MG
2014

PRISCILLA OLIVEIRA CARNEIRO

**TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR E SAÚDE DE
PROFESSORES: estado do conhecimento em teses e dissertações da
UFMG**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a Dr^a Sálua Cecílio.

Uberaba - MG
2014

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

C215t Carneiro, Priscilla Oliveira.
Trabalho docente no ensino superior e saúde de professores: estado do conhecimento em teses e dissertações da UFMG / Priscilla Oliveira Carneiro. – Uberaba, 2014.
180 f. : il. Color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2014.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sálua Cecílio.

1. Professores. 2. Trabalho. 3. Saúde. 4. Ensino superior. 5. Tecnologia. I. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. II. Título.

CDD 371.1

PRISCILLA OLIVEIRA CARNEIRO

**TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR E SAÚDE DE
PROFESSORES: estado do conhecimento em teses e dissertações da
UFMG**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 28/11/2014

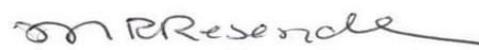
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Sálua Cecílio (Orientadora)
UNIUBE-Universidade de Uberaba



Profª Drª Maria Vieira Silva
UFU-Universidade Federal de
Uberlândia



Profª Drª Marilene Resende Ribeiro
UNIUBE-Universidade de Uberaba

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, pela proteção e força para enfrentar essa jornada.

Em especial à minha mãe, ao meu pai (*in memoriam*), à minha irmã e ao meu esposo, que são as bases da minha vida.

Vocês compreenderam minhas ausências, torceram por essa conquista e alegraram os meus dias. Muito me ajudaram na construção do caminho que me fez chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

“Tudo posso naquele que me fortalece” (Filipenses 4:13).

Este trabalho representa mais uma etapa e conquista na minha vida pessoal, profissional e acadêmica. Primeiramente agradeço ao meu supremo Deus, por permitir que este sonho se tornasse realidade e por colocar anjos em minha vida para me fortalecer, proteger, guiar e iluminar nesta intensa jornada.

Agradeço a todas as pessoas que me apoiaram e acreditaram na conquista deste sonho e especialmente aos meus familiares e ao meu esposo por alegrarem os meus dias e me fazerem acreditar que seria capaz de tornar possível a realização deste sonho.

Obrigada à minha querida amiga, professora e orientadora Sálua Cecílio, que despertou em mim a vontade de pesquisar e criar, e com o seu jeito carinhoso e humilde, foi colaborando para a realização deste sonho e para o meu crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional. A sua paciência, incentivo e vocação para ensinar foram primordiais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço à Universidade de Uberaba (UNIUBE) pelo acolhimento, e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, que cooperaram com o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos colegas da 10ª Turma do Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, pelos momentos de aprendizado, alegrias, insegurança e incertezas que passamos juntos.

O meu muito obrigada às professoras Maria Vieira Silva, Marilene Resende Ribeiro e Ana Maria Esteves Bortolanza, por aceitarem o convite para participar da banca, dedicando o seu carinho, experiência, compreensão e atenção com a pesquisa. Obrigada pelas considerações preciosas que fizeram em relação a este trabalho.

A todos os familiares e amigos que, apesar de não terem sido citados aqui, estão presentes nos meus agradecimentos, pelo carinho, companheirismo, incentivo e amizade ao longo de minha vida e no alcance dos meus objetivos.

Obrigada a todos os autores pelas produções que foram fundamentais para a construção do quadro teórico e para os resultados desse trabalho.

Ao Programa de Apoio à Qualificação (QUALI-UFU), da Universidade Federal de Uberlândia, pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste sonho.

Muito obrigada!

RESUMO

As transformações no mundo do trabalho, associadas às alterações tecnológicas em expansão e à reestruturação produtiva, têm atingido o trabalho e a saúde de docentes. Nessa direção, esta pesquisa, de natureza teórica, do tipo estado do conhecimento e de abordagem qualitativa, analisa de que modo, e sob quais condições, a precarização do trabalho interfere na saúde de professores universitários e como isto tem sido tratado na produção científica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na forma de teses e dissertações e disponíveis na sua biblioteca digital. Vinculada à linha de pesquisa Desenvolvimento Profissional, Trabalho Docente e Processo Ensino-Aprendizagem do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIUBE, visa mapear e indicar as tendências teóricas e metodológicas sobre o tema, tendo em vista a recuperação e a análise dos pontos comuns à produção do conhecimento sobre precarização do trabalho docente e saúde dos professores. O referencial teórico apoia-se principalmente nas contribuições de Giovanni Alves (2000, 2011); Antunes (2007, 2009); Frigotto (2010); Linhart (2007) e Marx (1844). Para as questões da saúde se recorre em especial a Bonetti (2006); Carlotto (2002); Martinez (2010); Oliveira e Assunção (2010); Porto; Reis; Andrade; Nascimento e Carvalho (2004). A metodologia incluiu busca de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Psicologia, na base de dados da UFMG, utilizando oito termos descritores, para busca em título e palavras-chave: ensino superior privado; condições de trabalho; precarização; reestruturação produtiva; organização do trabalho; educação a distância; intensificação do trabalho e superior. Após a busca, procedeu-se à seleção das produções pelo título, conferindo sua relação com a pesquisa. Em seguida, realizou-se a leitura dos resumos das produções selecionadas pelo título, tendo como resultado nove produções; sendo uma descartada na etapa da leitura integral. Definida a amostra de duas dissertações e seis teses, procedeu-se à leitura integral das produções e ao preenchimento de uma Ficha de Identificação para a sistematização do conteúdo. Nela foram registrados os pontos comuns sobre precarização do trabalho docente e saúde de professores, para posterior análise à luz do referencial teórico utilizado e em confronto com a literatura. Os resultados indicam que o trabalho pode ser fonte de prazer e de sofrimento; favorecer o surgimento de problemas de saúde e acarretar prejuízos à qualidade de vida e ao próprio trabalho de professores. Com uma evidente expansão do ensino superior no Brasil, tem-se uma precarização das condições de trabalho, modificando a vida e a atuação de professores, expondo-os ao sofrimento e mal-estar. São muitas as dificuldades relacionadas ao trabalho docente. Dentre elas, estão os baixos salários, desvalorização profissional, falta de autonomia, competitividade, estresse, uma lógica do produtivismo gerando intensificação e sobrecarga de trabalho, que concorrem para o individualismo e o isolamento dos profissionais; o que tem contribuído para o aparecimento de problemas ergonômicos, vocais, mentais e funcionais, que afetam a saúde de professores. Os mais comuns são LER/DORT, disfonia e a síndrome de *Burnout*. Como reflexos do novo mundo do trabalho, tem-se muitos profissionais doentes pelas condições precárias de trabalho, decepcionados e desestimulados com a profissão.

Palavras-chave: Trabalho precarizado. Profissão docente. Saúde. Tecnologias digitais. Ensino superior.

ABSTRACT

The changes in the working world, associated with technological change and expanding the productive restructuring, have hit the work and health of teachers. In this sense, this research, theoretical, state type of knowledge and qualitative and quantitative approach, looks at how, and under what conditions, precarious employment interferes with the health of university professors and how this has been handled in production Science of the Federal University of Minas Gerais (UFMG), in the form of theses and dissertations available in your digital library. Linked to Professional Development research line, Teaching Work and Process Teaching and Learning Graduate Program in Educational UNIUBE, aims to map and indicate the theoretical and methodological trends on the subject, with a view to recovery and analysis of common points the production of knowledge about casualization of teaching and health of teachers. The theoretical framework relies mainly on contributions of Giovanni Alves (2000, 2011); Antunes (2007, 2009); Frigotto (2010); Linhart (2007) and Marx (1844). For the health issues we resort especially Bonetti (2006); Carlotto (2002); Martinez (2010); Oliveira and Assumption (2010); porto; kings; Andrade; Birth and Carvalho (2004). The methodology included search of dissertations and theses of Graduate Programs in Education and Psychology in UFMG database, using eight descriptors, to search title and keywords: private higher education; working conditions; insecurity; productive restructuring; organization of work; distance education; intensification of work and higher. After the search, proceeded to the selection of productions for the title, giving its relation to research. Then there was the reading of abstracts of the productions selected for the title, resulting in nine productions; being a discarded in the full reading stage. Set the sample two dissertations and theses six, proceeded to the full reading of production and the completion of a Challenge Sheet for the systematization of the content. In it the common points on casualization of teaching and health teachers were recorded for further analysis in the light of theoretical analysis and comparison with literature. The results indicate that the work can be a source of pleasure and pain; encourage the emergence of health problems and cause damage to the quality of life and own work of teachers. With a clear expansion of higher education in Brazil, has become a precarious working conditions by modifying the life and the work of teachers, exposing them to suffering and malaise. There are many difficulties related to teaching. Among them are low wages, professional devaluation, lack of autonomy, competitiveness, stress, productivism logic generating intensification and work overload, contributing to the individualism and isolation of professionals; which has contributed to the appearance of ergonomic problems, vocal, mental and functional, affecting the health of teachers. The most common are RSI / MSDs, dysphonia and the burnout syndrome. As the new world of work reflexes, many patients professionals has by poor working conditions, disappointed and discouraged with the profession.

Keywords: Precarious work. Teaching profession. Health. Digital technologies. Higher education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01-	Instituições Públicas Brasileiras que aderiram ao Enem 2014, como critério geral e/ou parcial, por região	30
Quadro 02-	Classificação das doenças segundo sua relação com o trabalho	58
Quadro 03-	Levantamento parcial de artigos e dissertações	70
Quadro 04-	Teses e dissertações selecionadas pelo título	73
Quadro 05-	Teses e dissertações selecionadas pelo resumo no banco de dados da UFMG, nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Psicologia	74
Quadro 06-	Produções constitutivas do material da pesquisa	80
Quadro 07-	Eixos temáticos e autores de referência	82
Quadro 08-	Objetivos das produções analisadas, conforme seus autores	84
Quadro 09-	Mal-estares do teletrabalhador docente, conforme participantes da pesquisa de Mill (2006)	92
Quadro 10-	Recortes das produções acerca das modificações e exigências do mundo do trabalho docente	98
Quadro 11-	Fatores que favorecem o adoecimento com base em Mota (2011)	106
Quadro 12-	Doenças e fatores que se configuram como fatores negativos sobre o trabalho docente com base em Fidalgo (2010)	107
Quadro 13-	Percepção dos investigados por Mill (2006) sobre a relação entre o trabalho docente pela Internet e a vida privada do trabalhador	107
Quadro 14-	Aspectos desagradáveis do trabalho na educação a distância, conforme participantes da pesquisa de Mill (2006) e Neves (2011)	107
Quadro 15-	Fatores que favorecem o adoecimento com base em Fidalgo (2010)	109
Quadro 16-	Meios utilizados para melhorar o relacionamento com o trabalho e com outras esferas importantes da vida, segundo Fidalgo e Mota	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição dos Docentes em exercício na Educação Superior de Graduação por Regime de Trabalho, segundo a Categoria Administrativa – Brasil – 2012	48
Gráfico 2- Quantidade de dissertações e teses publicadas por ano (2008-2013) conforme banco de dados da UFMG	71
Gráfico 3- Publicações por área de conhecimento, ano (2008-2013) com base no banco de dados da UFMG	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Número de Instituições de Educação Superior, Públicas e Privadas, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2012	29
Tabela 2-	Resultados da coleta de dados realizada no banco de dados da UFMG, utilizando-se termos descritores combinados	71

LISTA DE SIGLAS

ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET-RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica
CESAT	Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
EaD	Educação a Distância
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GESTRADO	Grupo de Estudos sobre Políticas Educacional e Trabalho Docente
IES	Instituições de Ensino Superior
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFBaiano	Instituto Federal Baiano
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFEs	Instituições Federais de Ensino Superior
IFF	Instituto Federal Fluminense
IF-Farroupilha	Instituto Federal Farroupilha
IFG	Instituto Federal de Goiás

IFGoiano	Instituto Federal Goiano
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IFPA	Instituto Federal do Pará
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFRR	Instituto Federal de Roraima
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFRS	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IFSertão	Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ISEs	Institutos Superiores de Educação
IFSudesteMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
IFSuldeMinas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas Gerais
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LER	Lesões por Esforços Repetitivos
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAS	Processo Seletivo de Avaliação Seriada
PPGPSI	Programa de Pós-Graduação em Psicologia

ProExt	Programa de Extensão Universitária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SciELO	Scientific Eletronic Library Online
SEE-MG	Secretaria de Educação de Minas Gerais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SMED-BH	Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEAP	Universidade do Estado do Amapá
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Federal de Londrina
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UEMS	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins

UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEMAT	Universidade do Estado do Mato Grosso
Unesp	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste – PR
Unifal	Universidade Federal de Alfenas – MG
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Unipampa	Universidade Federal do Pampa
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIUBE	Universidade de Uberaba
UNIVASF	Universidade Federal do Vale São Francisco
UPE	Universidade de Pernambuco
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

	PRÓLOGO	17
	INTRODUÇÃO	18
1	QUADRO TEÓRICO E CONSTRUÇÃO DO OBJETO	24
1.1	Ensino superior no Brasil	24
1.2	Trabalho docente: natureza e dimensões	31
1.3	Ontologia do Trabalho no capitalismo flexível	34
1.4	Reestruturação produtiva e trabalho docente: rumos e tendências de emprego, carreira e desenvolvimento profissional	40
1.5	Trabalho e saúde: conteúdos e natureza de uma relação	55
2	NATUREZA E METODOLOGIA DA PESQUISA	65
2.1	Tipo de estudo	65
2.2	Metodologia	67
2.2.1	Coleta de Dados	69
2.3	Resultados	70
3	TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR E SAÚDE DE PROFESSORES: O QUE DIZEM AS TESES E DISSERTAÇÕES DA EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA DA UFMG?	77
3.1	UFMG: contexto institucional e produção do conhecimento	77
3.2	Os Programas de Pós-Graduação: Educação e Psicologia	78
3.3	Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente – GESTRADO	79
3.4	As produções e seus aspectos descritivos	79
3.5	A produção do conhecimento	86
3.5.1	<i>Trabalho e Saúde: aproximações e semelhanças das temáticas e dos conteúdos.</i>	86
3.5.2	<i>Problemas de saúde</i>	94
3.6	Trabalho docente: tipos de análises e áreas do conhecimento	98
3.6.1	<i>Precarização: significados, autores de referência e abordagens nas produções.</i>	101
3.6.2	<i>Precarização na formação de professores</i>	104
3.6.3	<i>Precarização e processo saúde e doença do profissional docente</i>	105
3.6.4	<i>Precarização do trabalho: estratégias docentes para seu enfrentamento</i>	110
3.6.5	<i>Precarização: interferências no desenvolvimento do trabalho de professores</i>	115
	GUIA DE CONCLUSÃO	118

REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE A – MODELO DE PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES	135
APÊNDICE B – PLANILHA DE SELEÇÃO DAS PRODUÇÕES	136
APÊNDICE C – MODELO DA FICHA DE IDENTIFICAÇÃO	147
APÊNDICE D – OBRAS SELECIONADAS PELO TÍTULO, NA UFMG, NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA	148
APÊNDICE E – PESQUISADORES DO GRUPO DE ESTUDOS GESTRADO	152
APÊNDICE F – CURSOS DE GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, DOUTORADO E MESTRADO OFERECIDOS PELA UFMG	153
APÊNDICE G – REFERENCIAL TEÓRICO DAS PRODUÇÕES ANALISADAS	156
APÊNDICE H – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA TESE – FIDALGO (2010)	161

PRÓLOGO

O interesse em pesquisar o trabalho docente no ensino superior, especialmente a organização e as condições de trabalho e saúde desses profissionais, decorre da minha formação inicial em enfermagem e a minha experiência profissional como docente na área. Acredito que o trabalho dos professores é de fundamental importância para a construção e formação de indivíduos e futuros profissionais para o mercado de trabalho, mas é uma profissão que tem sido afetada por diversas condições precárias ligadas às mudanças do novo mundo do trabalho que atingem sua natureza e organização.

Logo após a conclusão da minha graduação e especialização, fui docente em uma instituição de ensino superior privado, na modalidade presencial e vínculo horista, e a partir dessa experiência, surgiu o interesse em compreender como o trabalho do professor universitário tem sido submetido às mudanças do mundo capitalista. Minha experiência na docência foi de aprendizagem e de amor pelo trabalho desenvolvido. Mas, também de um trabalho precário e intensificado, em que era necessário conciliar mais de um vínculo empregatício com jornadas extensas, tendo pouco tempo disponível para atividades com a família e o lazer, e sobrecarga de trabalho foi um movimento quase natural. Isso me levou a fazer uma reflexão sobre o trabalho do professor universitário e suas tão íntimas ligações com a sua vida.

A precarização dos processos de trabalho vem sendo discutida e estudada por diversas áreas do conhecimento e vários autores. A minha inserção no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Uberaba (UNIUBE), aumentou mais o desejo de compreender e pesquisar a temática trabalho docente e saúde de professores universitários, e constitui uma grande oportunidade de melhoria da minha formação profissional e pessoal.

Dessa forma, esta dissertação denominada Trabalho docente no ensino superior e saúde de professores: estado do conhecimento em teses e dissertações da UFMG representa uma sistematização de meus interesses acadêmicos e científicos, além de ter facilitado interagir com a produção da Universidade Federal de Minas Gerais. Conforme o indicado no título, conhecer as condições do trabalho docente e as implicações para a saúde destes profissionais no contexto do ensino superior brasileiro, público e privado, nas modalidades presencial e a distância, foi muito relevante. Permitiu demonstrar os pontos comuns que marcam a produção do conhecimento sobre precarização do trabalho docente e saúde dos professores, na forma de teses e dissertações.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, o trabalho é reconhecido como qualquer atividade produtiva, mental ou física, que transforma a natureza e o homem, produzindo bens materiais ou serviços, com o objetivo de sobrevivência. Desperta sentimentos diversos e tem significados múltiplos e às vezes contraditórios e ambivalentes. Para muitos é fonte de renda.

Em uma perspectiva marxiana, o trabalho para Vieira e Fonseca (2010, p.1) “envolve o dispêndio de energia física e mental”, com o objetivo de produzir um “bem de uso, proporcionando [...] a reprodução da vida humana”. Seguindo o raciocínio dos mesmos autores, o trabalho na educação inclui um esforço físico e mental, porém seu objeto é de difícil determinação. O trabalho docente - que envolve a relação saberes e condutas - conforme Hypolito e Grishcke (2013), é caracterizado como imaterial, enquanto não produz uma mercadoria palpável.

No mundo capitalista, os trabalhadores exercem suas atividades em troca de uma remuneração que, em muitos empregos, não é satisfatória como deveria. Também é fonte de prazer, autonomia, reconhecimento, organiza o encontro com o outro, é ordenador do tempo, constitui uma ocupação na vida do indivíduo, é uma maneira de lutar contra a monotonia e de passar o tempo, podendo de outra forma, causar sofrimento e adoecimento.

E não só representa aspectos positivos. Carrega significados negativos em seus conteúdos e organização. Por um lado dá sentido, significado e valor à vida, e por outro traz sofrimento, impede de viver e proporciona pouco tempo livre para aproveitar a vida. O trabalho docente não foge à regra. Como os demais, apresenta muitas exigências aos que o desempenham.

Espera-se que os profissionais da educação de modo geral, e em especial os que atuam na docência em ensino superior sejam modelos de professores dedicados à profissão, pesquisadores em sua área de atuação, responsáveis pelo desenvolvimento pessoal e profissional de seus alunos. É comum se ter em relação a eles uma expectativa de serem os responsáveis em desenvolver e promover a formação de novos profissionais para o mercado de trabalho, sem muitas vezes atentar ao que de fato são, como trabalham e o que sobre eles se pesquisa e se divulga.

É isto que esta pesquisa busca. Compreender o trabalho docente e como afeta os que o exercem. Neste sentido, espera-se poder contribuir para que, acadêmicos docentes e instituições de ensino em geral, possam, a partir do conhecimento sistematizado, repensar e reavaliar o lugar da educação e do professor na relação educação, trabalho e sociedade. Trata-

se, pois, de compreender melhor o significado, a historicidade e as possibilidades da profissão docente no cenário de hoje.

Dela poderão resultar contribuições para o avanço da investigação acerca do trabalho docente e saúde no ensino superior, como também para a visibilidade ao que se tem como tendências, divergências e pontos comuns na produção científica sobre a temática ou a aspectos a ela relacionados.

No contexto da revolução tecnológica e da reestruturação produtiva, a precarização do trabalho expressa alterações no mercado de trabalho, representadas pelo crescimento do trabalho informal, com várias formas de contratos flexíveis, e aumento do desemprego, com outras consequências diversas para o profissional. A análise do mundo do trabalho aponta variadas formas e modalidades de emprego e de contratações. Há algumas formas de contratações, como as flexíveis, precárias, sem vínculo empregatício, com pouca autonomia, trabalho horista, fragmentado e com baixos salários, que podem deteriorar a vida dos trabalhadores. As condições precárias de trabalho e emprego geram desproteção aos trabalhadores, intensificação e sobrecarga do trabalho e podem levar ao adoecimento.

Além desses efeitos, o trabalho pode apresentar ambivalências para quem o exerce. Assim, e considerando-se as transformações ocorridas no mundo do trabalho, e dado o interesse pessoal em compreender melhor o sentido do trabalho, em especial o do trabalho docente no ensino superior, este estudo busca a partir do conhecimento produzido, responder ao seguinte problema: considerado o contexto da revolução tecnológica e da reestruturação produtiva, como o trabalho flexível e suas manifestações precarizadas têm transformado o trabalho e a saúde dos docentes? Trata-se de identificar e compreender, a partir do conhecimento produzido, o que as transformações econômicas, sociais e tecnológicas acarretam para o trabalho dos professores, em especial quanto aos aspectos, características e condições a que eles estão submetidos, e os desafios que daí advêm para o seu desenvolvimento profissional e saúde.

A escolha da produção da UFMG como material de pesquisa se deve ao fato de ser uma instituição pública brasileira, com programas de Pós-Graduação em todas as áreas do conhecimento; serem seus programas bem avaliados pela CAPES, em que vários já conquistaram o nível de excelência; por ela fazer parte das 500 melhores universidades do mundo, conforme Ranking Acadêmico de Universidades do Mundo da Universidade Jiao Tong de Shanghai (2013) e por possuir um Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO).

O objetivo geral foi resgatar e analisar os pontos comuns que marcam a produção do conhecimento sobre precarização do trabalho docente e a saúde dos professores, na forma de dissertações e teses publicadas na UFMG. Foram objetivos específicos: investigar as semelhanças e as contradições das temáticas nas publicações encontradas; localizar e compreender a precarização do trabalho e suas interferências na relação saúde e doença do profissional docente e os modos que ele tem lidado com este problema; identificar as principais concepções teóricas que orientam a produção sobre a temática em estudo e sua explicitação ou não nas publicações; compreender se a precarização interfere no desenvolvimento e na execução do trabalho do professor universitário.

A metodologia incluiu a recuperação de dissertações e teses publicadas na base de dados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O levantamento de informações se deu a partir dos termos descritores: ensino superior, ensino superior privado, condições de trabalho, precarização, reestruturação produtiva, organização do trabalho, educação a distância e intensificação do trabalho.

Para a busca das produções, acessou-se a biblioteca digital da UFMG, utilizando a busca avançada no âmbito de dissertações e teses, usando os termos descritores isolados e combinados em palavras-chave e em título: ensino superior privado e condições de trabalho; ensino superior, privado e condições de trabalho; ensino superior privado e precarização; ensino superior privado e reestruturação produtiva; ensino superior privado e organização do trabalho; ensino superior e educação a distância; intensificação do trabalho e ensino superior; ensino superior; educação a distância e superior.

O registro e a tabulação das informações recuperadas foram feitos em uma planilha do Excel (Microsoft Office 2007), elaborada pela autora da pesquisa para indicar o material encontrado (APÊNDICE A). Para inclusão da produção no material de estudo foram considerados os seguintes critérios: a) ter sido publicado na base de dados da UFMG, nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Psicologia; b) ser em língua portuguesa. Foram excluídas as publicações com título e referências idênticas, evitando superestimar o número de trabalhos identificados na busca total, buscando assim identificar uma soma real quanto ao número de publicações sobre o tema.

Após o levantamento das produções, foi construída uma Ficha de Identificação, também de autoria da proponente (a) da pesquisa, como instrumento para registrar as leituras das dissertações e teses. Dela constam informações sobre: abordagem de pesquisa; tipo de pesquisa, métodos, etapas e procedimentos utilizados; referenciais teóricos; resultados e palavras-chave.

Com a conclusão do levantamento das obras, realizou-se uma segunda seleção para determinar quais obras deveriam ser analisadas. O critério de escolha definido para esta etapa foi a busca de obras pelo título, que apontassem alguma relação com os objetivos da pesquisa. Para tal, foram impressos os resumos, realizada a leitura, destacando as características relevantes conforme o objetivo da pesquisa.

Lidos os resumos, indicaram-se as informações na Ficha de Identificação e iniciou-se a leitura integral das publicações. Em seguida, pelo preenchimento da referida ficha, fez-se a sistematização do conteúdo, para posterior análise dos dados, à luz do referencial teórico adotado e em confronto com a literatura selecionada. Convém aqui destacar, que inicialmente, o estudo previa a busca de artigos científicos publicados na base de dados e sites do SciELO e Portal de Periódicos CAPES, além de dissertações publicadas nos sites da USP, UFMG e UNICAMP. Com o desenvolvimento da pesquisa, em fase posterior à qualificação e com a necessidade de mais foco no objeto, a metodologia sofreu transformações, conforme será detalhado no capítulo dois desta dissertação.

O referencial teórico apoiou-se em estudos sobre, a) trabalho e incluiu os seguintes aspectos: trabalho docente; precarização; flexibilização e reestruturação produtiva, segundo as contribuições de Marx (1844); Alves, G., (2000,2011); Lazzarato e Negri (2001); Vasapollo (2006); Linhart (2007); Antunes (2007,2009); Dal Rosso (2010); Frigotto (2010); dentre outros; b) emprego; profissão; mercado de trabalho; intensificação do trabalho; alienação; sindicalização; vocação e vocação profissional; carreira docente; formação e desenvolvimento profissional; papel e função do professor; produtividade e produtivismo a partir de documentos e estudos de Diniz (2001); Teodoro e Vasconcelos (2005); Brasil (2006,2011,2013); Bollmann (2010); Chiroque (2010); Pini (2010); Pochmann (2010); Rowe; Bastos e Pinho (2011); Dubar (2012) e dentre outros; c) educação superior; aspectos históricos do ensino superior no Brasil e legislação educacional brasileira, com base em Brasil (1996,2011,2013,2014); Vieira (2007); Cunha (2010); Fanfani (2010); Fidalgo (2010); Oliveira (2010); Teixeira (2010) e Vieira e Fonseca (2010). No que se refere à saúde e à relação trabalho/saúde e subjetividade, recorreu-se ao Ministério da Saúde (2001) e aos dados do INSS; Carlotto (2002); Silva (2004); Porto; Reis; Andrade; Nascimento e Carvalho (2004); Bonetti (2006); Teixeira; Pereira; Rocha; Santos e Merino (2009); Martinez (2010); Oliveira e Assunção (2010); Sampaio (2012); dentre outros. Sobre metodologia, análise de dados e tipo de estudo foram referências Ludke (1986); Biklen e Bogdan (1994); Ferreira (2002); Romanowski e Ens (2006); Minayo (2007); Severino (2007); Flick (2009); Souza e Magalhães (2011) e Ribeiro e Darsie (2012). Sobre produção do conhecimento forma

referência Campos (2002); Mill (2006); Inez (2007); Fidalgo (2010); Pinto (2010); Mota (2011); Neves (2011) e Oliveira, C., (2013).

A análise do trabalho docente supõe a retomada de sua natureza e seu significado histórico, articulações com a reestruturação produtiva e formatos de ingresso e permanência na profissão, com especial ênfase: a) nos significados e definições de educação, ensino superior, trabalho, ofício, vocação, emprego, trabalho docente, profissão, papel do professor; b) reestruturação produtiva, tecnologias, trabalho flexível, precarização e implicações para a saúde. A delimitação dos conceitos favorece o esclarecimento do lugar teórico de onde se parte para discutir as questões postas e encaminhar, em torno delas, os resultados e sua discussão. Desse modo, o conteúdo desenvolvido segue organizado em três capítulos.

O primeiro indica o quadro teórico e a construção do objeto. Trata do significado dos termos e das relações que compõem o objeto de estudo desta investigação e o contexto que o define. São recuperados, por meio da legislação brasileira, artigos e livros de referência, que permitam discutir o trabalho docente no ensino superior, especificamente a partir da década de 1990, quando são evidenciadas as mudanças no mundo do trabalho. A intenção é entender, a partir das relações evidenciadas entre globalização, tecnologias digitais e reestruturação produtiva, as implicações para a organização do trabalho docente, em suas formas flexíveis.

No segundo capítulo são discutidas a natureza do estudo e a metodologia da pesquisa. Nele se, detalham o tipo da pesquisa e os procedimentos nela desenvolvidos, de modo a explicitar o processo em suas fases e resultados. No terceiro capítulo são apresentados os resultados e seu tratamento, na perspectiva da análise de conteúdo do conhecimento sobre trabalho docente no ensino superior e saúde de professores, por meio das teses e dissertações das áreas de Educação e Psicologia da UFMG.

Por último seguem as considerações finais sobre a pesquisa, onde segue um pequeno número de produções na Universidade Federal de Minas Gerais, no referente ao trabalho docente e saúde de professores universitários. Por meio das oito produções analisadas, tem-se que o trabalho pode ser fonte de prazer e de sofrimento; causar problemas de saúde e prejuízos à qualidade de vida e ao trabalho de professores. De maneira geral, identificou-se que as condições precárias modificam a vida e o trabalho de professores, levando-os ao sofrimento e ao mal-estar. Além disso, houve conclusões semelhantes nas produções. Uma delas é que o trabalho docente no ensino superior está intensificado; com grande sobrecarga de trabalho, além de jornada excessiva de trabalho e de outros fatores que possibilitam o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho. A intensificação e a sobrecarga do trabalho podem estar relacionadas à auto-responsabilização do professor; e na modalidade a distância

isso parece estar relacionado ao elevado número de alunos e a expansão do tempo cronológico de trabalho.

Nas produções destacam-se análises indicando que no trabalho do professor universitário no Brasil ainda há muitas dificuldades, tais como: baixos salários, desvalorização profissional, falta de autonomia, competitividade, estresse, intensificação, uma lógica do produtivismo que tem gerado muita sobrecarga de trabalho e concorrido para a individualização e isolamento entre os profissionais. Isso tem colaborado para o surgimento de problemas que afetam a saúde de professores, como os ergonômicos, vocais, mentais e funcionais, gerando doenças. Dentre elas, as mais comuns são LER/DORT, disfonia e a síndrome de *Burnout*. Os reflexos do novo mundo do trabalho têm contribuído para que muitos profissionais sintam-se decepcionados com a ocupação docente, doentes pelas condições precárias de trabalho e desestimulados com a profissão.

De qualquer modo, destaca-se que o obtido pode contribuir para o avanço da área e favorecer uma sistematização de frentes de ação em relação a maiores cuidados com a saúde de quem trabalha como professor e tem na profissão o investimento permanente de sua própria vida. No contexto das atuais condições de trabalho, não é difícil que o professor venha a ter problemas de saúde. Novas frentes de trabalho podem ser desenvolvidas, a partir dos resultados desse estudo.

1 QUADRO TEÓRICO E CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Este capítulo trata do significado dos termos e das relações que compõem o objeto de estudo desta investigação - Trabalho docente e saúde de professores no ensino superior - e o contexto que o define. São recuperados, por meio da legislação brasileira, artigos e livros de referência, que permitam discutir o trabalho docente no ensino superior, especificamente a partir da década de 1990, quando no Brasil são evidenciadas importantes mudanças no mundo do trabalho. A intenção é entender, a partir das relações evidenciadas entre globalização, tecnologias digitais, reestruturação produtiva e organização do trabalho docente no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras.

1.1 Ensino superior no Brasil

O ensino superior é o nível da educação brasileira, especializado em formar indivíduos graduados em licenciatura, bacharelado e tecnologia. Por esta razão, é de especial importância traçar uma breve história do ensino superior brasileiro e da educação. A temática em questão aborda o trabalho dos que exercem a docência, seja como forma de trabalho, emprego, ofício ou profissão. Em qualquer dessas formas, os professores são tidos como responsáveis na participação ativa da construção e formação de novos profissionais.

A educação é um termo muito amplo e contempla vários significados. Na busca pela sua etimologia, tem-se que ela deriva do verbo em latim *educare*, cujo significado é “criar, nutrir e fazer crescer”. [...] significa “trazer à luz a ideia [...]” (MARTINS, E., 2005, p.3).

Há muitos estudos sobre o papel da educação na formação de indivíduos melhores e com condições de colaborar para o desenvolvimento de um país. Para Oliveira D., (2010), desde o início do Estado Moderno, a educação já é vista como uma maneira de manter a ordem social de uma nação, de promover a justiça social e possibilitar através da escola a capacitação para o trabalho. Silva, J. (2009) também atribui à educação papel relevante na construção do sistema social e da formação e desenvolvimento profissional e cultural do indivíduo. Em complementação a esses aspectos, interessam aqui, alguns marcos históricos na educação, a partir da década de 1990 e de 2000.

A década de 1990, conforme Fidalgo (2010, p.38-39), é marcada por um “expressivo aumento das matrículas em cursos presenciais oferecidos por IES privadas”, como resultado das políticas de mercantilização da educação superior, promovidas pelo Banco Mundial. Nesta mesma década tem-se a política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, que

contribuiu para a elevação do processo de privatização e degradação do ensino superior. A educação passa a ser vista como setor de serviços não exclusivos do Estado.

No ano de 1993, elaborou-se o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), instituído pelo Ministério da Educação (MEC), com o intuito de que as universidades instituíssem sistemas internos de avaliação. Em 1994, pela medida provisória de 18 de outubro de 1994, é criado o Conselho Nacional de Educação vinculado ao MEC, em substituição ao Conselho Federal de Educação. Neste mesmo ano institui-se o Processo Seletivo de Avaliação Seriada (PAS) que prevê ao candidato a um curso superior uma avaliação em três etapas consecutivas; sendo uma ao final de cada ano do ensino médio.

No ano de 1995, tem-se o Exame Nacional de Cursos (ENC), com a Lei 9131. Em 1996, tem-se o grande marco para a educação. É sancionada a Lei nº 9394, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para assegurar a avaliação das instituições de educação superior, dos cursos e do desempenho dos alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB/96), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e no artigo 205 refere-se à educação tanto para o exercício da cidadania, quanto para a qualificação. Portanto uma educação que prevê o conhecimento do conjunto de direitos e deveres perante a sociedade, como prepara e qualifica o indivíduo para o ingresso no mercado de trabalho.

Art. 205. A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, LDB, 1996).

Nesta mesma década, já em 1998, ocorre a instituição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), atualmente utilizado como forma de seleção unificada para os processos seletivos das universidades públicas federais do Brasil. Na mesma década, em 1999, é criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o objetivo de realizar financiamento para estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos.

A década de 2000 marcou-se pelo estabelecimento, em 2003, da estrutura regimental do MEC, por meio do Decreto nº 4.791, de 22 de julho de 2003. No mesmo ano, foi criado o Programa de Extensão Universitária (ProExt), com o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão para a implementação de políticas públicas. A criação do Programa Universidade para Todos

(PROUNI) se dá em 2004. Em 2005, foi oficialmente instituído o Programa de Educação Tutorial pela Lei 11.180/2005 e criado o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), proporcionando acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes).

Em 2006 têm-se o Decreto Federal nº 5.773, de 09 de Maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. O artigo 12, do capítulo II e seção II (BRASIL, 2006, p.5), reporta-se ao credenciamento das instituições de educação superior:

Art.12. As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como:
I- faculdades;
II- centros universitários; e
III- universidades.

No artigo 13 do mesmo decreto, tem-se referência ao funcionamento destas instituições:

Art.13. O início do funcionamento de instituição de educação superior é condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo Ministério da Educação.
§ 1º A instituição será credenciada originalmente como faculdade.
§ 2º O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as consequentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico da instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.
§ 3º O indeferimento do pedido de credenciamento como universidade ou centro universitário não impede o credenciamento subsidiário como centro universitário ou faculdade, cumpridos os requisitos previstos em lei.
§ 4º O primeiro credenciamento terá prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para universidades (BRASIL, 2006, p.5-6).

O Decreto nº 5.786, de 24 de maio de 2006 em seu primeiro artigo define os centros universitários:

Art.1º Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar (BRASIL, 2006, p.1).

Ainda segundo o mesmo decreto, em seu parágrafo único, diz-se:

Classificam-se como centros universitários as instituições de ensino superior que atendam aos seguintes requisitos:

I- um quinto do corpo docente em regime de tempo integral; e

II- um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado (BRASIL, 2006, p.1).

Os artigos 43 a 57 da LDB/96 (Brasil, 1996) tratam da educação superior, em sua estrutura e funcionamento. Conforme art.44 da LDB/96 a educação superior abrange os cursos sequenciais, os de graduação, os de Pós-Graduação e os cursos de extensão. O artigo 45 prevê que a educação superior poderá ser ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com variados graus de abrangência ou especialização.

A LDB sugere que os profissionais da educação são os graduados em licenciatura, no exercício da docência, ou os que cursaram administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, na condição de ocupantes de cargos administrativos. Conforme indicado no art. 66, prevê que: “A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de Pós-Graduação, prioritamente em programas de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1996, p.20). A mesma lei no (art.52, incisos I e II) estabelece que as universidades devem apresentar “um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado” e “um terço do corpo docente em regime de tempo integral” (BRASIL, 1996, p.16). Neste contexto e observada a legislação, a formação docente deve ser realizada nas universidades e nos institutos superiores de educação (ISEs).

No ano de 2007, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Em 2009, foi criado, pelo Ministério da Educação, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é uma plataforma virtual em que as instituições de ensino superior de todo o país ofertam vagas de cursos para os participantes do ENEM.

Além de tais medidas, não podemos deixar de evidenciar a Reforma Universitária de 1968. Foi um marco importante para a expansão do ensino superior, no Brasil. A Reforma Universitária de 1968, teve como “finalidade oferecer respostas às demandas crescentes por ensino superior [...] e ao mesmo tempo formar quadros deste nível de modo a dar substância ao crescimento econômico [...]” (VIEIRA, L., 2007, p.122). Desde então, o ensino superior vem passando por várias transformações e possibilitando o ingresso de um maior número de pessoas que antes não tinham a oportunidade de ingressar em uma instituição de ensino superior. O ingresso no ensino superior era voltado apenas para a classe elitizada, excluindo as outras classes da oportunidade de acesso ao ensino superior.

Segundo Libâneo (2007), a educação superior tem várias finalidades. Dentre elas, destacam-se: formação de profissionais, divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, desenvolvimento do pensamento reflexivo e espírito científico. Tais finalidades demonstram a importância do professor para a formação de novos profissionais, novos trabalhadores e para o desenvolvimento e transformação de indivíduos, da educação e do País.

A partir da década de 1990, houve uma rápida expansão de matrículas para novos ingressos no 3º grau, atendendo às necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, que tende a selecionar profissionais com um maior nível de escolarização.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em outubro de 2011, foi divulgado o resultado das principais informações do censo de 2010 da educação superior no Brasil. Participaram do censo 2.377 estabelecimentos de ensino superior no Brasil, com 29.507 cursos de graduação oferecidos e 6.379.299 matrículas no ano de 2010 (BRASIL, 2011, p.3). Ainda, conforme os dados do INEP (2011), o número de matrículas nos cursos de graduação, “aumentou em 7,1% de 2009 a 2010 e 110,1% de 2001 a 2010” (BRASIL, 2011, p.3). Essa expansão, de acordo com o INEP (2011), pode ser atribuída ao crescimento econômico do Brasil, exigindo uma mão de obra mais especializada, e ao somatório das políticas públicas com programas de incentivo ao acesso na educação superior. Dentre elas: “o aumento do número de financiamento (bolsas e subsídios) aos alunos, como os programas Fies e ProUni e o aumento da oferta de vagas na rede federal, via abertura de novos campi e novas IES, bem como a interiorização de universidades já existentes” (BRASIL, 2011, p.3).

O ensino superior no Brasil é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. O processo formativo pode ser de forma presencial, semipresencial e a distância (EaD).

A abertura de várias instituições públicas e privadas de ensino superior facilitou a presença de outras classes sociais além da elite. Esta expansão da educação pode ser interpretada como uma ação voltada para a democratização do ensino e a transformação social. Ao mesmo tempo, questiona-se se o “**acesso universal e gratuito** em todos os níveis educativos (desde o pré-escolar até a educação superior)” conforme Lemus (2010, p.1, grifo nosso), é suficiente para democratizar o ensino superior, promover a transformação social e sem apresentar riscos ao trabalho e ao desenvolvimento profissional dos docentes.

A preparação dos professores para o ensino superior é de grande importância, devido à sua responsabilidade e participação ativa na construção e formação de novos profissionais.

Os cursos de mestrado são tidos como o principal meio de preparação docente para o ensino superior, uma vez que “os programas de mestrado têm como objetivo proporcionar a seus participantes conhecimentos e habilidades para a realização de pesquisas científicas” (GIL, 2008, p. 20-21). Isso para que o professor não seja apenas um reprodutor, mas também um construtor de conhecimentos.

A partir de 2003 e conforme dados do MEC, a expansão das instituições públicas de ensino superior no Brasil conta com o REUNI, cujo objetivo é “ampliar o acesso e a permanência na educação superior” (MEC). A expansão se fez acompanhar pela interiorização dos campi das universidades federais, quando o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114, em 2003, para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi, que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

Segundo o INEP, em 2006 o País contava com 2.398 instituições de ensino superior, sendo 2.141 de capital privado. Em resultado do censo da educação superior de 2012, divulgado em 2013 (p.10), informa-se que o País possui 2.416 IES, com 31.866 cursos, 7.037.959 alunos matriculados e 1.050.413 concluintes em 2012.

Tabela 1- Número de Instituições de Educação Superior, Públicas e Privadas, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2012

Região	Instituição Pública	Instituição Privada
Norte	28	126
Nordeste	65	379
Sudeste	143	1.030
Centro-Oeste	19	217
Sul	49	360

Fonte: MEC/Inep (2013 p.14).

Este resultado deve-se às políticas e projetos que facilitam o acesso de alunos e professores à educação superior. Para o interessado em estudar em instituições públicas de ensino superior, há três formas de acesso. O vestibular - a mais tradicional, e é aplicado pela própria instituição; mede o conhecimento do estudante nas disciplinas cursadas no ensino médio. A Avaliação Seriada no ensino médio é outra forma, gradual e progressiva, de acesso ao ensino superior. Avalia o conhecimento do aluno ao término de cada fase do ensino médio. O Enem é mais uma forma de acesso; também avalia o conteúdo aprendido durante o ensino médio. São várias as instituições brasileiras que utilizam o Enem como critério de seleção, conforme é possível constatar no quadro 01.

Quadro 01- Instituições Públicas Brasileiras que aderiram ao Enem 2014, como critério geral e/ou parcial, por região

Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
UNB	UFAL	UFAC	UFES	UFPR
UFG	UFBA	UFAM	UFMG	UTFPR
UFGD	UFRB	UNIFAP	UFJF	UNILA
UFMT	UFC	UFPA	UFLA	UFRGS
UFMS	UNILAB	UFOPA	Unifal	UFCSPA
UEMS	UFPB	UNIFESSPA	UNIFEI	UFSM
UNEMAT	UFCG	UFRA	UFOP	UFPel
IF Goiano	UFMA	UFRR	UFSJ	FURG
IFMS	UFPE	UNIR	UFTM	Unipampa
IFG	UFRPE	UFT	UFU	UFSC
	UNIVASF	UEAP	UFV	UFFS
	UFPI	IFAP	UFVJM	UEL
	UFRN	IFPA	UNIRIO	UENP
	UFERSA	IFRR	UFF	UNICENTRO
	UFS	IFRO	UFRJ	Unioeste
	UNEB		UFRRJ	UERGS
	UESB		UNIFESP	UDESC
	UESC		UFABC	IFPR
	UECE		UFSCar	IF-Farroupilha
	UEPB		UEMG	IFC
	UPE		UENF	IFSC
	UESPI		IFES	IFRS
	UERN		IFTM	
	IFAL		CEFET-MG	
	IFBaiano		IFSP	
	IFCE		IFRJ	
	IFPB		CEFET-RJ	
	IFSertão		Unesp	
	IFPI		UNICAMP	
	IFRN		IFMG	
	IFBA		IFNMG	
	IFMA		IFSuldeMinas	
	IFPE		IFSudesteMG	
			IFF	
			FGV	
			ENCE	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados – Enem Dicas (2014, p.1); Universidades do Enem (2014, p.1) e Brasil Escola Enem (2014, p.1).

De acordo com o quadro apresentado, observa-se um total de 116 instituições públicas de ensino que já utilizam a nota obtida no Enem como critério de acesso à educação superior, sendo o maior número de instituições na região sudeste e nordeste, seguido das regiões sul, norte e centro-oeste. Ainda não são todas as instituições públicas que aderiram ao Enem, conforme se deduz da comparação do exposto no quadro 1 com o indicado na tabela 1.

O Estado brasileiro tem alguns programas e ações destinados a facilitar o ingresso dos alunos ao ensino superior. São eles: 1. FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), que tem como objetivo financiar a graduação de estudantes matriculados em instituições privadas. 2. ProUni (Programa Universidade para Todos) cujo objetivo é de conceder bolsas para estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais em instituições privadas. Esses programas apontam para as políticas de expansão do ensino superior, que contribuem para o aumento do número de vagas destinadas aos que escolheram o trabalho docente como carreira, profissão e/ou ocupação.

Com base nessa expansão do ensino superior, e considerando nela a importância da educação e do professor, foca-se a seguir o trabalho docente no ensino superior e suas relações com a saúde de professores, tendo em vista conhecer como este profissional tem lidado com as condições e características de precarização do trabalho e suas ligações com o sofrimento e a doença. Nesse sentido, começa-se por esclarecer o que se toma como trabalho docente e papel do professor, conforme segue na próxima subseção.

1.2 Trabalho docente: natureza e dimensões

Várias são as discussões acerca da natureza do trabalho docente. Conforme Vieira e Fonseca (2010, p.1), são duas as principais abordagens: “uma que problematiza o trabalho docente segundo suas condições históricas e outra, fruto da rejeição das abordagens estruturais e funcionalistas e do esgotamento das perspectivas crítico reprodutivas [...]”.

Quanto às condições históricas e com base nos autores supracitados, tem-se que, até o século XVII, o trabalho docente fundamentava-se em normas ligadas à concepção religiosa, e foi modificado quando passou a ser realizado por outras pessoas, ganhando um aspecto “mais técnico e operacional”.

Com os aspectos técnicos e operacionais, o trabalho docente e as condições de trabalho são modificados, substituindo o modelo sacerdotal e vocacional por modelos empresariais, mais técnicos e profissionais. Ainda segundo Vieira e Fonseca (2010, p.5), a natureza do trabalho docente

[...] pode ser pensada como um jogo entre o que já se encontra prescrito e a ação humana de modificação/adaptação do já existente; entre processos de objetivação e subjetivação, pois, se existe um conjunto de regras prévias, elas não dão conta de muitas das decisões que devem ser tomadas na ação educativa, [...].

O trabalho do professor é considerado essencial para o desenvolvimento da sociedade e a formação de sujeitos e de gerações. Especificamente, o trabalho do professor universitário tem papel relevante na sociedade, para a construção de conhecimento científico, pensamento crítico e formação de profissionais. Cunha (2010, p.1) entende que a docência universitária:

Refere-se ao exercício das atividades do magistério nos espaços da educação superior, incluindo as universidades, mas, de modo genérico, as demais modalidades desse nível de ensino. Insere-se na condição ampla da profissão de professor, assumindo as representações e ações próprias da função de ensinar. Amplia, porém, o espectro de responsabilidades profissionais, incluindo as características peculiares do espaço onde se instala que prevê também as ações de pesquisa e extensão.

A docência é exercida por um indivíduo, com formação profissional específica para o trabalho docente. Fanfani (2010, p.4) entende que

[...] o docente é um profissional técnico, [...] possuidor de um saber sobre os meios de ensino e aprendizagem. [...] seriam profissionais críticos, [...] construtores de subjetividades conforme a projetos políticos relacionados com a construção de uma sociedade mais justa, livre e democrática. [...] seriam trabalhadores intelectuais capazes de cooperar na distribuição deste capital estratégico que são o conhecimento e a cultura nas novas gerações.

Do professor universitário, espera-se um trabalho polivalente. Além das ações de pesquisa e extensão, precisa exercer várias outras atividades, contribuindo na formação e desenvolvimento de novos profissionais. Porém, nem sempre as atividades que compõem o trabalho docente estão previstas na função e no vínculo profissional.

A função docente é entendida como “vínculo que um docente tem com uma IES”. Um mesmo docente pode ter mais de uma função, a depender da quantidade de IES a que esteja vinculado (INEP, 2011, p.29). Entre as atividades e funções desempenhadas pelos professores universitários, observa-se uma variedade de atribuições, considerando este um trabalhador polivalente, pois exerce atividades didáticas, técnicas e administrativas, tais como: elaboração e avaliação de trabalhos e provas; planejamento de aula; construção de relatórios de desempenho dos estudantes; desenvolvimento de pesquisas; atividade de orientação; coordenação de curso, de atividades acadêmicas e práticas pedagógicas; participação em grupos de estudo; entre outras.

No que tange ao trabalho do professor no ensino à distância, são atribuídas mais algumas funções como a de coordenação de *chat*, orientação via correio eletrônico,

disponibilização de materiais para o ambiente virtual e o retorno de e-mail para estudantes e tutores (MATTEI, 2012).

Conforme dados do INEP (2011, p.3), o censo da educação superior de 2010 demonstra que “foram registrados 345.335 vínculos de funções docentes em exercício nas instituições de educação superior”. Estes números expressam além da expansão do ensino superior, que promove a formação de novos profissionais e novos professores, várias mudanças no papel deste profissional perante a sociedade.

A formação docente não é algo restrito apenas ao momento de formação acadêmica, pois a constituição do ser docente perpassa toda uma história de vida, ou seja, uma constante formação, que visa sempre à busca por conhecimentos. Por isso, envolve toda uma trajetória de conhecimentos acumulados ao longo da história de desenvolvimento da humanidade.

A grande preocupação no ensino superior é

[...] com o próprio ensino, no seu sentido mais comum: o professor entra em sala de aula para transmitir aos alunos informações e experiências, para ele por meio de seus estudos e atividades profissionais, esperando que o aprendiz as retenha, absorva e reproduza por ocasião dos exames e das provas avaliativas. Nesse paradigma, o sujeito do processo é o professor, uma vez que ele ocupa o centro das atividades e das diferentes ações: é ele quem transmite, quem comunica, quem orienta, quem instrui, quem mostra, quem dá a última palavra, quem avalia, quem dá a nota (TEODORO; VASCONCELOS, 2005, p.80-81).

Espera-se que os professores universitários possuam qualidades e habilidades que promovam discussões, apresentações, que saibam interagir os alunos e incentivar a participação dos mesmos nas atividades oferecidas em sala de aula. Professores que atendam às expectativas dos alunos e saibam promover um aprendizado agradável e eficiente. Com a função de ensinar, o foco do papel do professor está na aprendizagem, pois desta forma ele participa da aprendizagem do aluno e não faz do aluno um depositário de valores e conhecimentos. Paulo Freire (2002, p.67) reconhece na educação centrada na função de ensino como uma educação “bancária”, situação em que os alunos são tidos como “meros objetos”, “disciplinados”, “são os educados”, “os que não sabem” e os “que escutam docilmente”. Nessa forma de educação, o aluno não é participativo.

Importa que a educação seja pautada na aprendizagem do aluno, que tenha participação no processo de construção do conhecimento, e assuma-se como ser pensante, autônomo e em transformação contínua. Este tipo de abordagem do processo ensino-

aprendizagem promove a formação de indivíduos críticos e autônomos, que serão constituídos em profissionais capazes de colaborar para a formação de novos profissionais.

Para realizar a sua função, o professor universitário há de ter uma formação apoiada em um tripé que envolve os conhecimentos específicos relacionados à matéria, às suas habilidades pedagógicas e à sua motivação.

Dada a árdua tarefa de construir conhecimento e formar cidadãos críticos e reflexivos, entende-se que o trabalho do professor universitário, que realiza as suas tarefas de forma concreta ao que é predefinido em documentos, pode ser considerado uma atividade difícil. Seja porque possui várias atribuições e responsabilidades, seja por estar submetido a condições de formação e de trabalho, nem sempre favoráveis.

O professor é um profissional relevante para a formação de novos profissionais para o mercado de trabalho e para o atendimento às necessidades econômicas, sociais e políticas do contexto, embora nem sempre tenha por isso o retorno salarial suficiente e à altura de sua importância.

1.3 Ontologia do Trabalho no capitalismo flexível

Para compreender e caracterizar o trabalho docente é necessário compreender o sentido geral e o significado do trabalho. Nessa pesquisa, definimos o significado do trabalho, apoiando na perspectiva marxiana e em autores clássicos e contemporâneos como: Marx (1844/2010); Vieira e Fonseca (2010); Camargo (2012); Tumolo (2005); Frigotto (2010), Fernandes e Helal (2010); Vasapollo (2006) e Lazzarato e Negri (2001).

Em uma perspectiva marxiana, o trabalho para Vieira e Fonseca (2010, p.1) “envolve o dispêndio de energia física e mental”, com o objetivo de produzir um “bem de uso, proporcionando [...] a reprodução da vida humana”. Seguindo o raciocínio dos mesmos autores, o trabalho na educação inclui um esforço físico e mental, porém seu objeto é de difícil determinação. O trabalho docente - que envolve a relação saberes e condutas - conforme Hypolito e Grishcke (2013), é caracterizado como imaterial, enquanto não produz uma mercadoria palpável.

Em relação aos significados do trabalho docente, ele tanto pode ser assimilado e entendido como emprego, profissão, vocação, ofício e/ou ocupação. Todas essas denominações indicam dimensões que lhe dizem respeito e ajudam a entendê-lo de forma mais consciente e completa, embora variando conforme os sujeitos e as condições que os envolvem quando do exercício de seu trabalho. Essas assimilações são apontadas por autores

como Alves, W., (2010); Chiroque (2010); Cunha (2010); Ludke e Boing (2010); Mancebo (2010); Morgenstern (2010); Oliveira (2010); Pini (2010); Ramalho e Carvalho (1994); Ribeiro (2010); Tumolo e Fontana (2008); entre outros.

Independente dos vários significados que o trabalho possa ter e dos autores que discutem tais significados, para Marx, é possível admitir que ele permite a compreensão de que o sentido do trabalho está vinculado aos diferentes modos sociais de produção da existência. Este sentido ontológico do trabalho é o modo de como os seres humanos produzem a si mesmos, pelo trabalho, visando à sua sobrevivência.

Segundo Marx (1844/2010, p.8), [...] “o trabalho é mediação entre homem e natureza, e dessa interação deriva todo o processo de formação humana”. Através deste conceito, percebe-se que o homem apropria-se da matéria natural para tornar esta matéria útil para a sua própria vida, ao mesmo tempo em que modifica sua própria natureza. A característica que diferencia o homem dos animais é a maneira diferenciada de trabalhar. Ainda para Marx (1844/2010, p.15), o trabalho baseado na produção capitalista é determinado por necessidades de “reprodução privada da apropriação do trabalho alheio, e não por aquilo que se poderia considerar necessidade humana ancorada na reprodução social liberta da posse privatizada”. Este conceito de trabalho não é limitado apenas ao conceito econômico do trabalho como mera ocupação ou tarefa, é

O conceito de trabalho em Marx não se limita no conceito econômico cotidiano do trabalho como [...] ocupação ou tarefa. E sim como categoria central nas relações sociais, nas relações dos homens com a natureza e com outros homens por que esta é sua atividade vital. Isto quer dizer que, se o caráter de uma espécie define-se pelo tipo de atividade que ela exerce para produzir ou reproduzir a vida, esta atividade vital, essencial dos homens, é o trabalho (CAMARGO, 2012, p.3).

Ainda conforme raciocínio do mesmo autor, o que diferencia o trabalho de todas as outras atividades realizadas por homens e mulheres é a função social. Afinal, [...] “o trabalho realiza o intercâmbio orgânico com a natureza sem o qual não há qualquer reprodução social possível” (CAMARGO, 2012, p.3).

O modo de produção capitalista transforma o trabalho concreto em trabalho abstrato. Por trabalho concreto ou útil, de acordo com Tumolo (2005, p.242-252), entende-se como “substrato do valor de uso”, [...] “criador de valor de uso” e trabalho abstrato é “como substância de valor”. Assim, este sistema capitalista pode transformar o trabalho social em trabalho assalariado que produz mais-valia.

O capitalismo é o sistema econômico baseado na propriedade privada e com fins lucrativos. O lucro neste sistema é obtido pelos proprietários, denominados de classe dominante (a burguesia), através da exploração dos trabalhadores (proletariados), chamados de a classe dominada. Neste sistema, conforme Marx (1844/2010, p.36), “o capitalista é sempre livre para empregar o trabalho, e o trabalhador é sempre forçado a vendê-lo” e neste sistema, os proprietários “não são de modo algum obrigados pela lei a fornecer, oportunamente e sempre, trabalho aos não proprietários, nem de lhes pagar um salário sempre suficiente [...]” (MARX, 1844/2010, p.55).

O sistema capitalista possui dois elementos essenciais: o capital e o trabalho. Uma característica deste modelo é a forma de remuneração realizada através de um trabalho assalariado. O trabalhador utiliza este salário para aquisição do que é necessário para a sobrevivência. Todo o produto produzido em seu local de trabalho não lhe pertence. A força de trabalho é vendida para os donos dos meios de produção, que se apropriam do trabalho das outras pessoas. Na visão marxista, a força de trabalho é a capacidade humana de conseguir trabalhar, além de ser uma mercadoria de grande importância no capitalismo, pois é a única mercadoria que cria e gera valor.

Considerando o princípio marxista do trabalho como mercadoria, pode-se dizer que ele desperta por meio do salário a obsessão do enriquecimento no trabalhador. A tal obsessão só “pode satisfazer mediante o sacrifício de seu espírito [...] e de seu corpo” (MARX, 1844/2010, p. 27). A intensificação do trabalho sugere a precarização do trabalho que, conforme Fernandes e Helal (2010, p.1), consiste no “[...] surgimento de novas formas de trabalho a partir de um processo de mudanças estruturais no capitalismo, que procura garantir competitividade às empresas por meio da flexibilização das relações de trabalho”. Esta depende do mercado de trabalho em suas relações com a classe trabalhadora.

O trabalho é submetido às exigências capitalistas, da propriedade privada e da divisão do trabalho. A propriedade privada é uma consequência, um resultado do trabalho alienado. Já a divisão do trabalho é explicada em dois momentos por Mohun (1988) citado por Rodrigues (2008, p.2). O primeiro sendo a divisão social do trabalho e o segundo momento a divisão do trabalho entre os trabalhadores.

Primeiro, há a divisão social do trabalho, entendida como o sistema complexo de todas as formas úteis diferentes de trabalho que são levadas a cabo independentemente uma das outras por produtores privados, ou seja, no caso do capitalismo, uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes que competem uns com os outros. Em segundo lugar, existe a divisão do trabalho entre os trabalhadores, cada

um dos quais executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalhador coletivo. **Esta é uma divisão do trabalho que se dá na produção, entre o capital e o trabalho em seu confronto dentro do processo de produção.** Embora esta divisão do trabalho na produção e a divisão de trabalho na troca estejam mutuamente relacionadas, suas origens e seu desenvolvimento são de todo diferentes (MOHUN, 1988, p.112 *apud* RODRIGUES, 2008, p.2).

Assim, [...] “a acumulação do capital aumenta a divisão do trabalho, a divisão do trabalho aumenta o número de trabalhadores [...]” (MARX, 1844/2010, p. 25). Estes dois aliados tornam os trabalhadores dependentes do trabalho. Pelo fato de ser uma relação entre o homem e a natureza, o trabalho permite que o homem como ser social vá transformando a sua própria natureza, desenvolvendo processos de aprendizagem de seus limites e potencialidades. Ainda segundo Marx (1844/2010, p.35-36) a economia considera o trabalho como:

[...] uma coisa; o trabalho é uma mercadoria: se o preço é alto, a mercadoria é muito procurada; se é baixo, [a mercadoria] é muito oferecida; como mercadoria o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que força a isso é em parte a concorrência entre capitalista e trabalhador [...].

O trabalho é um exercício realizado para fazer ou conseguir alguma coisa. Frigotto (2010, p.1) explica o conceito de trabalho num sentido ontológico:

[...] trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983, p. 149-150 *apud* FRIGOTTO, 2010, p.1).

Frigotto (2010, p.3) também se refere ao trabalho como dever ético e direito inalienável:

Por ser o trabalho a atividade pela qual o ser humano estabelece intercâmbio com a natureza, o mesmo constitui-se em dever ético e direito inalienável. Dever, porque quem não trabalha para satisfazer suas necessidades explora o trabalho de outrem. Direito, porque ao negar-se a possibilidade desse intercâmbio, nega-se a possibilidade à reprodução da vida. Esse é o sentido ético-político do trabalho como princípio educativo ou de sua socialização desde a infância [...].

O trabalho pode ser formal, informal ou autônomo. Como trabalho formal entende-se que é o trabalho fornecido por uma empresa, onde o trabalhador possui benefícios e carteira assinada. O informal é aquele realizado sem vínculo com um empregador, em que ao trabalhador não cabe nenhum benefício e registro. O trabalho autônomo é caracterizado por um trabalho sem vínculo empregatício, onde a pessoa física exerce por conta própria atividades com fins lucrativos ou não. Para Antunes (1995), citado por Fernandes e Helal (2010, p.2), estes tipos de trabalho “liberalizantes” podem ser entendidos como precários, por “transferir responsabilidades, antes do empregador, ao trabalhador”.

O trabalho para Vasapollo (2006) é dividido em dois tipos: trabalho padrão e trabalho atípico. O trabalho padrão possui características como horário integral, diversidade de papéis entre o empregado e o trabalhado independente e a presença de lugar e tempo determinado para a realização das atividades. O trabalho atípico não apresenta nenhuma dessas características próprias do trabalho padrão. É um trabalho entendido como prestação de serviço e com pouca ou nenhuma garantia contratual, o que converte para a precariedade do trabalho. O autor refere-se ao trabalho do tipo atípico como sendo

[...] uma prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual. No trabalho atípico são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tempo indeterminado e *full-time* (VASAPOLLO, 2006, p.49).

O trabalho pode ser também material e imaterial. Por material entende-se o trabalho que possui como resultado um produto palpável, mensurável. Já o trabalho imaterial não tem formação de um produto material final, ele produzirá produtos imateriais, como o conhecimento e a informação. Pensamos que a atividade exercida pelo professor seja uma forma de trabalho imaterial, em que é exercido pelo homem, de forma viva, apresentando a necessidade de uso do intelecto, diferente do trabalho material em que a máquina torna-se a ferramenta primordial para a confecção do produto. No trabalho imaterial também pode ser observado o uso da máquina. A profissão docente é um exemplo, em que o uso de tecnologias pelo professor se dá como um apoio em sala de aula. Embora essas tecnologias auxiliem a didática e facilitem a construção da aprendizagem, é válido ressaltar o papel primordial do professor.

Para Lazzarato e Negri (2001, p.46), o trabalho imaterial produz produtos com características potentes do imaginário e de gostos. A mercadoria produzida possui valor “essencialmente no seu conteúdo informativo e cultural, está no fato de que ela não se destrói

no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor”. Além destas produzirá uma relação social de “inovação, de produção, de consumo” que tornará a atividade com um valor econômico.

Assim, um aspecto a considerar quanto ao trabalho é a sua relação e diferença com emprego, definido como a ocupação de uma vaga de trabalho. Desse modo, para Pochmann (2010, p.1) emprego é

[...] quantidade de homens-horas de trabalho desempenhado em determinado período de tempo. O nível geral de emprego da força de trabalho resulta da combinação dos que podem e desejam trabalhar com a parcela que realmente consegue efetivamente participar da criação do produto social.

Mas, o trabalho pode ter também um sentido de vocação que, para Mariás (1983) é:

[...] convite, uma proposta à liberdade e responsabilidade do homem, à qual ele pode aderir ou não, mas não lhe compete fabricá-la ou modificá-la. É um chamado que vem de encontro ao homem, a ele cabe apenas atender ou não. [...] a vocação também não é escolhida, porém não seria correto dizer que me encontro com ela; antes ela me encontra, me chama, e correlativamente a descubro; não me é imposta, e sim apresentada, e embora não esteja em minhas mãos ter ou não ter essa vocação, permaneço frente a ela com uma essencial liberdade: posso segui-la ou não, ser fiel ou infiel a ela (MARIÁS, 1983, p.24 *apud* BRANDÃO, S., 2001, p.6).

Conforme Brandão, S., (2001, p.6-7) a vocação profissional supõe “a escolha de uma carreira profissional, bem como seu cumprimento - deve estar subordinada, então, à afirmação de *quem* a pessoa é e deseja ser: é este ‘alguém’ que dá consistência e significado para *o que* vai ser realizado”.

Além de emprego e vocação, pode ser também assumido como ofício e profissão. Para Dubar (2012), ofício é aprender pela prática os saberes profissionais. O indivíduo aprende e exerce alguma atividade profissional através de conhecimentos adquiridos pela prática de produção e pela experiência adquirida. Já, profissão é considerada, pelo mesmo autor, como sendo escolhas e áreas autônomas que permitem a construção de uma carreira, sendo organizada por processos de socialização, educação, trabalho e carreira.

A profissão, de acordo com Diniz (2001), baseia-se no alto grau de conhecimento generalizado e sistematizado dos profissionais e na virtude do profissional de atentar-se antes para o interesse da comunidade, do que para o seu próprio interesse. Por outro lado, Pini (2010, p.1) também cita o conceito de profissão entendido por Fanfani (1995, p.20) como sendo uma “combinação estrutural de três características típicas: conhecimento credenciado

mediante títulos, autonomia no desempenho e prestígio, e reconhecimento social”. Assim, a profissão está vinculada ao conhecimento intelectual e técnico científico. Para exercer uma atividade como profissão, o indivíduo só poderá fazê-lo, mediante uma licença denominada de diploma, que comprova o que lhe confere a formação profissional. Enquanto pertencendo a uma profissão, os professores podem ou não vincularem-se a organizações e sindicatos.

A organização sindical dos professores não era permitida. Só a partir de 1988 com a Constituição Federal, os professores transformaram as suas associações em sindicatos e se filiaram por meio da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1989, ocorreu uma unificação numa mesma entidade federativa, criando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); quando os professores do ensino superior se organizaram, em nível nacional, na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), hoje chamada de sindicato nacional (LIBÂNEO, 2007).

Chiroque (2010, p.2) destaca que os sindicatos docentes vêm cumprindo papéis relacionados com as condições de trabalhos, as condições de ensino e as políticas educativas.

1. Condições de trabalho: políticas de contrato e/ou nomeação; defesa de estabilidade laboral; salários e poder aquisitivo; relações laborais; estatuto docente. Ultimamente se inclui o tema da avaliação docente;
2. Condições de ensino: qualidade educativa; condições de educabilidade;
3. Políticas educativas: gratuidade da educação; privatização do ensino; orçamento educativo e gestão educativa.

Os sindicatos são criados também com o objetivo de serem representantes de categorias profissionais e defenderem os seus interesses em comum.

Em síntese, o trabalho docente pode ser aqui considerado como profissão, uma vez que para exercer esta atividade o cidadão necessita de um diploma que valide a formação profissional. Também pode ser tido como ofício, que requer aprendizagem da profissão, por meio da experiência adquirida e da formação específica. Por fim, o trabalho é também vocação, enquanto representa uma escolha profissional do indivíduo, alimentada por uma convicção e um investimento de muita doação de si.

1.4 Reestruturação produtiva e trabalho docente: rumos e tendências de emprego, carreira e desenvolvimento profissional

O trabalho docente vem apresentando constantes alterações em função de novos contextos produtivos mais flexíveis, mais envolventes e ao mesmo tempo propiciadores de uma pseudoliberalidade. Devido à reestruturação produtiva, novas mudanças na educação e no trabalho docente têm ocorrido, modificando a organização do trabalho, formas de contratação, carreira e desenvolvimento profissional de professores. Vários autores se debruçam sobre esse processo e o explicam em seus conteúdos e consequências. Dentre elas, a precarização que atinge tanto as condições de emprego e salário, como o sentido subjetivo do trabalho e a consciência dos trabalhadores.

A reestruturação produtiva para Araujo, Ronaldo (2010, p.1) é o “[...] processo de renovação das práticas de gestão e de organização do trabalho que implica na substituição das estratégias de gestão próprias do taylorismo-fordismo por outras mais flexíveis identificadas com o modelo toyotista”. No Brasil, a reestruturação produtiva conforme Alves, G., (2000, p.11), é bastante evidenciada nas indústrias automobilísticas na década de 90, e caracterizada por um toyotismo sistêmico, que captura a subjetividade operária “pela lógica do capital”. Tal renovação pode ser compreendida a partir de Alves, G., (2011, p.40), que reconhece na reestruturação produtiva uma inovação em três dimensões: “tecnológicas, organizacionais e sociometabólicas”. Isso significa que, de acordo com o referido autor, para se alcançar de fato a inovação desejada, o modelo toyotista tem como objetivo reduzir o número de operadores e aumentar a eficiência da produção, além de capturar a subjetividade do trabalho vivo. Alves, G., (p.40-41) entende que as “inovações organizacionais explicitam as virtualidades da nova base técnica do capital”, conhecida pelas transformações das redes informacionais; a estrutura técnico-organizacional do toyotismo é baseada nas inovações tecnológicas e as inovações sociometabólicas “constituem a base morfológica das inovações técnico-organizacionais que consolidam e explicitam suas virtualidades de controle social”.

Diante das dimensões da reestruturação produtiva e do controle e captura da subjetividade pelo modelo toyotista, é de especial importância compreender alguns conceitos referentes ao trabalho docente. Isso para que se possa, mais adiante, analisar nas produções selecionadas, se e como a reestruturação produtiva tem modificado o desenvolvimento do trabalho de professores e o modo como tem atingido a sua carreira.

A carreira docente é abordada por Bollmann (2010, p.1) como um mecanismo para estimular o exercício do magistério e a evolução acadêmica e científica.

Pressupõe indivíduos preparados para o exercício da profissão, portadores de título compatível com as necessidades do nível de ensino a que o trabalho docente se destina. Vincula-se à formação e às condições de trabalho, podendo assumir a avaliação de desempenho por mérito, sem ser submetida

a critérios classificatórios de competitividade. Constitui a coluna dorsal do processo educativo, exercendo grande influência no nível de aprendizagem dos alunos nos diferentes níveis e modalidades de educação.

Organizar conteúdos e promover a intervenção no que está sendo proposto é uma sugestão a ser pensada na atuação docente em sala de aula. Afinal, é preciso entender que o trabalho do professor em sala de aula engloba mais do que expor saberes e ensinar a aprender conhecimentos. Comporta o diálogo entre docente e aluno e requer uma preocupação a mais na esfera educacional, devido às questões subjetivas envolvidas, como: motivação, adequação de conteúdo à realidade do educando, formação continuada para melhoria do desempenho em sala de aula, entre outros.

O processo de ensino-aprendizagem está em constante mutação, devido ao fato de que a realidade se modifica em todas as instâncias (sociais, políticas, econômicas, etc) e, concomitantemente, também as normas para o ensino modificam-se. Por isso, a tarefa de ensinar possui vários caminhos a serem percorridos pelo professor (além do aluno) e deve ser respeitada em seus princípios e vivências em sala de aula.

O mercado de trabalho está cada vez mais exigente e competitivo, exigindo dos trabalhadores uma formação e desenvolvimento profissional contínuo. Esta exigência é evidenciada no resultado do censo da educação superior de 2012 em que é claro o aumento do nível de formação dos docentes de graduação. De acordo com Jorge (2010, p.1), o mercado de trabalho “pode ser definido a partir da relação entre aqueles que procuram emprego e aqueles que oferecem emprego num sistema típico de mercado onde se negocia para determinar os preços e quantidades de um bem, o trabalho”.

A história do trabalho mostra a existência de um sentimento de que trabalhar não é bom, mas sim necessário. Observa-se que as pessoas passam a maior parte do seu tempo trabalhando, e é através do trabalho que o indivíduo desenvolve suas faculdades e altera a sua maneira de ser, de pensar, sentir, perceber e agir, neste sentido se autoproduzindo. Pelo trabalho o ser humano desenvolve sua identidade social, política e ideológica perante a sociedade.

Observa-se que a vida e o trabalho hoje estão inseparáveis. O trabalho para muitos é uma fonte de produto, de prazer, de realização profissional e um compromisso vital. Sobre o seu significado, muitas são as considerações. Para Linhart (2007, p.43), o trabalho permite e organiza o encontro com o outro. “Ele constitui uma ocupação. É um meio de lutar contra a monotonia da vida, de encher o vazio, de passar o tempo”.

Antunes (2009, p.231-232) afirma que, pelo trabalho, os “indivíduos, homens e mulheres, distinguiram-se das formas de vida dos animais”, e uma vez que a “[...] vida humana necessita do trabalho humano e de seu potencial emancipador, ela deve recusar o trabalho que aliena e infelicita o ser social”. O trabalho pode alienar ou emancipar o indivíduo.

[...] O trabalho pode conter duas dimensões, dependendo das condições de sua realização. Uma primeira dimensão construtora, emancipadora. É o trabalho concreto de Marx, voltado para a satisfação das necessidades humanas, contribuindo para a realização do indivíduo enquanto criador e transformador do seu meio [...] outra dimensão alienante, opressora. Nas condições de existência da propriedade privada, o trabalhador não tem condições de interferir sobre os objetivos e produtos do seu trabalho, e até mesmo de dominar o próprio processo de produção (ARANHA; DIAS, 2009, p.116 *apud* CAMARGO, 2012, p.4-5).

O homem se humaniza e se desumaniza pelo trabalho. O surgimento das sociedades de classe torna o trabalho alienado, pois este passa a ser dirigido por outro e não pelo trabalhador.

A alienação do trabalho é um fenômeno verdadeiramente multifacetado, ao mesmo tempo objetivo e subjetivo. Determinação central da vida humana, o trabalho alienado se manifesta em todas as esferas e dimensões da vida individual e social: é, ao mesmo tempo, um fenômeno jurídico, político, econômico, social, cultural, psíquico e que também define a relação do indivíduo com seu próprio corpo. [...] O fundamento último da alienação é a riqueza abstrata, o acúmulo de riqueza pela riqueza (LIMA, 2010. p.1-2).

A alienação é um termo universal utilizado para a crítica de conjunto do sistema capitalista. Neste sistema a alienação é identificada como forma de apropriação do excedente de trabalho e com a desigualdade social.

A emancipação não é comum no capitalismo, e sim a alienação. A alienação - ou estranhamento - não permite que o trabalhador tenha percepção da força que o seu grupo social possui, devido ao produto final do seu trabalho ser estranho para ele, é irreconhecível, uma vez que executa atividades individuais.

Outro sentido de alienação é não entender a força que o grupo de trabalhadores tem perante a sociedade e ao mesmo tempo não conseguir compreender o fundamento do trabalho, que é a relação do indivíduo com a natureza, do indivíduo com o trabalho, sendo este nada mais que uma relação social. O indivíduo alienado deixa de ser um ser pensante, e passa a fazer o que outro pensou por ele. A alienação segundo uma visão marxista é negativa, o

trabalho ao invés de realizar o homem, o escraviza e o desumaniza. Cabral (2013, p.1), inspirado em Marx (1844), descreve a alienação em quatro aspectos:

1. O trabalhador é estranho ao produto de sua atividade, que pertence ao outro. [...] quanto mais o operário se esgota no trabalho, tanto mais poderoso se torna o mundo estranho, objetivo, que ele cria perante si, mas ele se torna pobre e menos o mundo interior lhe pertence.
2. A alienação do trabalhador relativamente ao produto da sua atividade surge, ao mesmo tempo, vista do lado da atividade do trabalhador, como alienação da atividade produtiva. [...] o trabalho deixa de ser a “satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele”.
3. Com a alienação da atividade produtiva, o trabalhador aliena-se também do gênero humano. A perversão que separa as funções animais do resto da atividade humana e faz delas a finalidade da vida, implica a perda completa da humanidade.
4. A consequência imediata desta alienação do trabalhador da vida genérica, da humanidade, é a alienação do homem pelo homem. [...] Esta alienação recíproca dos homens tem a manifestação mais tangível na relação operário-capitalista.

Com o trabalho alienado Marx (1844/2010, p.80), afirma que o trabalhador se torna:

Mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas [...] aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens [...]. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Mas Marx via uma saída para o problema do trabalho alienado: a emancipação e o comunismo ou socialismo. A emancipação humana só pode ocorrer através da emancipação dos trabalhadores, que se libertando, libertam toda a humanidade. E a luta dos trabalhadores deve ser uma luta contra o capital, que permite que os trabalhadores desenvolvam consciência e colocam em questão as relações de produção capitalista.

Desta forma, com a criação da sociedade de classes, acontece a negação da natureza humana, permitindo uma relação de exploração e dominação. A burguesia e o proletariado são as duas classes sociais que constituem o capitalismo. Através do comunismo, a classe trabalhadora poderia se libertar da alienação da sociedade capitalista, pois este novo modelo não haveria necessidade de divisão e nem de expropriação do trabalho alheio, não haveria desigualdades sociais e todos pertenceriam a uma mesma classe social, a dos trabalhadores.

O trabalho possui importantes funções, como a de sobrevivência, para satisfazer necessidades biológicas e a de crescimento pessoal que é tão importante quanto a primeira. Nesse sentido, Ataíde (2012, p.333,335) entende que:

[...] a história do trabalho teve sua origem na busca humana de formas de satisfazer as necessidades biológicas de sobrevivência. À medida que essas necessidades foram sendo satisfeitas, outras foram surgindo, fazendo com que nascessem novas relações que determinaram a condição histórica do trabalho.

[...] a função do crescimento pessoal, através da qual o ser humano desenvolve sua capacidade de pensar, de sentir e se relacionar, de ampliar e aperfeiçoar a sua inteligência e suas relações sociais, de forma a também se aperfeiçoar interiormente para o próprio crescimento pessoal.

Diante do exposto por Ataíde, pode-se dizer que o trabalho possui diversas funções básicas e biológicas para o indivíduo. Além disso, verifica-se que os indivíduos adaptam-se a novas funções impostas pelo desejo de consumo despertado pelo capitalismo.

Linhart (2007) entende existirem dois níveis na relação com o trabalho. O primeiro nível é uma relação com o trabalho definido ao exercício de toda atividade remunerada. O segundo nível é a vivência no trabalho, que remete as atitudes e aos comportamentos no local de trabalho. Corresponde ao estabelecimento da relação entre as características intrínsecas da atividade exercida e as atitudes no trabalho. Todos os trabalhadores, independente de suas categorias socioprofissionais, têm em comum uma relação ambivalente com o trabalho. De um lado, o indivíduo não pode viver sem o trabalho uma vez que este dá sentido à vida, e de outro, apresenta uma relação negativa, em que o trabalho o impede de viver.

O trabalho em seu conteúdo positivo permite uma inserção social, dá sentido a vida, torna-o fator indispensável à realização e possibilita ao indivíduo ter uma ocupação. Além disso, permite que objetivos externos sejam alcançados, que o tempo livre tenha significado. Por outro lado, gera cansaço, absorve o pouco tempo livre restante, impedindo momentos com familiares e outras sociabilidades e atividades prazerosas. Assim, pode-se considerar que por não conseguirmos viver sem ele e por necessidade, nos adaptamos, nos envolvemos e/ou até nos acomodamos.

A vida e o trabalho caminham muito juntos. Cada vez mais, o indivíduo tem dificuldades para separá-los. Vários são os trabalhadores que realizam jornadas duplas intercalando atividades domésticas, o cuidado com os filhos, a busca por formação profissional, o que em muitas vezes compromete a eficiência e eficácia na realização do trabalho. Devido às jornadas prolongadas de trabalho e, à sua intensificação, à complexidade

das atividades exercidas, às inúmeras exigências do mundo do trabalho, às tensões do mercado de trabalho, às obrigações sociais ampliadas e à dependência financeira em relação ao empregador, alguns trabalhadores vêm sendo acometidos por um esgotamento e uma sobrecarga de trabalho.

Há uma tendência acentuada ao alargamento da jornada de trabalho e à sua intensificação. Para Dal Rosso (2010, p.1), jornada de trabalho é o “tempo gasto pelo indivíduo em atividade laboral durante o dia, semana, mês, ano ou vida”. Enquanto, a intensificação do trabalho significa o “grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta”, podendo reportar-se ao “trabalhador individualizado ou ao coletivo de trabalhadores, portanto, aos sujeitos do trabalho”.

Analisando a intensificação do trabalho docente, Duarte (2010, p.1), apoiando-se em Dal Rosso (2008, p.21), salienta a importância de analisar juntamente com a intensificação alguns aspectos como:

[...] as condições de trabalho; as relações de cooperação entre os próprios trabalhadores; a transmissão de conhecimento que ocorre entre eles no processo de trabalho; e as relações familiares, grupais e sociais, que acompanham o trabalhador no seu cotidiano e refletem no espaço do trabalho, como potencialidades ou como problemas. Nesse sentido, é o trabalhador em sua totalidade de pessoa humana que desenvolve a atividade.

Segundo o mesmo autor, a intensificação significa:

[...] trabalhar mais densamente, ou simplesmente trabalhar mais, (...) supõe um esforço maior, um empenho mais firme, um engajamento superior, um gasto de energias pessoais para dar conta do **plus**, em termos de carga adicional ou de tarefa mais complexa. Essa complexificação pode se expressar no aumento do número de tarefas a serem realizadas, na mesma unidade temporal, por uma mesma pessoa ou equipe. Resultarão desse esforço a mais dos trabalhadores com o ato de trabalhar um desgaste também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional (DAL ROSSO, 2008, p.22-23 *apud* DUARTE, 2010, p.1).

O trabalho docente tem sofrido com as formas atuais de flexibilização das relações trabalhistas, dos direitos e contratos de trabalho sem nenhum tipo de estabilidade. Muitos docentes exercem atividades em três turnos e em instituições de ensino superior (IES) diferentes, atuando com contratos temporários e em regime de horista, sendo remunerado por hora aula. Rowe, Bastos e Pinho (2011, p.982) afirmam que “com o vínculo horista os docentes são levados a buscar conciliar o trabalho em duas ou mais instituições”.

As relações trabalhistas na organização capitalista têm sido caracterizadas como flexíveis e precarizadas. Vasapollo (2006, p.45-46) entende a flexibilização como:

[...] liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite; faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional; possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas; possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, [...].

Os autores Robertt (2012) e Alves, G., (2011) também trazem contribuições para a análise da flexibilidade do trabalho:

[...] a flexibilidade, apesar de suas múltiplas dimensões, é principalmente da força de trabalho, notadamente no que diz respeito à **legislação** e à **regulamentação social e sindical**. [...] a flexibilidade se torna a “plena capacidade” do capital de domesticar a força de trabalho [...] (ROBERTT, 2012, p.119, grifo nosso).

A acumulação flexível decorre da necessidade de o capital reconstituir sua base de produção, **exploração da força de trabalho** e acumulação de valor das condições de uma crise crônica de sobreacumulação. O regime de acumulação flexível tende a **debilitar o mundo do trabalho**, promovendo alterações importantes na objetividade (e subjetividade) da classe dos trabalhadores [...] (ALVES, G., 2011, p.12, grifo nosso).

Diante das múltiplas dimensões da flexibilidade, Alves, G., (2011, p.17, grifos nosso), com base em Salerno (1995), divide a flexibilidade em oito (08) dimensões:

[...] flexibilidade estratégica, flexibilidade de gama, de volume, de adaptação sazonal, de adaptação a falhas, de adaptação a erros de previsão, flexibilidade social intraempresa e flexibilidade social extraempresa. [...] apesar das múltiplas dimensões [...] o que é estratégico para a acumulação do capital é a **flexibilidade da força de trabalho** ou também denominada de flexibilidade social intraempresa ou extraempresa, ou seja, aquela flexibilidade relacionada à legislação e regulamentação social e sindical.

Das múltiplas dimensões da flexibilidade, a mais estratégica para as relações trabalhistas, é a flexibilidade da força de trabalho, que gera no trabalhador uma falsa liberdade

e autonomia. Quanto à flexibilização do trabalho dos professores no ensino superior, o censo da educação superior de 2012, publicado pelo INEP (2013, p.24), demonstra o regime de trabalho dos docentes na educação superior, sendo evidente o regime horista nas instituições públicas e privadas. Este tipo de contrato é o mais frequente na categoria privada, confirmando a flexibilidade de contratos de trabalho que os professores estão inseridos.

Os gráficos indicam a distribuição dos docentes nas categorias públicas e privadas no exercício da educação superior por regime de trabalho.

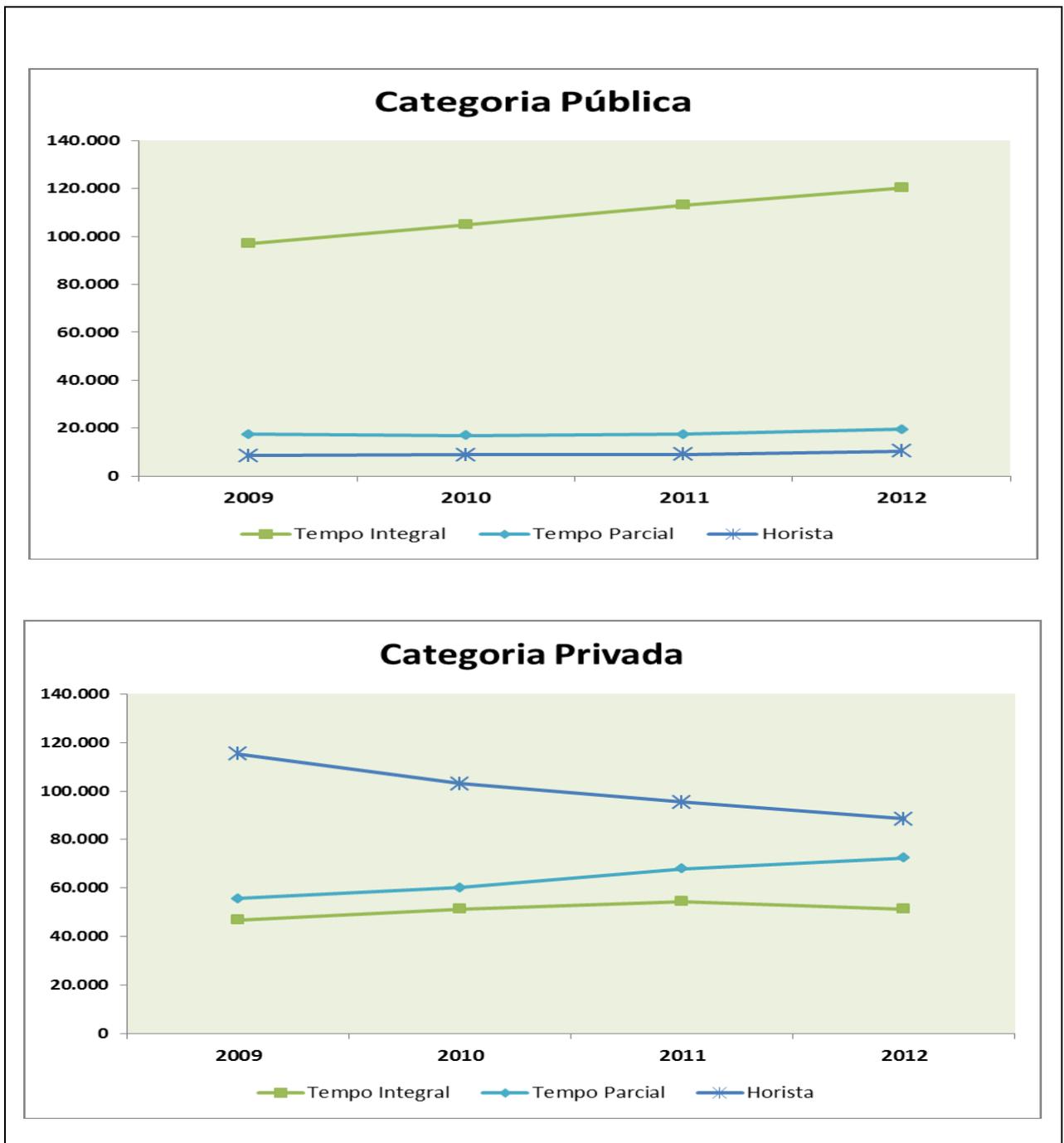


Gráfico 1- Distribuição dos Docentes em exercício na Educação Superior de Graduação por Regime de Trabalho, segundo a Categoria Administrativa – Brasil – 2012.

Fonte-MC/Inep. Gráfico elaborado pela Deed/Inep (2013, p.24).

Os dados do gráfico¹ demonstram que na categoria Instituição Privada prevalece a flexibilização nos contratos de trabalho, sendo a maioria dos professores contratos como horista, diferentemente das Instituições Públicas em que o tempo integral de trabalho é o predominante. Segundo Teixeira (2010), a carga horária de trabalho é o tempo total gasto para desempenhar as atividades profissionais, e os docentes são os profissionais que possuem as mais extensas e complexas cargas horárias e as mais desvalorizadas. Portanto, a carga horária de trabalho do professor:

Designa a totalidade do tempo de trabalho do professor, em uma ou mais escolas, turmas e turnos escolares, períodos nos quais os docentes assumem uma ou mais disciplinas e conteúdos didático-pedagógicos, tarefas e responsabilidades profissionais. Trata-se do conjunto dos períodos de tempo, reais e virtuais - nos quais o docente desenvolve atividades relativas ao seu trabalho, sejam elas diretamente com os estudantes nas escolas, sejam em outros espaços onde as realizem. [...] a carga horária de trabalho dos professores está, de um lado, entre **as mais extensas e complexas** e, de outro, entre as mais **desvalorizadas**. [...] [...] considera-se como carga horária de trabalho somente os tempos dos docentes nas salas de aula e escolas. [...] nos dias atuais, a carga horária de trabalho dos docentes tem sido **ampliada**, tanto em consequência do uso da internet e do tempo virtual que se de um lado pode diminuir os períodos de trabalho, de outro os amplia e **intensifica** seus ritmos como também porque os docentes têm sido chamados a executarem uma variada gama de tarefas que extrapolam o ato pedagógico da docência propriamente dita, responsabilizando-os por outras funções na escola (TEIXEIRA, I., 2010, p.1-2, grifos nossos).

O docente no Brasil possui uma ampliação da sua carga horária de trabalho quando precisa participar de cursos e projetos para formação continuada e de aperfeiçoamento fora dos horários escolares. Para tal, utiliza os finais de semana, os recessos e até mesmo as férias para a prática dos cursos para melhoria da sua qualificação.

Nas últimas décadas conforme, Ataíde (2012, p.332), o mundo do trabalho vem passando por diversas transformações, que foram potencializadas com a crise da estrutura do capitalismo e dos danos do neoliberalismo, “causadores das mudanças econômicas, sociais, técnicas e culturais”, além do “desemprego em massa e o agravamento da desigualdade social”. O capitalismo e o neoliberalismo, juntamente com a globalização, determinaram condições no mercado de trabalho e as convergências de força entre o trabalho e capital, permitindo que todas as categorias profissionais fossem atingidas com a transformação do mundo do trabalho.

Com a globalização, a vida fica em constante mudança, havendo benefícios e malefícios para a vida pessoal e da nação. Alguns benefícios são: o avanço da tecnologia que

permite o acesso ao que ocorre no mundo, o aumento de fábricas e o desenvolvimento do país, o desenvolvimento do mundo comercial e a presença de investidores estrangeiros trazendo capital para o país. A entrada de produtos internacionais com preços muito mais baixos que os produzidos no Brasil, acarretando uma competição injusta com os produtos nacionais; o desemprego; a exploração de mão de obra; a desigualdade social; o consumismo exagerado e a poluição das cidades, destruindo e prejudicando as belezas naturais, são algumas das desvantagens da globalização.

Porém, a globalização permite e estabelece uma integração entre as pessoas e os países do mundo todo, facilitando as relações econômicas, políticas, culturais e sociais de forma rápida e eficiente. É um fenômeno gerado pelo capitalismo de novos mercados, com uma universalização da produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços interligando o mundo. A partir da década de 70 sofreu um grande aumento em decorrência do desenvolvimento de novas tecnologias.

Na área da educação, a globalização trouxe alguns benefícios principalmente com a inserção da tecnologia, a introdução de novos métodos educacionais e a informatização dos laboratórios. Mas há muito a ser modificado na educação no mundo globalizado, que tem se tornado uma mercadoria de consumo, com melhor qualidade e acesso para os que podem comprá-la. A educação sofre com o foco mais profissionalizante, criando mão de obra e menos consciência crítica, a privatização do ensino, e a influência de órgãos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A globalização viabiliza um mundo sem fronteiras em que

[...] os processos de trabalho sempre são alvo de mudanças e de novos conceitos [...], que tem mudado mais e mais a face do trabalho e do trabalhador, além de criar novas exigências para as organizações e os homens. Portanto, aquele que não possui determinadas habilidades tende a sofrer o revés do desemprego, ou no caso das empresas, a falência (ATAÍDE, 2012, p.335).

A sociedade capitalista vem transformando o conceito de trabalho, passando este a ser um trabalho assalariado, alienado e fetichizado. O trabalho então neste modelo de sociedade “não se satisfaz no labor, mas se degrada [...] e se desumaniza” (ANTUNES, 2009, p.232).

De acordo com o mesmo autor, a partir dos anos 1970, surgem distintas formas de caracterizar o trabalho precarizado, onde o termo empresa enxuta passa a ser denominado também como empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntariado, entre outros, sendo todos modos alternativos de conceituar o trabalho precarizado.

A reestruturação produtiva deu origem ao que o ideário dominante denominou como empresa enxuta. A empresa enxuta, a empresa moderna, a empresa que constringe, restringe, coíbe, limita o trabalho vivo, amplia o maquinário tecnocientífico, que Marx denominou como trabalho vivo. É redesenhada cada vez mais a planta produtiva, reduzindo força de trabalho e ampliando a sua produtividade (ANTUNES, 2007, p.1).

Fernandes e Helal (2010) destacam a precarização do trabalho no Brasil a partir do crescimento da informalidade, do desemprego em alguns setores e ocupações e pelas formas flexíveis de contratação. Esses autores afirmam que a precarização justifica-se pelo “surgimento de novas formas de trabalho a partir de um processo de mudanças estruturais no capitalismo, que procura garantir competitividade às empresas por meio da flexibilização das relações de trabalho”.

Para Franco, Druck e Silva (2010, p.231),

[...] a precarização é um processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho. Nas empresas se expressa em formas de organização pautadas no *just in time*, na gestão pelo medo, nas práticas participativas focadas, na imposição sutil de autoaceleração, na multifuncionalidade, dentre outros métodos voltados ao controle maximizado. São processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. São afetadas as demais dimensões da vida social, laços familiares e intergeracionais.

Além de trazer o significado do termo precarização, as mesmas autoras dividem este termo em cinco (05) dimensões:

Dimensão	Conteúdo	Descrição
Primeira	Vínculos de trabalho e relações contratuais.	“Compreende o processo sociopolítico de perdas de direitos trabalhistas ou do seu usufruto no mundo do trabalho real – descanso remunerado, férias anuais remuneradas, referenciais de jornada de trabalho normal e de horas extras, [...] perdas de benefícios indiretos – planos de saúde, transporte, alimentação, auxílio educação, [...] perdas salariais [...]”. “[...] leva à desestabilização dos estáveis, à perda dos referenciais de proteção social do trabalho, conduzindo “estáveis” e instáveis a metabolizarem, [...] a competição desenfreada, a insegurança e a instabilidade, terrenos em que prolifera e se move a gestão pelo medo”.
Segunda	Organização e condições de trabalho	“[...] em todos os setores de atividades, têm se caracterizado pelas metas inalcançáveis e pelo ritmo intenso de trabalho favorecidos pelo patamar tecnológico da microeletrônica. A forte pressão de tempo somada à intensificação do controle ou da instrumentalização do medo à demissão conduzem à intensificação do trabalho. O aumento da competitividade

(continuação)

Segunda	Organização e condições de trabalho.	também contribui para esta intensificação, além de [...] acarretar ressonâncias negativas para a sociabilidade e para a saúde mental”. “[...] características da organização do trabalho potencializam a multiexposição aos agentes físicos, biológicos, químicos, ergonômicos e organizacionais, favorecendo sofrimento e processos de adoecimento”.
Terceira	Precarização da saúde dos trabalhadores.	“Trata-se da fragilização – orgânica, existencial e identitária – dos indivíduos pela organização do trabalho com intensificação da multiexposição”.
Quarta	Consistência do tecido social.	“[...] compreende a fragilização do reconhecimento social, da valorização simbólica e do processo de construção das identidades individual e coletiva. Numa sociedade em que o trabalho ocupa um espaço/tempo central na vida social e individual, sua precarização dificulta o processo de identificação e construção de si, tornando mais complexa a alienação/estranhamento do trabalho [...]. Consolida-se no imaginário social a noção de descartabilidade das pessoas , de naturalidade da insegurança e da competição de todos contra todos, ancorada na fragilização dos vínculos , nas rupturas de trajetórias profissionais, na perda da perspectiva de carreira ”.
Quinta	Ligações com a natureza da representação e organização coletiva (sindical).	“O binômio terceirização/precarização, ao minar a identidade individual e coletiva, conduz à fragilização dos agentes sociais. São os efeitos propriamente políticos da terceirização que pulveriza e enfraquece os sindicatos, ameaçando sua representatividade [...]. [...] ao minimizar as possibilidades de enfrentamento das condições degradantes, a precarização da organização coletiva aumenta tanto a vulnerabilidade social quanto a individual. A insegurança e a desproteção, vivenciados por todos e por cada trabalhador/a, produzem reações e desdobramentos e diferentes tipos – inclusive transtornos psíquicos”.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Franco, Druck e Silva (2010, p.231- 233, grifos nossos).

As dimensões do termo precarização - 1ª) Vínculos de trabalho e relações contratuais; 2ª) Organização e condições de trabalho; 3ª) Precarização da saúde dos trabalhadores; 4ª) Consistência do tecido social; e 5ª) Ligações com a natureza da representação e organização coletiva (sindical); - demonstram o quanto esta característica do mundo do trabalho interfere nas relações contratuais, nos direitos trabalhistas, nas condições de trabalho, aumentando a competitividade entre os trabalhadores, colaborando para o individualismo, intensificando o trabalho, contribuindo para o sofrimento e surgimento de doenças, além de fragilizar os vínculos sociais.

A falta de condições de trabalho, a precarização e o desemprego, conforme Ataíde (2012), são consequências do modelo neoliberal e da reestruturação produtiva, que vem

afetando as relações de trabalho no mundo inteiro. Marin (2010, p.1) acredita que a precarização do trabalho docente “refere-se a mudanças marcadas por características com conotações negativas no conjunto do exercício da função docente”. Este mesmo autor lista várias vinculações para caracterizar a precarização do trabalho docente:

[...] **flexibilização; intensificação;** desemprego; desprofissionalização; degradação; sobrecarga; cobranças; fragilização; desvalorização; competitividade; condições de trabalho e de pesquisa; perda de autonomia; novas categorias de trabalhadores, sobretudo os temporários; ausência de apoio à qualificação (MARIN, 2010, p. 1-2 grifo nosso).

Consequências do trabalho precarizado também são enumeradas pela autora. São elas: “desgaste; cansaço excessivo; sofrimento; desistência; resistência; adoecimento; isolamento; sentimentos e conflitos nas relações com alunos, pares e gestores; desorganização dos trabalhadores; perda de controle sobre o próprio trabalho; constrangimentos” (MARIN, 2010, p.2). A partir do século XXI, são observados vários problemas com o trabalho docente:

No século XXI, a profissionalização do trabalho docente enfrenta diversos problemas, por um lado a carreira docente é uma atividade de baixo prestígio social, e a maioria dos cursos de formação docente atrai candidatas que têm recebido uma educação básica deficitária, situação que compromete a formação inicial do ponto de vista teórico e metodológico. Além disso, durante os anos 90, as instituições responsáveis pela formação docente apresentaram deficiências na formação dos futuros professores, apesar das transformações dos currículos e da preocupação com a atualização dos conteúdos. Os salários e condições de trabalho precárias não estimulam a inserção dos jovens na docência, em consequência, os sistemas de ensino têm dificuldades para contratar docentes qualificados (RODRIGUEZ, 2009, p.120).

Algumas mudanças no mundo do trabalho relativas ao ensino superior referem-se a:

[...] alterações na organização do campo universitário diante do aumento da demanda e da consolidação da educação superior de massas; alterações na organização do ensino superior ante o impacto das tecnologias de informação e comunicação (TIC) com o desenvolvimento da educação a distância, em nível de graduação, extensão e pós-graduação; integração entre ensino e pesquisa; educação voltada para a eficiência, competitividade, “qualidade”, mudança no perfil do professor e do processo de formação; ênfase na formação continuada; mudanças nas fontes de financiamento da educação superior; impacto da mundialização do capital na educação[...] (GARCIA, D., 2009, p.139).

Além das mudanças no mundo do trabalho, Lelis (2012, p. 155) refere-se aos principais problemas postos ao trabalho dos professores no Brasil hoje, destacando “o mal estar profissional provocado pela sobrecarga de trabalho, pelo esgotamento (síndrome de *burnout*), pelos baixos salários, pelas dificuldades de atualização profissional”. O esgotamento profissional conhecido também como síndrome de burnout é

[...] um distúrbio psíquico [...]. O transtorno está registrado no Grupo V da CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde). Sua principal característica é o estado de tensão emocional e estresse crônicos provocado por condições de trabalho físicas, emocionais e psicológicas desgastantes. A síndrome se manifesta especialmente em pessoas cuja profissão exige envolvimento interpessoal direto e intenso. Profissionais das áreas de **educação**, saúde, assistência social, recursos humanos, agentes penitenciários, bombeiros, policiais e mulheres que enfrentam dupla jornada correm risco maior de desenvolver o transtorno. O sintoma típico da síndrome de burnout é a sensação de esgotamento físico e emocional que se reflete em atitudes negativas, como ausências no trabalho, agressividade, isolamento, mudanças bruscas de humor, irritabilidade, dificuldade de concentração, lapsos de memória, ansiedade, depressão, pessimismo, baixa autoestima. Dor de cabeça, enxaqueca, cansaço, sudorese, palpitação, pressão alta, dores musculares, insônia, crises de asma, distúrbios gastrintestinais são manifestações físicas que podem estar associadas à síndrome” (VARELLA, 2014, p. 1, grifo nosso).

Carlotto (2002, p.23) também analisa o conceito de *Burnout* e contribui para o esclarecimento de seu teor:

[...] é um tipo de estresse ocupacional que acomete profissionais envolvidos com qualquer tipo de cuidado em uma relação de atenção direta, contínua e altamente emocional [...]. As profissões mais vulneráveis são geralmente as que envolvem serviços, tratamento ou educação [...]. As pessoas sentem-se infelizes consigo próprias e insatisfeitas com seu desenvolvimento profissional.

Segundo Maroy (2006), citada por Lelis (2012, p.156),

[...] o trabalho do professor tem se modificado em termo do conteúdo e da autonomia profissional, em função da avaliação dos sistemas escolares e da política de responsabilização. [...] a centralização do currículo, a instauração de mecanismos de quase-mercado e a avaliação externa dos estabelecimentos e dos professores afetam tanto os modos de regulação do sistema como o funcionamento das escolas e do trabalho docente.

O professor universitário hoje no Brasil enfrenta várias situações caracterizadas como trabalho precarizado. Dentre elas, de acordo com Souza, A., (2009), estão os contratos de

trabalho pela CLT em substituição a outros tipos de contrato, a individualização das carreiras - modalidade ligada à maneira como se exerce a atividade -, recrutamento de professores temporários para empregos e funções públicas consideradas permanentes, como o ensino; trabalho assalariado, entre outras. Essa individualização enfraquece as ações coletivas e colabora para o declínio do sindicalismo, diminuindo as formas de proteção e luta dos direitos dos professores. Dado o modelo produtivista, eles estão perdendo a sua autonomia profissional e submetendo-se a condições precárias de trabalho e emprego.

A transformação do mundo do trabalho colabora para a criação de condições precárias para a execução do trabalho docente no Brasil. Vários professores possuem contratos temporários, vínculos empregatícios como horistas e contratos como professores substitutos. São contratos que não garantem nenhum tipo de estabilidade e plano de carreira. Além de todo este problema, com a precarização de contratos de trabalho, o professor também enfrenta outras dificuldades, como a falta de prestígio social, a violência em sala de aula, os baixos salários, e dificuldades para sua atualização. Isso porque, para melhorar a sua renda mensal, executa atividades em mais de um turno de trabalho e também em mais de uma instituição.

Estes problemas são reflexos do novo mundo do trabalho, diminuem o número de indivíduos interessados em exercer a profissão de professor e têm feito com que muitos profissionais sintam-se decepcionados com a profissão docente, doentes devido a condições de trabalho precárias e desestimulados com a profissão.

1.5 Trabalho e saúde: conteúdos e natureza de uma relação

O tema trabalho e saúde têm sido recorrente em muitos estudos, pesquisas e intervenções, especialmente na área da educação. Neles vem-se constatando que os trabalhadores estão sendo acometidos por problemas de saúde, especialmente doenças relacionadas ao trabalho que são fonte de sofrimento e mal estar. As transformações ocorridas no mundo do trabalho têm colaborado para alterações na qualidade de vida, principalmente na saúde física, mental e psíquica destes trabalhadores.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, e com base na literatura, apresentam-se aqui as principais concepções e significados do termo saúde, as relações entre trabalho/saúde, e se expõem os principais sintomas que acometem a vida e a saúde dos trabalhadores; em especial os trabalhadores docentes. Também importa identificar as doenças mais comuns que atingem os professores e compreender a natureza do nexo doenças e condições e processos de trabalho. Essa busca não é tão recente; tampouco exclusiva da ciência.

As relações entre trabalho e saúde foram abordadas mais claramente a partir da Encíclica *Pacem in Terris*, em 1963, pelo Papa João XXIII, que pregava o direito às condições adequadas de trabalho que não fossem lesivas para a saúde. [...] No Brasil, a 2ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, realizada em Brasília em 1994, ao criar comissões de saúde do trabalhador, determinou que estas deveriam ‘não só evitar acidentes, mas também garantir a saúde do trabalhador’ (OLIVER, 2011, p.1).

Como se pode perceber, o tema trabalho e saúde de trabalhadores têm sido discutido e abordado há cerca de 50 anos. É motivo de preocupação não apenas para prevenção de acidentes de trabalho, mas também para garantir melhores condições de vida e saúde para os trabalhadores. Afinal, saúde é mais que não ter doença. Por isso, importa compreender o que inclui, quais seus significados e desdobramentos para a saúde ocupacional e do trabalhador.

Saúde é um estado de total bem-estar físico, mental e social, não constituindo apenas em ausência de doença ou enfermidade. [...] Saúde do trabalhador é um conjunto de atenções de saúde dirigidas para o trabalhador, no tocante a patologias profissionais e não profissionais. [...] Saúde ocupacional é a área de atuação da saúde que visa a preservação da saúde do trabalhador, melhorando suas condições de trabalho e atenuando-lhe as consequências prejudiciais (SILVA, C., 2004, p. 552).

Já doença refere-se a “qualquer afastamento do quadro normal de saúde”; e doença profissional é a “doença contraída por um trabalhador em razão especificamente de seu exercício profissional” (SILVA, C., 2004, p.201-204).

O conceito de saúde utilizado por Silva, C., (2004) baseia-se na definição da Organização Mundial de Saúde, que a entende como “situação de perfeito bem-estar físico, mental e social” da pessoa. Este conceito tem sido bastante questionado por vários estudiosos, por visar uma perfeição muito difícil de ser alcançada, e em função da dificuldade de se definir o que seria um perfeito bem-estar. Entende-se que nenhum ser humano é totalmente saudável, devido à saúde depender e estar relacionada com as relações sociais e condições de vida.

Porto; Reis; Andrade; Nascimento e Carvalho (2004, p. 34-35) trazem também contribuições para a definição de doenças ocupacionais e doenças relacionadas ao trabalho.

As doenças ocupacionais são aquelas em que foi demonstrada plenamente sua relação com fatores causais específicos no trabalho, os quais podem ser identificados, medidos e, eventualmente, controlados. Doenças relacionadas com o trabalho, [...] podem ser parcialmente causadas por condições adversas de trabalho. Elas podem ser agravadas, aceleradas ou exacerbadas por exposições no local do trabalho e podem prejudicar a capacidade de trabalho.

Para o Ministério da Saúde (2001, p.20), as doenças relacionadas ao trabalho “têm sua frequência, surgimento e/ou gravidade modificadas pelo trabalho”. Para Oliveira e Assunção (2010, p.1-2), as doenças relacionadas ao trabalho referem-se

[...] a um conjunto que inclui relações, as quais dizem respeito ao processo de trabalho e às condições de emprego (formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade). Está vinculado às condições de vida dos trabalhadores, além de conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, envolvendo as instalações físicas, os materiais e insumos disponíveis, os equipamentos e meios de realização das atividades [...]. [...] são derivadas da forma determinada pela organização do trabalho no capitalismo.

Considerando as transformações do mundo do trabalho e a organização social dos trabalhadores, é possível compreender que em muitas situações, tem gerado mal-estar; não sendo possível haver uma “situação de perfeito bem-estar” entre os trabalhadores.

Segundo Sampaio (2012), o trabalho está no centro da nossa identidade, cerne da nossa ontogênese, podendo ser terapêutico e adoecedor, dependendo das condições e formas de execução deste. Ele pode causar sofrimento devido às precariedades das relações de trabalho, das condições e organizações do trabalho. Em relação ao trabalho docente, e conforme a lógica da relação capital-trabalho, os professores vendem a sua força de trabalho em troca de uma remuneração e ficam propensos às condições de trabalho dadas pelo mundo do trabalho, podendo adquirir prejuízos diretos ou indiretos para a sua qualidade de vida e saúde.

Assim como outros trabalhadores, o professor estando inserido em ambientes de trabalho precário, com pouca autonomia, baixa remuneração e formas flexíveis de contratação, que sobrecarregam e intensificam as suas atividades diárias que, em muitas vezes não são mensuradas e nem remuneradas como jornada de trabalho fica exposto ao que Oliveira e Assunção (2010, p.3) descrevem como precarização do trabalho e flexibilização da legislação, que têm aumentado os mecanismos de “intensificação do trabalho e seus efeitos sobre a saúde”.

O Ministério da Saúde (MS) (2001, p. 19, grifos nossos) também traz contribuições referentes às consequências da precarização do trabalho em que

[...] podem ser observados o aumento do número de trabalhadores autônomos e subempregados e a fragilização das organizações sindicais e das ações de resistência coletiva e/ou individual dos sujeitos sociais. A terceirização, no contexto da precarização, tem sido acompanhada de práticas de intensificação do trabalho e/ou aumento da jornada de trabalho,

com acúmulo de funções, **maior exposição a fatores de risco para à saúde, descumprimento de regulamentos de proteção à saúde e segurança**, rebaixamentos dos níveis salariais e aumento da instabilidade no emprego. Tal contexto está associado à exclusão social e à **deterioração das condições de saúde**.

Com o trabalho afetando a saúde dos trabalhadores, ainda segundo o MS, surgem as doenças relacionadas a ele “como as Lesões por Esforços Repetitivos (LER)”, ou também conceituadas como “Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)”, além do “surgimento de novas formas de adoecimento mal caracterizadas, como o estresse e a fadiga física e mental e outras manifestações de sofrimento relacionadas ao trabalho” (MS, 2001, p.19). Silva, C (2004, p.247) define estresse como um “conjunto de reações do organismo a agressões de ordem física, psíquica, infecciosa e outras, capazes de perturbar-lhe a homeostase”. Portanto, são diversas as implicações indesejáveis para a saúde advindas ou relacionadas ao trabalho e às condições de seu exercício.

Considerando que os trabalhadores podem adoecer ou morrer por causas associadas ao trabalho, e em consequência da profissão que exercem ou que já exerceram, ou pelas condições opostas em que seu trabalho é ou foi executado, o MS através da Portaria nº 1339/GM em 18 de novembro de 1999, instituiu uma lista de doenças relacionadas ao trabalho, para facilitar o diagnóstico e ser utilizada como referência para o Sistema Único de Saúde.

Conforme o Ministério da Saúde (2001), uma classificação das doenças relacionadas ao trabalho foi feita igualmente por Schilling (1984), exemplificando a classificação das doenças segundo sua relação com o trabalho.

Quadro 02 - Classificação das doenças segundo sua relação com o trabalho

Categoria	Exemplos
I – Trabalho como causa necessária	Intoxicação por chumbo Silicose Doenças profissionais legalmente reconhecidas
II – Trabalho como fator contributivo, mas não necessário	Doença coronariana Doença do aparelho locomotor Câncer Varizes dos membros inferiores
III – Trabalho como provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida	Bronquite crônica Dermatite de contato alérgica Asma Doenças mentais

Fonte: Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil. Doenças. Relacionadas ao Trabalho - Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde (2001, p.28).

As doenças profissionais de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) “são doenças contraídas em resultado de uma exposição a fatores de risco subjacentes a uma atividade profissional” (2013, p.6). Essas doenças, segundo a mesma organização, têm causado sofrimento e muitas perdas para o mundo do trabalho e para os trabalhadores. Esta organização visando ilustrar esta realidade publicou em 28 de abril de 2013 um relatório que demonstra um panorama global sobre as doenças profissionais ou relacionadas com a atividade profissional. Neste relatório estimou-se que

[...] 2,34 milhões de pessoas **morrem** todos os anos em virtude de **acidentes e doenças relacionados com o trabalho**. A grande maioria (estima-se que sejam 2,02 milhões) morre de um vasto leque de doenças ligadas à sua atividade profissional. Todos os dias, 5.500 das 6.300 mortes estimadas relacionadas com o trabalho são causadas por diversos tipos de doenças profissionais. A OIT estima também que, todos os anos, ocorrem 160 milhões de casos de doenças não mortais ligadas à atividade profissional (2013, p. 6, grifos nossos).

Além desta estimativa, são apresentadas as perturbações músculo-esqueléticas, incluindo a síndrome do túnel cárpico “constituem o mais comum problema de saúde relacionado com a atividade profissional” (OIT, 2013, p.8). O estresse relacionado ao trabalho também tornou-se uma grande preocupação para a OIT.

Numa tentativa de lidar com o stresse, os trabalhadores poderão recorrer a comportamentos pouco saudáveis, tais como o abuso de álcool e drogas. Foram identificadas relações entre o stresse e doenças músculo-esqueléticas, cardíacas e do sistema digestivo. Se prolongado, o stresse relacionado com o trabalho pode contribuir para o surgimento de doenças cardiovasculares graves. Além disso, a crise econômica e a recessão levaram a um aumento do stresse relacionado com o trabalho, da ansiedade, da depressão e de outros distúrbios mentais, tendo mesmo conduzido algumas pessoas ao extremo do suicídio (OIT, 2013, p.8).

A OIT (2013, p.8) evidencia, mais uma vez, que o trabalho, em muitas situações e condições, tem levado os profissionais ao adoecimento, à “pobreza”, à diminuição da “capacidade de trabalho” e de “produtividade”, aumentando os gastos e cuidados com a saúde, contribuindo para um mal-estar, sofrimento e até mesmo a morte.

No Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou que os transtornos mentais têm afastado cada vez mais os trabalhadores dos seus ambientes de trabalho. No ano de 2011, observou-se um aumento de 12.337 casos registrados pelo INSS.

O afastamento de trabalhadores por transtornos mentais no País subiu 2% [...]. A elevação preocupa porque a alta ocorre ao mesmo tempo que o número de acidentes de trabalho apresentou redução de 7,2% entre 2008 e 2010, caindo de 755.980 ocorrências para 701.496. Os chamados transtornos mentais e comportamentais ocupam o terceiro lugar em quantidade de concessões de auxílio-doença acidentários pela Previdência, e acendem sinal de alerta para trabalhadores [...]. [...] Dentro dos transtornos mentais e comportamentais, as doenças que mais afastaram os trabalhadores em 2011 foram episódios **depressivos**, outros **transtornos ansiosos e reações ao estresse** grave e transtornos de adaptação (AGÊNCIA O DIA, 2012, p.1, grifos nossos).

Também no ano 2011, as informações estatísticas relativas à segurança e saúde ocupacional do INSS, apontaram o registro de “711.164 acidentes e doenças do trabalho”, este número não contempla os “trabalhadores autônomos e as empregadas domésticas”. Dentre os registros, “15.083” são “doenças relacionadas ao trabalho, e parte destes acidentes e doenças tiveram como consequência o afastamento das atividades de 611.576 trabalhadores devido à incapacidade temporária” e “14.811 trabalhadores por incapacidade permanente, e óbito de 2.884 cidadãos” (BRASIL, 2013, p.1).

Diante dos números publicados pelo INSS, é possível compreender que a saúde dos trabalhadores está sofrendo modificações devido às condições de trabalho. Pensando que os problemas do mundo do trabalho, que afetam a saúde dos trabalhadores, também incluem os trabalhadores da docência, uma vez que no exercício desta atividade lidam com vários estressores psicossociais, analisam-se os problemas mais comuns que prejudicam a saúde dos professores. São eles: ergonômicos, vocais, mentais e funcionais. Entre os funcionais notam-se aborrecimentos referente à carga horária, as condições precárias de trabalho, desvalorização da profissão, diminuição ou falta de autoestima e baixos salários.

Algumas doenças relacionadas ao trabalho de professores são descritas como doenças do magistério¹. Entre os sintomas e as doenças mais frequentes da profissão, podemos citar as de ordem musculoesqueléticas, as LER/DORT que, conforme Silva, C., (2014, p.361), provocam “dor, inchaço, irritabilidade e perda de movimento nas articulações”. Vinculados aos problemas de postura, estresse e trabalho excessivo, identificados como bursite, tendinite, lordose lombar, varizes, escolioses, problemas nas articulações do cotovelo e das mãos, inchaços dos ombros e síndrome do túnel do carpo.

¹ UFRRJ– A saúde do professor: doenças relacionadas à voz. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/voz2.htm>>. Jornal de Londrina Gazeta do Povo. Sob tensão, professor adoce mais. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml>>.

Além destes, temos as doenças relacionadas à voz como a laringite, pólipos, cistos, leucoplasia, nódulos, câncer da laringe, rouquidão, edemas das pregas vocais, infecções e disfonia. Relacionado a distúrbios psíquicos, temos a falta de sono, depressão, esgotamento físico e mental que podem levar a síndrome de *Burnout*.

O estudo realizado por Porto; Reis; Andrade; Nascimento e Carvalho (2004, p.33) analisaram as doenças ocupacionais em professores atendidos pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT) entre 1991 a 2001. A pesquisa analisou dados de 235 professores, sendo que destes “66% [...] receberam diagnóstico de doença ocupacional”, entre elas as mais frequentes: “doenças da laringe e das cordas vocais, síndrome do túnel do carpo, síndrome do manguito rotatório, epicondilites, bursites do ombro, tendinites, rinites, sinusites e faringites crônicas e alérgicas”.

A investigação realizada, pelos autores supracitados, também destacou 38 casos de “hipertensão arterial”, considerando “uma possível doença relacionada com o trabalho desta categoria profissional” (2004, p.47).

Ainda na análise da pesquisa acima, foram identificados a partir do relato de “163 professores atendidos pelo CESAT”, os riscos presentes no ambiente de trabalho que podem estar associados à ocorrência de doenças ocupacionais: “movimento repetitivo, giz, uso excessivo da voz, postura inadequada” estes foram referenciados entre os riscos mais importantes. Entre os riscos menos enfatizados, tem-se a ocorrência de:

[...] poeira, esforço físico, trabalho em pé, mobiliário inadequado, calor, ruído, iluminação inadequada, ritmo acelerado, pressão de chefia, produtos químicos, escrita constante, ferramenta inadequada, número excessivo de alunos, pequeno espaço de trabalho, agressão, carga horária excessiva, climatização inadequada, estresse, exigência de produtividade, local de trabalho de difícil acesso (PORTO; REIS; ANDRADE; NASCIMENTO e CARVALHO, 2004, p.43).

Dados os riscos presentes no ambiente de trabalho docente e reconhecendo-se que o professor é um profissional da voz, por utilizá-la no desempenho do trabalho, com base em Medeiros (2010, p.1), tem-se que a disfonia ocupacional docente é um “Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho”. E está “entre as principais causas de adoecimento dos professores”. Este distúrbio relativo ao trabalho “é apresentado como qualquer alteração vocal [...] durante a atividade profissional que diminua, comprometa ou impeça a atuação e/ou comunicação do trabalhador”. O distúrbio da voz manifesta-se por “rouquidão, falhas na emissão, esforço para falar, fadiga vocal, pigarro constante, dor ou desconforto na região da garganta e do pescoço”.

Araújo, Roberta (2014, p.5) também confirma o alto índice de doenças relacionadas à voz entre os professores. Esta autora realizou uma pesquisa com o objetivo de conhecer o perfil dos beneficiários do INSS em auxílio-doença por distúrbios benignos da voz. Sua amostra correspondeu a 369 benefícios, concluindo que 59,1% dos beneficiários eram professores. A pesquisa confirmou uma “elevada incidência de laringopatias nesse grupo profissional” além de demonstrar apoiando na Academia Brasileira de Laringopatias e Voz, que

[...] cerca de 2% dos professores brasileiros estão afastados da sala de aula por apresentarem distúrbio vocal. Dos fatores causadores de laringopatias entre os professores, tem-se a elevada demanda vocal durante o ano letivo, falta de treinamento e de orientações quanto à medida de higiene vocal, acústica inadequada nas salas de aula, ruído ambiente elevado e condições desfavoráveis na organização do trabalho (ARAÚJO, ROBERTA; 2014, p.5).

Além dos distúrbios de voz, observa-se um predomínio de sofrimento psíquico entre os professores, também reconhecido como mal-estar docente. Conforme Martinez (2010, p.1), esta descrição é utilizada para representar os “efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais em que se exerce a docência”. Esta palavra, quando utilizada, ainda segundo Martinez (2010, p.1), apoiando-se em Esteve (1994, p 12-13), significa “que algo não anda bem, mas não somos capazes de definir que é o que não anda e por quê”.

Este sofrimento expresso como mal-estar tem relação com o convívio com os outros, podendo quando não resolvido gerar sintomas como “ansiedade, irritabilidade, insônia e contraturas” (MARTINEZ, 2010, p.2). Esta autora, apoiando-se em Codo (1999), descreve a síndrome de *Burnout* “muito próxima ao mal-estar docente [...] já que o docente sente tensão entre afrontar ou desistir diante de uma situação laboral que não pode resolver nem de forma individual nem em forma coletiva”.

A síndrome de *Burnout* em professores “afeta o ambiente educacional e interfere na obtenção dos objetivos pedagógicos, levando estes profissionais a um processo de alienação, desumanização e apatia”, gerando “problemas de saúde e absenteísmo e intenção de abandonar a profissão” (CARLOTTO, 2002, p.21). A mesma autora apresenta três dimensões para a síndrome de *Burnout*: “exaustão emocional, despersonalização e diminuição da realização pessoal no trabalho” (2002, p.23). Estas dimensões caracterizam-se por “falta ou carência de energia, entusiasmo e um sentimento de esgotamento de recursos”, uma tratativa aos colegas, organização e clientes como “objetos”, além do trabalhador o “auto-avaliar de

forma negativa” e a presença do sentimento de infelicidade consigo e com o seu progresso profissional.

Carlotto também ressalta que sintomas relacionados à fadiga, depressão, exaustão emocional e mental, sintomas comportamentais e mentais, diminuição do desempenho no trabalho, redução da afetividade, irritabilidade, ansiedade e tristeza podem estar relacionados a síndrome de *Burnout*. Nos professores, esta síndrome é efeito da relação dada “entre aspectos individuais e o ambiente de trabalho” (2002, p.5).

As principais causas da síndrome de *Burnout* em professores foram identificadas por Carlotto, evidenciando que a síndrome possui uma “combinação de fatores individuais, organizacionais e sociais” que colaboram para a produção de sentimento de “baixa valorização profissional”. O surgimento da síndrome também está relacionado a

[...] idealizações em relação ao trabalho e à organização, a expectativas de atingir metas, a preocupação referente a problemas pessoais dos alunos, ao alto nível de expectativa em relação a profissão, grandes demandas de trabalho, mau relacionamento professor-alunos, sobrecarga de trabalho, conflito de papel, conviver com aspectos sociais e emocionais de alunos, conflitos com pais, estudantes, administradores e comunidade, atividades não relacionadas à profissão, falta de autonomia e participação nas definições das políticas de ensino, inadequação salarial e à falta de oportunidades de promoções, além do isolamento social e a falta de senso de comunidade, devido a profissão ser considerada solitária (CARLOTTO, 2002, p.24-25).

Outras causas relevantes são

[...] a “falta de suporte social”, a “inadequação da formação recebida para lidar com as atividades de ensino, escola e cultura institucional”, a deficiência durante a formação de professores “nas questões de relacionamento interpessoal, relacionamento com alunos, pais” e outros familiares. A ausência de “condições físicas e materiais para implementar suas ações junto aos alunos. A carência de participação dos familiares na “educação dos filhos” e a transferência da responsabilidade da educação para os professores (CARLOTTO, 2002, p.25).

Todas essas causas tem sido fonte de sofrimento e desgaste para os professores e estão contribuindo para o surgimento da síndrome de *Burnout*. Esta síndrome é uma tendência para todas as profissões, porém “nenhuma categoria tem sido tão severamente avaliada e cobrada pela população em geral nas últimas duas décadas como a dos professores” (CARLOTTO, 2002, p.25).

A síndrome de *Burnout* é um dos problemas que traz implicações psicossociais prejudiciais à vida profissional e pessoal dos professores, interferindo em sua qualidade de vida e saúde, e que a profissão docente apresenta grandes riscos potenciais que podem trazer prejuízos a saúde de professores. Quando os desejos dos professores diferem das possibilidades e desejos que a sociedade outorga para a sua realização, cresce a possibilidade do surgimento de diversos sintomas relacionados ao exercício do trabalho docente, prejudicando a saúde e a vida dos professores.

Em face do exposto, espera-se que o resultado desta pesquisa traga mais contribuições referentes aos aspectos negativos que a precarização do trabalho tem causado na vida destes profissionais e possa de uma ou outra forma, contribuir para a tomada de consciência da realidade do trabalho docente e das possibilidades de melhoria das suas condições.

2 NATUREZA E METODOLOGIA DA PESQUISA

Uma vez apontado o quadro teórico de referência, considerado como pano de fundo para o trato do objeto detalham-se a seguir o tipo da pesquisa e os procedimentos nela desenvolvidos, de modo a explicitar o processo em suas fases e resultados.

O estudo se propõe ao balanço da produção da UFMG referente à temática trabalho docente e saúde de professores no ensino superior.

2.1 Tipo de estudo

A pesquisa é um estudo teórico, identificado na literatura como do tipo estado da arte ou estado do conhecimento, de abordagem quali-quantitativa. Fundamenta-se na pesquisa bibliográfica apoiada nos clássicos sobre o tema e em dissertações e teses, tendo em vista a recuperação e a análise da produção sobre o trabalho docente e suas implicações para a saúde do professor.

São muitas e diferentes as concepções sobre a natureza de tal estudo. Diversos também são os autores que subsidiam a compreensão da natureza desse estudo.

Para Pillão (2009, p. 45 *apud* RIBEIRO; DARSIE, 2012, p.4), o estado da arte é reconhecido como uma modalidade de pesquisa baseada em um mapeamento, cujo objetivo é compreender o “conhecimento acumulado em um determinado campo de estudos delimitado no tempo e no espaço geográfico”. Na abordagem de Souza e Magalhães (2011, p.27) estado da arte é o estudo de [...] “pesquisas sobre pesquisas (metapesquisas) [...]”. Ainda segundo as mesmas autoras (2011, p.107 grifo nosso) as pesquisas realizadas a partir do estado da arte vão contribuir para a compreensão do estado alcançado pelo conhecimento de um tema específico em períodos e espaços definidos, e possibilitam **“identificar as especificidades, as semelhanças, as contradições das temáticas, as dimensões não investigadas, a abrangência e as concepções teóricas”**.

Romanowski e Ens (2006, p.37, 39-40) observam que a pesquisa do tipo estado da arte “possibilita a efetivação de balanço da pesquisa de uma determinada área”, além de contribuir para a organização do campo estudado de uma área do conhecimento, uma vez que o objetivo desse tipo de pesquisa é realizar uma investigação “do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área”, podendo encaminhar para a percepção do estado alcançado “pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas”.

Para Ferreira (2002, p.258) esse tipo de pesquisa tem “caráter bibliográfico”, com desafios de “mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, [...]”. Segundo a mesma autora, (2002, p.265) esse tipo de pesquisa tem dois momentos:

Um, primeiro, que é aquele em que ele interage com a produção acadêmica, através da quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. [...] Um segundo momento, é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento.

Quanto à abordagem, segundo Biklen e Bogdan (1994, p.16), a expressão investigação qualitativa é utilizada, “como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características”.

Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos por pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais, conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis [...], formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. (BIKLEN; BOGDAN, 1994, p.16). [...] A investigação qualitativa envolve pegar nos objectos e acontecimentos e levá-los ao instrumento sensível da sua mente de modo a discernir o seu valor como dados. Significa aperceber-se da razão por que os objectos foram produzidos e como isso afecta a sua forma bem como a informação potencial daquilo que está a estudar. Também envolve saber quando descartar certos conjuntos de dados como sendo de valor duvidoso e quando os manter (BIKLEN; BOGDAN, 1994, p.200).

Ainda segundo Biklen e Bogdan (1994, p.47-50), a investigação qualitativa possui cinco características: sendo a fonte direta de dados, o ambiente natural, e o investigador, o principal instrumento; é uma investigação descritiva devida os dados serem em forma de palavras ou imagens; é de principal interesse dos investigadores, o processo, do que simplesmente os resultados; a tendência para avaliação dos dados pelo investigador é de forma indutiva, e o significado é de importância vital neste tipo de abordagem. Os investigadores preocupam-se com aquilo que se designa por perspectivas participantes.

A pesquisa bibliográfica é

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos [...] como livros, artigos, teses etc.

utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. [...] O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Conforme Flick (2009, p.39), em alguns estudos é interessante e necessário o apoio da pesquisa qualitativa à pesquisa quantitativa ou vice-versa. “A pesquisa qualitativa pode apoiar a pesquisa quantitativa e vice-versa, sendo ambas combinadas visando a fornecer um quadro mais geral da questão em estudo”. Desta forma, percebeu-se durante o desenvolvimento do trabalho, a necessidade de definir a abordagem metodológica desta pesquisa como mista. Assim, à abordagem qualitativa, acrescentou-se a quantitativa, tendo em vista alcançar maior profundidade nos resultados do levantamento e um melhor conhecimento do assunto. Flick (2009) aponta algumas vantagens em utilizar estes dois tipos de pesquisa.

As abordagens de metodologia mista interessam-se por uma combinação pragmática entre pesquisa qualitativa e quantitativa [...] (p.40).

Um estudo poderá incluir abordagens qualitativas e quantitativas em diferentes fases do processo de pesquisa sem concentrar-se necessariamente na redução de uma delas a uma categoria inferior ou em definir a outra como sendo a verdadeira abordagem da pesquisa. Métodos qualitativos e quantitativos devem ser vistos como campos complementares [...] operando lado a lado, tendo como ponto de encontro o tema em estudo (p.43).

[...] o interesse em combinar a pesquisa qualitativa com a quantitativa concentre-se em conhecer melhor o assunto (p.46).

Diante o exposto, a expectativa é que a utilização combinada destas duas abordagens contribua para a análise bem fundamentada dos dados coletados e para um aprofundamento do tema em estudo.

2.2 Metodologia

Mesmo entendida como um processo previamente planejado, a pesquisa científica pode passar por mudanças e alterações de rotas e procedimentos durante a sua produção. Assim, o desenvolvimento metodológico dessa investigação passou por alterações importantes e que merecem ser aqui apresentadas, para traduzir fielmente a dinâmica e as etapas do processo percorrido.

O ponto inicial da pesquisa do tipo estado da arte, de abordagem apenas qualitativa, teve o objetivo de recuperar artigos e dissertações publicados na base de dados do Scientific

Eletronic Library Online (SciELO), no Portal de Periódicos CAPES e nos sites da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), num recorte de cinco anos, entre 2008 e 2013. A previsão era de que, a pesquisa seria realizada utilizando, para levantamento de informações, os termos descritores: trabalho docente, precarização do trabalho docente, capitalismo flexível, professores e trabalho, trabalho e tecnologias.

Os termos descritores definidos para a busca das publicações foram determinados a partir da análise preliminar de artigos de referência a respeito do trabalho docente, educação superior no Brasil, profissão, vocação, ofício, papel do professor, emprego, trabalho, reestruturação produtiva, tecnologias e precarização.

A metodologia, em sua fase inicial, incluiu uma pesquisa bibliográfica apoiadas na identificação de artigos científicos, decretos e livros, para identificação e análise da produção sobre o objeto em questão.

A escolha do material utilizado como referencial teórico se deveu ao fato de ele oferecer conhecimentos que permitiriam a compreensão e a análise de como se deu o início do ensino superior no Brasil, suas transformações em uma perspectiva histórica, além das leis e diretrizes que o regulamentam e definem os programas para ingresso nele. Buscou-se uma análise do trabalho por meio de uma recuperação da visão histórica e social, diferenciando o trabalho docente de emprego, discutindo suas relações com o ofício e a profissão, bem como a discussão do papel do professor universitário, suas competências e habilidades, características, funções e ações, enquanto profissional responsável em preparar, dentre outras, novos profissionais para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente. Isso definido passou-se à etapa de coleta de informações que incluiu seleção de artigos científicos publicados nas bases de dados e sites: SciELO, Portal de Periódicos CAPES, além de dissertações publicadas nos sites da USP, UFMG e UNICAMP, de acordo com os termos descritores definidos.

A escolha das três universidades se apoiou nos seguintes critérios: serem universidades públicas brasileiras, com programas de Pós-Graduação em todas as áreas do conhecimento, serem seus programas bem avaliados pela CAPES, em que vários já conquistaram o nível de excelência, e por, fazerem parte das 500 melhores universidades do mundo, conforme Ranking Acadêmico de Universidades do Mundo da Universidade Jiao Tong de Shanghai (2013).

Os artigos e dissertações recuperados foram tabulados em planilha do Excel (Microsoft Office 2007), especialmente criada pela autora e intitulada Levantamento de

Informações, e possuiu uma linha para identificação do local de acesso da pesquisa, cinco colunas que foram preenchidas com o título do trabalho, ano de publicação, autoria, tipo (dissertação ou artigo) e área de conhecimento conforme o Apêndice A, para indicar o material encontrado.

Para inclusão do material no estudo foram considerados como critérios: ter sido publicado entre 2008 e 2013 e ser em língua portuguesa. Foram excluídas as publicações com título e referências idênticas, evitando um número superestimado de trabalhos identificados na busca total, buscando assim identificar uma soma real quanto ao número de publicações sobre o tema.

Realizado o levantamento das produções, foi construída pela pesquisadora uma ficha de identificação, (APÊNDICE C), como instrumento para registrar as leituras dos artigos e dissertações. Dela constam informações sobre: abordagem de pesquisa; tipo de pesquisa; métodos; etapas; procedimentos utilizados; referenciais teóricos; resultados e palavras-chave.

A leitura inicial abrangeu o resumo das publicações.

Na etapa de leitura dos resumos, as produções passaram por uma análise para definição de quais deveriam ser analisadas profundamente e integralmente. Nesta fase de leitura integral foram registrados aspectos relativos ao adensamento do tema, tais como os pontos comuns sobre a precarização do trabalho docente e a saúde dos professores.

2.2.1 Coleta de Dados

A busca de publicações se deu através do levantamento de artigos e dissertações nas bases de dados e sites já preestabelecidos. O levantamento das publicações foi realizado pela autora da pesquisa, em que através do acesso das bibliotecas digitais, era realizado um filtro para selecionar as publicações. Inicialmente a busca ocorreu utilizando um termo descritor isolado digitalizado na busca no repositório. Obtidos os resultados da busca, estabeleceu-se um segundo critério para seleção das publicações, terem sido os artigos e dissertações publicados entre o período de 2008 a 2013. Quando localizadas as publicações com os critérios acima, era realizada uma cópia da produção na íntegra, alimentando uma planilha de Excel intitulada Levantamento de Informações (Apêndice A), em que era descrito o termo descritor, seguido do título da pesquisa, ano de publicação, nome do autor, tipo de produção (artigo ou dissertação) e área de conhecimento.

Iniciada a coleta de informações, observou-se que o material recuperado mostrava-se reduzido, quando realizada a busca com alguns termos descritores, em grande quantidade com

outros termos, alguns fora do recorte de tempo estabelecido e com análises que não favoreciam uma compreensão da complexidade do tema em questão. As buscas das dissertações evidenciaram publicações em outras áreas do conhecimento, não sendo o tema específico à área da educação.

Quadro 03 - Levantamento parcial de artigos e dissertações

Termo descritor	Base de dados e sites	Quantidade	Tipo
Precarização do Trabalho Docente	CAPEL	22	Artigo
	SciELO	6	
	USP	2	
	UNICAMP	75	
Trabalho Docente	USP	13	Dissertação
	UFMG	780	
Capitalismo Flexível	USP	2	
	UNICAMP	6	
Total		906	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos bancos de dados e sites – CAPES, SciELO, USP, UNICAMP e UFMG, 2013.

Com os resultados parciais obtidos e contrariando a expectativa da pesquisa, foi abortada a busca das obras, não finalizando o levantamento em todas as bases de dados e sites com todos os termos descritores definidos inicialmente. Tendo em vista o pouco tempo para a pesquisa e considerando o foco do objeto, realizamos alterações metodológicas, escolhendo como fonte de dados apenas o acervo da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, a busca com termos descritores combinados em palavras-chave e em título e o tipo de produção dissertações e teses.

Os critérios de escolha da referida universidade foram: a) possuir um grupo de estudos sobre política educacional e trabalho docente; b) ser referência nessa área e c) desenvolver várias pesquisas relacionadas com a pesquisa em questão.

A pesquisa foi realizada na biblioteca digital da UFMG, pelo seu site, utilizando a busca avançada, pelo filtro dissertações e teses e com o uso de termos descritores combinados, previamente definidos para tal. Foram eles: professores, ensino superior, condições de trabalho, tecnologias e organização do trabalho.

2.3 Resultados

Tabela 2 - Resultados da coleta de dados realizada no banco de dados da UFMG, utilizando-se termos descritores combinados

Descritores – Combinações	Total encontrado		Selecionados	Descartados		
	Palavra-chave	Título		Fora do recorte	Repetidas	Outros
Professores; ensino superior e condições de trabalho.	77		52	23	02	
		30	10	14		6
Professores; tecnologias e condições de trabalho.	07		01	01	01	4
		04	04			
Professores e condições de trabalho.	112		24	33	03	52
		115	29	43	01	42
Professores; organização do trabalho e condições de trabalho.	19			05	01	13
		59	01	23		35

Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados da UFMG, 2013.

Concretizado o levantamento das obras, chegou-se a um total de 121 produções selecionadas (Apêndice B). Destas, 68 são do tipo dissertação e 53 teses de doutorado. Representando 56,20% de dissertações e 43,80% de teses. As produções descartadas referem-se a produções fora do recorte temporal (2008-2013), repetidas na base de dados da biblioteca digital da UFMG e por outros motivos: língua diferente da portuguesa e por seleção anterior em outros descritores na busca em palavra-chave ou em título.

O gráfico 2 demonstra o levantamento das obras (121 publicações), apresentando a quantidade por ano de publicação.

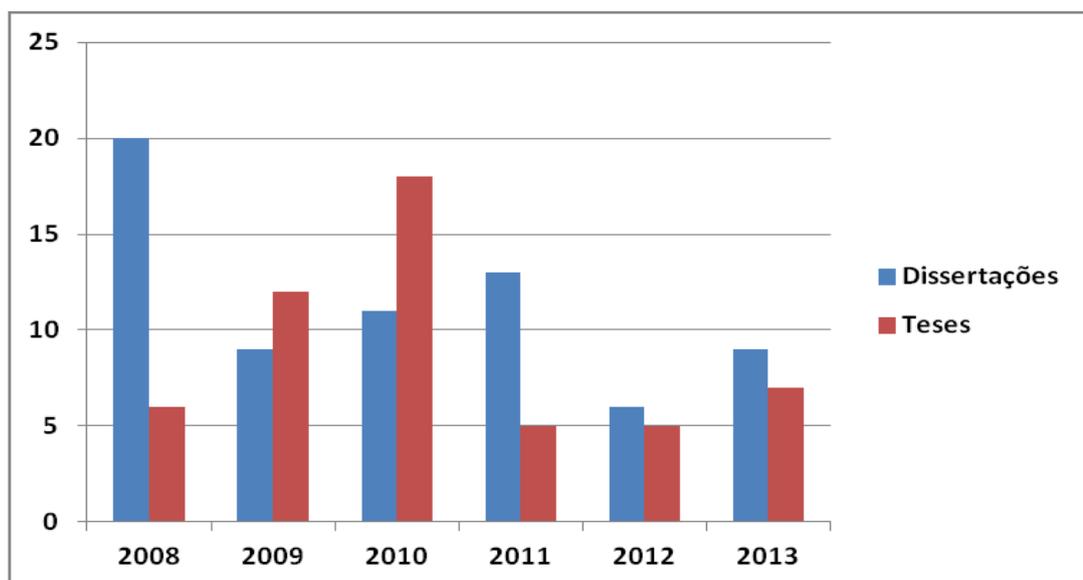


Gráfico 2 - Quantidade de dissertações e teses publicadas por ano (2008-2013) conforme banco de dados da UFMG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados da UFMG, 2013.

O gráfico ilustra o número de produções no período de 2008-2013 sendo: Dissertações (20) em 2008; (9) nove em 2009; (11) em 2010; (13) em 2011; (6) seis em 2012 e (9) nove em 2013. As teses, (6) seis em 2008; (12) em 2009; (18) em 2010; (5) cinco em 2011; (5) cinco em 2012 e (7) sete em 2013.

O levantamento das obras indica que várias áreas do conhecimento têm estudado o trabalho docente.

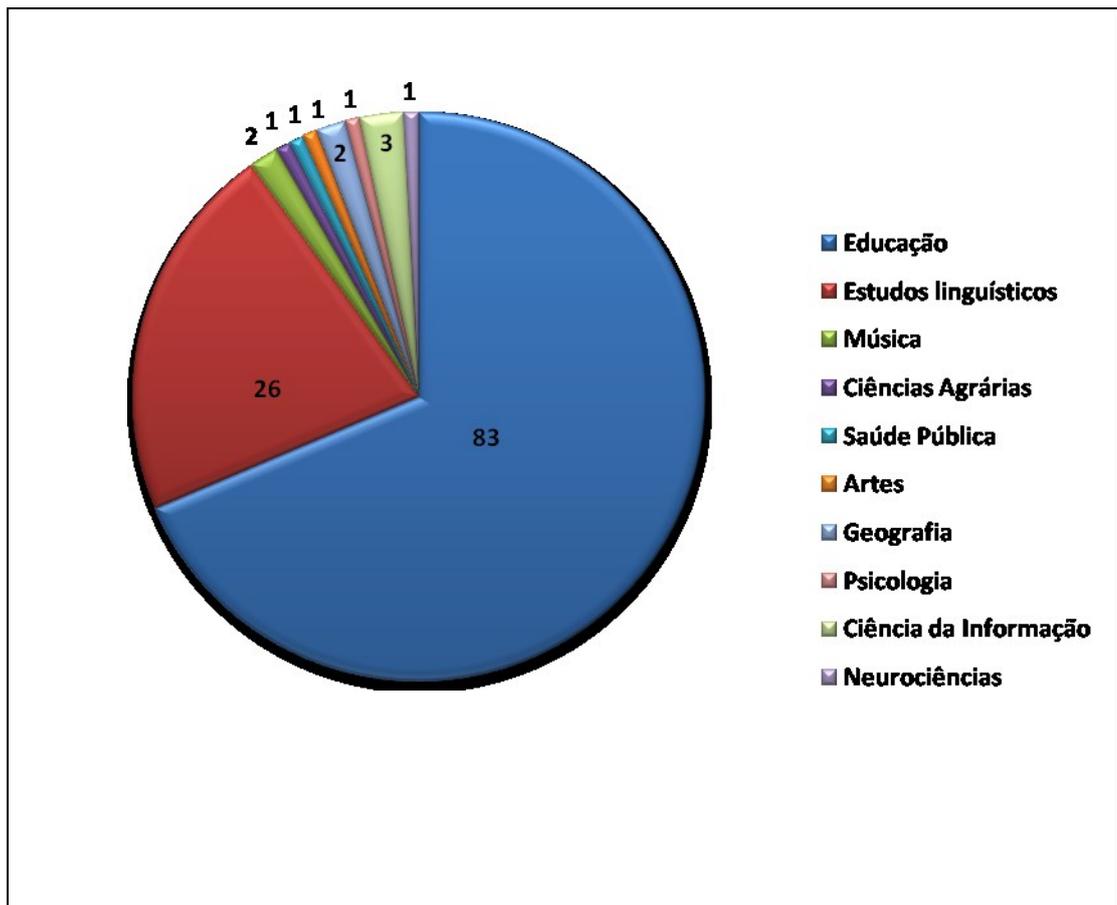


Gráfico 3- Publicações por área de conhecimento, ano (2008-2013) com base no banco de dados da UFMG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados da UFMG, 2013.

O resultado da primeira seleção identificou 121 obras (Apêndice B). Com a conclusão desta primeira etapa, realizou-se uma segunda seleção para determinar quais obras deveriam ser analisadas. O critério de escolha definido para esta segunda etapa foi a busca de obras através do título que apontasse alguma relação com os objetivos da pesquisa.

A seleção pelo título identificou (07) sete obras na UFMG conforme quadro 04.

Quadro 04 – Teses e dissertações selecionadas pelo título

Título da Obra	Autor (a)	Ano de Publicação	Tipo de Produção	Área de Conhecimento
Informatização da rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte: uma análise do seu impacto sobre o trabalho docente.	Jacqueline de Castro Laranjo	2008	Dissertação	Educação
A saúde entre o trabalho e a vida: uma análise referenciada nas abordagens ergonômicas e ergológicas da atividade	Angelita Antonia dos Santos	2008	Dissertação	Educação
A espetacularização do trabalho docente universitário: dilemas para produzir e viver e viver para produzir.	Nara Luciene Rocha Fidalgo	2010	Tese	Educação
Condições de trabalho docente no ensino superior na rede privada na modalidade educação a distância.	Inajara de Salles Viana Neves	2011	Tese	Educação
O exercício da docência e a preservação da saúde mental do professor: um estudo a partir de suas condições de trabalho e existência.	Valéria Maria da Conceição Mota	2011	Dissertação	Psicologia
Condição docente na educação infantil: representações do presente	Elenice de Brito Teixeira Silva	2011	Dissertação	Educação
Absenteísmo docente: manifestação do fenômeno na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (2009 - 2010).	Marília Souza Andrade Dias	2012	Dissertação	Educação

Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados da UFMG, 2013.

Selecionadas as obras pelo título, para serem analisadas, pelo resumo e pelas palavras-chave, foram impressos os resumos, realizada a leitura, destacando as características relevantes conforme o objetivo da pesquisa. Após leitura dos resumos, foram digitalizadas as informações na planilha do Excel intitulada de Ficha de Identificação (Apêndice C).

Concluída a terceira etapa, iniciou-se a leitura na íntegra das obras selecionadas, optando-se ainda pela sistematização por conteúdo, conforme ilustrado no apêndice H, juntamente com o preenchimento da Ficha de Identificação, para posterior análise dos dados, à luz do referencial teórico utilizado e em confronto com a literatura.

Em uma fase posterior à qualificação e por necessidade de mais foco no objeto, optou-se em continuar a busca por produções na biblioteca digital da UFMG, utilizando novos termos descritores. Nessa nova fase foi excluído o recorte temporal (2008-2013), devido à

identificação de poucas produções nesse período. A busca inicial consistiu em acesso a Biblioteca digital de teses e dissertações da UFMG, utilizando o caminho: busca; dissertações e teses; busca avançada, conjunção: E, e OU; tipo de busca: título e em palavra-chave. Com o uso de (9) nove descritores isolados e combinados: ensino superior privado e condições de trabalho; ensino superior, privado e condições de trabalho; ensino superior privado e reestruturação produtiva; ensino superior privado e organização do trabalho; ensino superior e educação a distância; intensificação do trabalho e ensino superior; ensino superior; educação a distância e superior.

O resultado dessa busca evidenciou uma grande quantidade de produções, em várias áreas de conhecimento, especialmente na Pós-Graduação em Educação e Psicologia. Considerando-se o número de diversas produções na Pós-Graduação em Educação e Psicologia, optou-se por um novo filtro: busca na biblioteca digital da UFMG, mas na comunidade de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social; e na Pós-graduação em Psicologia. A escolha das duas Pós-Graduações se deu ao fato que na seleção inicial, identificou que essas duas áreas do conhecimento têm estudado o assunto em questão (Gráfico 3).

As obras inicialmente foram selecionadas pelo título que tivesse alguma afinidade e/ou, relação com os objetivos da pesquisa. Essa seleção pelo título identificou 124 obras (Apêndice D). Selecionadas as obras, foi realizada uma segunda seleção com a leitura do resumo das produções para um melhor afinamento dos objetivos do trabalho com a produção. Essa segunda etapa de seleção, selecionou obras listadas no quadro 05.

Quadro 05 – Teses e dissertações selecionadas pelo resumo no banco de dados da UFMG, nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Psicologia

Título da Obra	Autor (a)	Ano de Publicação	Tipo de Produção	Área de Conhecimento
A espetacularização do trabalho docente universitário: dilemas para produzir e viver e viver para produzir.	Nara Luciene Rocha Fidalgo	2010	Tese	Educação
Condições de trabalho docente no ensino superior na rede privada na modalidade educação a distância.	Inajara de Salles Viana Neves	2011	Tese	Educação
O exercício da docência e a preservação da saúde mental do professor: um estudo a partir de suas condições de trabalho e existência.	Valéria Maria da Conceição Mota	2011	Dissertação	Psicologia

Quadro 05 – Teses e dissertações selecionadas pelo resumo no banco de dados da UFMG, nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Psicologia

(continuação)

A tecnologia informacional e o trabalho do professor de direito: o SAJ da PUC Minas de Contagem	Odil de Lara Pinto	2010	Tese	Educação
Subjetividade e trabalho docente em cursos de educação a distância	Regina Celia Pereira Campos	2002	Tese	Educação
Avaliação da educação superior: experiências e vozes docentes em uma análise de políticas e práticas	Ana Marta Aparecida de Souza Inez	2007	Tese	Educação
O uso de si e o saber fazer com o sintoma no trabalho	Admardo Bonifacio Gomes Junior	2013	Tese	Educação
Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia	Daniel Ribeiro Silva Mill	2006	Tese	Educação
Qualificação para o trabalho no capitalismo contemporâneo: as tecnologias da informação e comunicação na formação docente inicial na UFMG	Cristiana Chaves de Oliveira	2013	Dissertação	Educação

Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados da UFMG, 2014.

Em síntese, a coleta de dados obedeceu às seguintes etapas:

1ª etapa: busca de produções (dissertações e teses) no banco de dados da biblioteca digital da UFMG, nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Psicologia, utilizando os termos descritores isolados e combinados: ensino superior privado e condições de trabalho; ensino superior, privado e condições de trabalho; ensino superior privado e reestruturação produtiva; ensino superior privado e organização do trabalho; ensino superior e educação a distância; intensificação do trabalho e ensino superior; ensino superior; educação a distância e superior.

2ª etapa: seleção das produções pelo título que tivesse alguma afinidade com a temática em estudo;

3ª etapa: leitura e análise do resumo das produções selecionadas pelo título na 2ª etapa (Apêndice D). Tendo como amostra nove produções; sendo duas dissertações e sete teses.

4ª etapa: leitura integral das produções, preenchimento da Ficha de Identificação (APÊNDICE C) e sistematização do conteúdo das produções selecionadas pelo resumo. Nessa

etapa, foram registrados aspectos relativos ao adensamento do tema, tais como os pontos comuns sobre a precarização do trabalho docente e saúde de professores, para posterior análise dos dados, à luz do referencial teórico utilizado e em confronto com a literatura. Nessa etapa de leitura integral, identificou-se que uma produção selecionada anteriormente pelos critérios de busca pelo título e resumo, apresentava objeto de estudo divergente do nosso objeto, que vale relembrá-lo: Trabalho docente e saúde de professores no ensino superior. Diante do ocorrido, a produção de Admardo Bonifacio Gomes Junior, intitulada *O uso de si e o saber fazer com o sintoma no trabalho*, foi descartada. A amostra para análise passa de (9) nove para (8) oito produções (2 dissertações e 6 teses).

O processo de construção dessa pesquisa passou por várias alterações, conforme descritas nesse capítulo. Permitindo um grande aprendizado através da coleta, seleção e análise das produções. Após os procedimentos de coleta e seleção das produções, conseguimos realizar a análise e produção do conhecimento da UFMG sobre o trabalho docente e saúde no ensino superior, que serão apresentadas no próximo capítulo, tomando como ponto de partida o contexto institucional das produções. Desse modo, optamos em apresentar um pouco da história da UFMG que foi a instituição escolhida para a seleção das produções para a pesquisa, tendo em vista possíveis análises da contextualização da produção e suas vinculações institucionais e aos Programas de Pós-graduação, conforme segue no próximo capítulo.

3 TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR E SAÚDE DE PROFESSORES: O QUE DIZEM AS TESES E DISSERTAÇÕES DA EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA DA UFMG?

A partir dos objetivos estabelecidos para a pesquisa, e utilizando os dados recolhidos nas publicações analisadas, tendo como base o diálogo com a literatura produzida, especialmente em comparação com as tendências dominantes apresentadas por alguns autores sobre o mundo do trabalho e suas implicações para a saúde docente, neste capítulo discute-se a produção do conhecimento da UFMG acerca do trabalho docente e saúde no ensino superior. A análise toma como base os pontos comuns e principais tendências presentes no estado do conhecimento das áreas de Educação e Psicologia em que o tema é tratado.

O propósito é reunir elementos que permitam responder ao problema desta investigação e que se desdobra em dois aspectos: 1) Como no contexto da revolução tecnológica e da reestruturação produtiva o trabalho flexível e suas manifestações precarizadas têm transformado o trabalho e a saúde dos docentes? 2) Como a produção científica da UFMG discute, a partir do referido contexto, a organização e o desenvolvimento do trabalho docente e suas implicações para a saúde de professores?

Anterior à qualquer análise para responder ao problema da pesquisa, importa apresentar a UFMG, os Programas de Pós-Graduação a que este estudo se liga e o GESTRADO que representam o contexto em que as produções se fizeram e por tal razão constituíram o material desta pesquisa.

3.1 UFMG: contexto institucional e produção do conhecimento

A Universidade Federal de Minas Gerais está localizada na cidade de Belo Horizonte-MG, e possui dois campi principais: o Campus Pampulha e o Campus Saúde. Foi criada em 1927, inicialmente com o nome de Universidade de Minas Gerais (UMG). Em 1965 adotou o nome atual de UFMG.

É uma instituição pública, com grande expansão desde a sua criação. Atualmente possui cerca de 76 cursos de graduação, divididos nas áreas de ciências agrárias, biológicas, engenharias, exatas e da terra, humanas, linguística, letras e artes, saúde, sociais aplicadas, além de incluídos 75 cursos de especialização, além de 78 cursos de mestrado e doutorado em várias áreas de conhecimento.

Os cursos oferecidos pela UFMG nos níveis de graduação, especialização, mestrado e doutorado estão listados no apêndice F.

3.2 Os Programas de Pós-Graduação: Educação e Psicologia

Dois programas de Pós-Graduação da UFMG - Conhecimento e Inclusão Social em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) - foram escolhidos como referência para a busca de produções sobre a temática em estudo, uma vez que em levantamento preliminar na base de dados da UFMG, os dois programas destacaram-se no número de produções relacionadas ao tema e por isso foram selecionados.

O primeiro programa foi criado em 1971. Ligado à Faculdade de Educação da UFMG, tem com finalidade contribuir com o desenvolvimento da educação brasileira, e dispõe de dois eixos temáticos: “inclusão/exclusão nos processos educativos” e “educação e conhecimento”. O currículo do programa para os cursos de Mestrado e Doutorado baseia-se em dois campos:

Organização do trabalho pedagógico e desenvolvimento de práticas educativas. A constituição social, histórica e política dos processos educacionais, na escola e fora dela. Relações entre processos sociais, culturais e políticos e a organização e desenvolvimento de práticas escolares e educativas.

Educação e processos de produção e de socialização do conhecimento educacional. Processos de produção de conhecimento e de suas relações com a educação dentro e fora da escola. Relações entre os processos sociais, culturais, políticos e cognitivos e a produção e a aquisição de conhecimento pelos sujeitos (UFMG, ESTRUTURA, 2014, p.1).

As investigações desenvolvidas ligam-se a dez linhas de pesquisa: “Educação e Ciências”; “Educação e Linguagem”; “Educação Escolar”; “Educação Matemática”; “Educação, Cultura”; “História da Educação”; “Política, Trabalho e Formação Humana”; “Políticas Públicas”; “Psicologia, Psicanálise e Educação”; e “Coordenadores Atuais”.

O segundo programa - Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) faz parte da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH – UFMG) e foi criado em 1989, oferecendo cursos de Mestrado. E em 2008, passou a oferecer curso de Doutorado. Atualmente oferece cursos de Mestrado e Doutorado em três áreas de concentração: Psicologia Social, Estudos Psicanalíticos e Psicologia do Desenvolvimento. Possui seis linhas de pesquisa: “Cognição e Linguagem”; “Diferenças Individuais”; “Conceitos Fundamentais em Psicanálise”; “Cultura, Modernidade e Subjetividade”; “Política, Participação Social e Processos de Identificação” e “Trabalho, Sociedade e Saúde”.

3.3 Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente - GESTRADO

O GESTRADO² vincula-se à UFMG. Criado em 2002 e formado por professores dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Pública e em Educação da UFMG, por alunos de graduação e Pós-Graduação, e por pesquisadores de outras seis instituições de ensino: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-BH); Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE-MG).

O grupo tem como objetivo central: “analisar as políticas educacionais em ação”, “a gestão educacional e o trabalho docente em suas diferentes dimensões”, com foco em quatro eixos teórico-metodológicos: a) políticas públicas educacionais: condicionantes, pressupostos e paradigmas; b) trabalho docente: natureza, configurações e sentidos; c) relações entre saúde e trabalho no exercício da profissão docente; d) resistência e organização sindical dos trabalhadores docentes (GESTRADO, 2014, p.1).

3.4 As produções e seus aspectos descritivos

Com o objetivo de responder ao problema dessa pesquisa, buscou-se conforme já detalhado na metodologia indicada no capítulo 2, dissertações e teses no repositório da UFMG, a partir de critérios de busca previamente estabelecidos: ser produção do Programa de Pós-Graduação em Educação e/ou Psicologia; ser em língua portuguesa e atender aos termos descritores – ensino superior privado; condições de trabalho; precarização, reestruturação produtiva; organização do trabalho; educação a distância³, intensificação do trabalho; ensino superior. O resultado da busca e coleta de dados apontou oito produções, conforme exposto no quadro 06.

² O Apêndice E apresenta os pesquisadores que fazem parte do Grupo de Estudos Gestrado.

³ Os termos educação a distância e ensino a distância são encontrados nas produções e na literatura com crase e sem crase, sendo respeitadas nessa pesquisa as fontes originais.

Quadro 06 – Produções constitutivas do material da pesquisa

Título da Obra	Autoria	Orientador(a)	Assunto	Palavra-chave
A espetacularização do trabalho docente universitário: dilemas para produzir e viver e viver para produzir.	Fidalgo (2010)	Antonia Vitoria Soares Aranha	Educação; Teses; Professores; Aspectos sociais; Trabalho.	Produtivismo. Trabalho docente. Sociedade do espetáculo. Saúde. Trabalho e educação.
Condições de trabalho docente no ensino superior na rede privada na modalidade educação a distância.	Neves (2011)	Fernando Selmar Rocha Fidalgo	Educação; Teses; Prática de ensino; Ensino à distância; Professores; Aspectos sociais.	Trabalho docente. Educação a distância. Condições de trabalho.
O exercício da docência e a preservação da saúde mental do professor: um estudo a partir de suas condições de trabalho e existência.	Mota (2011)	Maria Elizabeth Antunes Lima	Psicologia; Saúde; Trabalho; Professores; Teses.	Saúde. Trabalho. Experiências. Professores.
A tecnologia informacional e o trabalho do professor de direito: o SAJ da PUC Minas de Contagem	Pinto (2010)	Fernando Selmar Fidalgo de Oliveira	Educação; Teses; Prática de ensino; Tecnologia da informação; Professores de direito; Formação.	Educação. Trabalho docente. Tecnologia. Professor de direito. Profissionalização.
Subjetividade e trabalho docente em cursos de educação a distância	Campos (2002)	Lucilia Regina de Souza Machado	Subjetividade; Professores; Formação; Ensino à distância; Educação; Teses.	Subjetividade de professores. Educação a distância. Gênero.
Avaliação da educação superior: experiências e vozes docentes em uma análise de políticas e práticas	Inez (2007)	Ângela Imaculada L. de F. Dalben	Educação; Teses.	Avaliação. Educação superior. Experiências. Políticas. Práticas.
Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia	Mill (2006)	Fernando Selmar Fidalgo de Oliveira	Ensino à distância; Professores; Formação profissional; Tecnologia educacional; Relações sociais; Educação; Teses.	Trabalho e educação; Trabalho docente; Educação a distância
Qualificação para o trabalho no capitalismo contemporâneo: as tecnologias da informação e comunicação na formação docente inicial na UFMG	Oliveira, C., (2013)	Antonio Julio de Menezes Neto	Educação; Teses; Professores; Formação; Trabalho; Aspectos sociais; Capitalismo; Tecnologia da informação.	Trabalho. Capitalismo. Formação inicial de professores/licenciaturas. Tecnologias de informação e comunicação. Emancipação.

Fonte: Elaborado pela autora com base na biblioteca digital da UFMG.

Das oito produções, conforme o quadro 06, (02) duas são dissertações e (06) seis são teses. Todas foram desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação da UFMG, sendo a maioria (07) sete no Programa de Pós-Graduação em Educação e uma pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Constatou-se que duas foram publicadas em 2011 e em 2010, e uma em 2013, 2007, 2006 e 2002.

Segundo os autores, quanto ao tipo, as pesquisas se apresentam identificadas como: um estudo de caso, exploratório e descritivo (Psicologia); uma pesquisa documental, exploratória e descritiva (Educação); exploratória e descritiva; pesquisa teórica; bibliográfica e pesquisa de campo. Evidenciam-se três pesquisas exploratória e descritiva, duas exploratórias, e uma descritiva.

Quanto às técnicas de pesquisa utilizadas, foi possível identificar a entrevista “livre/informal”, também nomeada como aberta, além de técnica, a entrevista semiestruturada também foi utilizada como instrumento, junto ao questionário e à observação. O uso de entrevistas foi utilizado em seis produções, sendo que em três a utilização foi combinada com o questionário. A utilização da entrevista e da observação clínica se deram na produção da Psicologia. Isso permite dizer que há uma coerência na escolha e uso de técnicas com a área, a natureza do objeto e os objetivos da pesquisa.

Foram encontradas quatro pesquisas com abordagem qualitativa, uma quantitativa e três do tipo misto ou quali-quantitativa. Em coerência com a tendência forte nas pesquisas da área de humanas, no encontrado predomina a abordagem qualitativa.

Não é por acaso tal predominância nas publicações da abordagem qualitativa. Ela tem sido evidenciada na maioria das pesquisas na área de educação (LUDKE, 1986). Essa abordagem justifica-se por enfatizar mais o processo do que o produto, pela preocupação em apresentar as perspectivas dos participantes, por possuir como base para a análise de dados a indução do pesquisador (BOGDAN E BIKLEN, 1994 *apud* RIBEIRO; DARSIE, 2012); além de os dados coletados serem predominantemente descritivos, alcançados no contato do pesquisador com a situação de estudo (LUDKE, 1986).

A abordagem quali-quantitativa é igualmente utilizada, por colaborar para a construção de uma síntese descritiva dos dados coletados; oportunizar uma reflexão e compreensão do objeto de estudo e explicação das múltiplas dimensões (MINAYO, 2007); além de fornecer uma visão mais geral do objeto em estudo (FLICK, 2009).

As temáticas abordadas nas pesquisas são professor e professor universitário, escola, docência, trabalho e trabalho docente, trabalho material e imaterial, educação e educação a distância, capitalismo e suas consequências, acumulação de capital, riscos para a categoria

docente, mal-estar, psicopatologia, a saúde e doença, condições de trabalho e afastamento do trabalho, transtornos, disfonia e síndrome de *burnout*, sociedade em rede, profissão docente e profissionalização docente, tecnologias e tecnologia informacional, alienação, identidade, subjetividade, precarização do trabalho, intensidade e intensificação do trabalho, produtividade, reprodução da força de trabalho, sofrimento, tempo e espaço, escritório virtual, organização do trabalho docente e avaliação do ensino superior.

Predominam as temáticas educação, professores e tecnologias. Isso pode indicar que o interesse em estudar as temáticas nos cursos de Pós-Graduação em Educação e Psicologia, se deve à grande quantidade de professores inserida nesses programas, à atualidade do tema e à sua relevância ligada ao potencial de interferência das mudanças na organização do trabalho docente e na vida dos professores como um todo.

O referencial teórico completo, utilizado nas oito produções, segue no apêndice G. Nele são destacados os eixos temáticos de maior relevância para esse estudo e os respectivos autores de referência.

Quadro 07 – Eixos temáticos e autores de referência

Tema	Autores
Professor	Bianchetti e Machado (2009); Campos (2002); Codo (2002); Lopes (2013); Paschoalino (2007,2009).
Trabalho	Abbagnano (2007); Antunes (2009); Barros (2008); Cattani (2008); Cattani e Holzmann (2006); Clot (2006,2010); Correia; Saraiva (2000); Dal Rosso (2008); Dejours (1992); Fromm (1944); Houaiss (2001); Hirata e Zarifian (2000); Le Guillant (2006); Liedke (2001); Lima (2010); Luckács (1968); Marx (1946, 1968, 1980); Mill e Campos (2005); Molinier (2000); Sandroni (1989); Tardif e Lessard (2008); Zauli (2000); Kergoat (1998).
Trabalho docente	Antunes (2007); Apple e Teitelbaun (1991); Barros (2009); Brzezinski (2002); Bosi (2007); Cabrera e Jaén (1991); Carlotto (2002); Castells (2003); Codo (2002); Enguita (1991); Fidalgo (1993); Hypólito (1997); Luckesi (1994); Meszaros (2006); Paschoalino (2009); Perrenoud (1993); Pimenta (1999); Pucci, Oliveira e Sguissardi (1991); Rossel (1998); Sancho (19978); Santos (2000,2004); Tardif (2002); Tardif e Lessard (2008); Tardif e Gauthier (1996); Tardif, Lessard e Lahaye (1991); Therrien (1997); Kuenzer e Caldas (2009).
Profissão docente/ Profissionalização	Aguiar (2010); Correia e Matos (2008); Fidalgo (1993); Gauthier e Tardif (2001); Lallement (2007); Lessard e Tardif (2005); Mancebo e Fávero (2004); Popkewitz (1997); Tommasi, Warde e Haddad (1998).
Produtividade	Crivellari (2000); Dal Rosso (2009).

Quadro 07 – Eixos temáticos e autores de referência

(continuação)

Tecnologias/Inovações tecnológicas	Berg (2006); Bernardo (2009); (Bertoldo (2004); Castells (1999,2003,2006); Castro (1994); Cysneiros (2001); Corrêa (1997); Correa (2007); Dantas (2005); Habermas (2001); Hirata (2002); Kerckhove (1997); Kumar (1997); Lessa (2005); Lobato (2007); Lojkine (2002); Magalhães (2009); Marx (1980); Masetto (2003); Mattelart (2002,2006); Menezes (2001); Mill (2006); Parente (1993); Pinto (2005); Ponte (1998); Postman (2002); Rosanvallon e Troussier (1987); Sadala e Machado (2000); Santos (1992,2008,2009); Tavares (2004,2009,2010); Thompson (1998); Vieira-Pinto (2005).
Trabalho material	Cattani e Holzmann (2006); Marx (1972).
Trabalho imaterial/intelectual	Cattani e Holzmann (2006); Lazzarato (2001); Lessa (2005); Marx (1972); Sadala e Machado (2000); Saviani (1984).
Educação/Educação superior	Cattani e Oliveira (2000); Codo (2002); Forquin (1993); Jézégou (1998); Levy (1999); Moreira (2002); Oliveira & Souza (2003); Roca (1998); Rossler (2004); Tardif e Lessard (2008).
Educação a distância	Almeida; Wolff; Dantas (2008); Belloni (1999, 2003, 2006); Berteaux-Wiame (1999); Cattani e Holzmann (2006); Gambino (2000); Lemesle e Marot (1996); Mansur (2001); Mill (2011); Moore e Kearsley (2007,2010); Peters (2003,2004); Rossel et al (1998); Sá (1998); Schneider e Rosensohn (1997).
Saúde	Clot (2006, 2007); Diniz (1997); Le Guillant (2006).
Doença	Canguilhem (1990); Dejours (1992); Le Guillant (2006); Novo Dicionário Aurélio; Zaragoza (1999).
Mal-estar	Correia (2008); Paschoalino (2009); Zaragoza (1999).
Síndrome de <i>Burnout</i>	Codo (2002); Friedman e Farber (1992); Gomes (2006); Moreno (2002); Paschoalino (2009); Vasques-Menezes & Gazzotti (2002).
Sofrimento	Dejours (1992).
Psicopatologia do trabalho	Campos (2005).
Capitalismo e acumulação de capital	Antunes (2003,2008); Bernardo (1979); Giroux (2009); Harvey (1998,2006); Marx (1964 1967, 1980,1984); Mészáros (1987); Santos (1992).
Alienação	Debord (1997).
Identidade	Campos (2000); Dubar (1995).
Precarização do trabalho	Cattani (2008); Gatti (2010); Marx (1964).
Intensificação do trabalho	Antunes (2002); Askenazy (2004); Cattani (2008); Castells (2006); Dal Rosso (2008); Gollac e Volkff (1996); Maués (2009); Marx (1985); Negri (2001).
Tempo e espaço	Aubert (2003); Doctors (2003); Elias (1989); Harvey (2001); Hassard (1996); Giddens (2005); Santos (1999); Selvaggi (2001); Teixeira (1998); Wertheim (2001); Whitrow (1993); Zarifian (2001).
Ciberespaço	Lévy (1999); Wertheim (2001); Santaella (2004).

Fonte: Elaborado pela autora com base nas produções de Fidalgo (2010); Neves (2011); Mota (2011); Pinto (2010); Campos (2002); Inez (2007); Mill (2006); Oliveira, C., (2013).

Os referenciais teóricos utilizados nas oito produções são diversos, mas é recorrente o uso de autores clássicos como: Dejours; Harvey e Marx, e atuais: Antunes; Belloni; Cattani;

Cattani e Holzmann; Castells; Clot; Dal Rosso; Fidalgo; Moore e Kearsley; Paschoalino; Peters; Tardif e Lessard.

No que diz respeito aos métodos utilizados nas produções, após leituras, análises e (re) análises, identificamos que estes não estão devidamente explicitados nas obras analisadas. Apenas duas produções apresentam de forma clara, podendo identificar os métodos aplicados que foram descritos como: marxismo não ortodoxo e teoria marxista com ênfase no materialismo crítico-dialético.

Entre os objetivos gerais e específicos das produções, os principais seguem listados no quadro 08.

Quadro 08 – Objetivos das produções analisadas, conforme seus autores

Autores/Data	Objetivos
Mota (2011)	Identificação dos distúrbios mentais mais frequentes por categoria profissional;
	Compreensão de como o professor realiza sua atividade no cotidiano, de quais são as dificuldades que encontra e quais estratégias adota para enfrentá-las;
	Conhecer as condições de trabalho e existência do professor;
Fidalgo (2010)	Investigar como a lógica produtivista aliada à disseminação de políticas que têm estimulado o desenvolvimento de um determinado perfil de professor da pós-graduação pública federal por parte de agências como a CAPES e o CNPQ tem reforçado, ou não, o processo de individualização das relações sociais e laborais, requerendo mudanças sobre a objetividade dos processos de trabalho e de formação e, por conseguinte, na subjetividade dos profissionais da educação;
	Compreender as bases de sustentação do produtivismo e identificar seus pontos de convergências e divergências;
	Compreender como os professores da rede pública federal, especialmente da pós-graduação, têm construído sua profissionalidade e identidade frente à instauração externa e interna da lógica do produtivismo no trabalho docente;
	Como os professores da pós-graduação estão enfrentando a intensificação do trabalho, o aumento do ritmo, da carga horária, do número e da complexidade das tarefas.
Pinto (2010)	Analisar as implicações, consequências do trabalho docente do professor de direito, [...] utilizando-se como mediação tecnológica do trabalho a tecnologia informacional;
Neves (2011)	Identificar especificidades do trabalho docente virtual e as condições de trabalho e vida;
	Caracterizar o trabalho docente virtual, analisando as relações e precarização do trabalho no ensino superior privado;
	Discutir o trabalho docente virtual no ensino superior privado e a ausência de ordenamentos jurídicos e regulatórios dessa profissão;
	Verificar os conhecimentos, as competências e os saberes dos docentes virtuais adquiridos no fazer pedagógico;
Campos (2002)	Identificar a subjetividade implícita nas atividades de trabalho;
	Estudar na educação à distância, as relações entre mudanças tecnológicas e organizacionais nos processos de trabalho de professores de nível superior;

Quadro 08 – Objetivos das produções analisadas, conforme seus autores

(continuação)

Inez (2007)	Analisar as relações que se estabelecem entre as políticas e práticas de avaliação e como as marcas dessas relações constroem um campo de valores que interfere na produção de mentalidades e representações sobre a educação superior, sua função social e, conseqüentemente na formação dos sujeitos;
Mill (2006)	Analisar as implicações sofridas pelo trabalho docente em decorrência das mudanças espaço-temporais introduzidas pelos processos pedagógicos virtuais;
	Analisar as conseqüências do trabalho virtual sobre os tempos e os espaços de reprodução do trabalhador da educação, considerando aspectos do lazer, do descanso e da convivência familiar;
Oliveira, C., (2013)	Realizar um estudo sobre os limites e as possibilidades de inserção das TIC nas estruturas curriculares dos cursos de formação docente inicial da UFMG, especificamente, a formação docente para o trabalho, considerando as exigências de qualificação de força-de-trabalho do capitalismo contemporâneo.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas produções que constituíram o material de análise.

Dos objetivos listados vale indicar os que mais aproximam dos objetivos gerais e específicos dessa pesquisa: “analisar as conseqüências do trabalho virtual sobre os tempos e os espaços de reprodução do trabalhador da educação, considerando aspectos do lazer, do descanso e da convivência familiar”; “identificar especificidades do trabalho docente virtual e as condições de trabalho e vida”; “caracterizar o trabalho docente virtual, analisando as relações e precarização do trabalho no ensino superior privado”; “como os professores da pós-graduação estão enfrentando a intensificação do trabalho, o aumento do ritmo, da carga horária, do número e da complexidade das tarefas”; “conhecer as condições de trabalho e existência do professor” e a “compreensão de como o professor realiza sua atividade no cotidiano, de quais são as dificuldades que encontra e quais estratégias adota para enfrentá-las”.

Quanto à apresentação do conteúdo, observou-se que, em três das oito publicações, o conteúdo distribuiu-se em cinco capítulos. Duas produções se estruturam em seis capítulos, uma apresentou-se em sete capítulos, uma com quatro e uma com três capítulos. Essa diferença em relação ao número dos capítulos demonstra que a organização textual em capítulos é livre do autor, não tendo normatização específica para tal.

Em relação às palavras-chave, dominam: trabalho docente em quatro produções; trabalho e educação a distância em três produções; saúde, experiências e educação em duas; capitalismo, condições de trabalho, formação inicial de professores/licenciaturas professores, professor de direito, práticas, produtivismo, profissionalização, políticas, sociedade do

espetáculo, subjetividade de professores, emancipação, trabalho e educação, tecnologia de informação e comunicação, tecnologia, gênero, avaliação, educação superior, uma vez.

O nosso tratamento qualitativo do material se orientou por unidades de análise definidas em consonância com os nossos objetivos do estudo e a natureza do problema, conforme segue.

3.5 A produção do conhecimento

As (08) oito publicações duas (02) dissertações e seis (06) teses, na área da educação e psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foram submetidas a um tratamento com bases nas seguintes unidades ou categorias de análise: a) trabalho e saúde, b) problemas de saúde e c) trabalho docente. Por apresentar sintonia com os objetivos propostos e o problema da pesquisa, elas orientaram a indicação e a discussão dos resultados. A saber:

3.5.1 Trabalho e Saúde: aproximações e semelhanças das temáticas e dos conteúdos

Entende-se a partir da literatura utilizada e apontada no quadro teórico dessa pesquisa, que o trabalho pode ser fonte de prazer e também de sofrimento, podendo causar problemas de saúde com potencial para prejudicar a qualidade de vida e o trabalho de professores. Diante do exposto, a seguir, com base em categorias selecionadas, analisa-se a abordagem do trabalho e saúde, com base no material das produções selecionadas; apresentam aproximações e/ou semelhanças das temáticas e dos conteúdos abordados sobre o trabalho e saúde.

Organização do trabalho docente

Essa unidade foi estabelecida para análise por entendermos a partir do referencial utilizado no quadro teórico dessa pesquisa, que a organização do trabalho docente envolve vários aspectos e estes têm passado por transformações e reestruturações, gerando novas exigências para o trabalho docente. Essas podem acarretar alterações no trabalho e na saúde dos professores.

Tendo como pressuposto a importância e a centralidade do trabalho do professor e sabendo que suas atividades podem ser influenciadas pela organização do trabalho e as condições impostas para a sua execução, passamos para a análise de como as produções dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Psicologia da UFMG têm abordado o assunto.

Nem todas as produções discutiram a organização do trabalho docente, mas as que analisaram a temática, de uma maneira em geral, apresentam diversidade de posicionamento quanto à organização do trabalho docente na forma coletiva e individual, e no ensino superior presencial e a distância.

Campos (2002), em sua tese intitulada *Subjetividade e trabalho docente em cursos de educação a distância*, entrevistou 12 participantes, sendo 6 homens e 6 mulheres, e professores e/ou coordenadores de centros ou núcleos de educação a distância, com prática em educação presencial e a distância e com vínculo profissional estável em instituições privadas. Para a autora, em alguns momentos, o trabalho é coletivo devido à formação de equipes multidisciplinares e pela existência de mais de um professor ser responsável por diferentes módulos de um mesmo curso. E, em outros momentos, o trabalho ocorre de forma isolada, solitária, com professor e alunos muito distantes. Os professores referem que na modalidade a distância existe um aumento do número de alunos e **uma maior complexidade nas relações pedagógicas, nas avaliações e correções dos trabalhos dos discentes.**

A tese de Neves (2011) *Condições de trabalho no ensino superior na rede privada na modalidade educação a distância*, tendo como amostra 27 profissionais, entre tutores e docentes, envolvidos com atividades voltadas à EaD. Foi registrado pela autora, um trabalho mais solitário nessa modalidade, devido solidão no contexto da realização do trabalho pedagógico; pelo fato de 44% dos professores não conhecerem os colegas de trabalho do curso; um trabalho individualizado, com poucos momentos de compartilhamento e socialização das experiências vivenciadas. Os participantes evidenciaram que no presencial existe mais convivência com os pares e o trabalho é mais colaborativo. Essa pesquisa, tal como a de Campos (2002), revelou um elevado número de alunos fugindo ao estabelecido nas “indicações do MEC de uma média de 25 alunos para cada professor e/ou tutor” (NEVES, 2011, p.151).

Mill (2006) em tese intitulada *Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade média*, por meio de entrevistas com 150 trabalhadores da educação a distância, todos envolvidos com tutoria mediada por tecnologias digitais, sendo 90 mulheres e 60 homens. Para o autor, o trabalho na educação a distância virtual se organiza de forma coletiva e cooperativa. É, um trabalho fragmentado, sendo cada parte das atividades atribuída a um trabalhador ou grupo diferente, mas é um trabalho que possui riscos de isolamento social e trabalhista do trabalhador, por não possuir uma legislação adequada. Quanto ao número de alunos atendidos na modalidade EaD,

essa pesquisa também revelou um elevado número de alunos nas instituições brasileiras com cursos nessa modalidade.

O mesmo autor apresenta que na modalidade EaD o número de alunos é elevado, e varia de 15 a 200 alunos para uma carga horária média de 10 a 20 horas de trabalho semanal. A carga horária é alta e cujos profissionais têm dupla e tripla jornadas de trabalho, uma vez que para algumas mulheres a segunda jornada é ocupada pelos afazeres domésticos. O teletrabalho é visto como fonte complementar da renda, ou bico, sendo exercido à noite ou em horários de tempo livre para descanso; os contratos de trabalho quando existentes são vagos, de tempo parcial, temporários e algumas vezes pagos na forma de bolsas; os ganhos salariais são em média baixos para configurar principal renda do grupo familiar. Há despreocupação com as despesas que os trabalhadores têm com equipamentos e serviços, o que gera condições inadequadas de trabalho; os espaços e tempos dedicados ao trabalho são flexibilizados; há dificuldades do trabalhador em controlar seu tempo e espaço de trabalho no ambiente familiar, tornando tempo e espaço de lazer e descanso em horário e local de trabalho, ignorando os perigos à saúde pessoal e familiar daí decorrentes. A esses aspectos, soma-se a falta de informações em relação a direitos e deveres peculiares ao teletrabalho.

Aspectos positivos do trabalho na EaD também são apresentados por Mill (2006), como a flexibilidade de tempo e espaço de trabalho; autonomia para organizar o horário e local de trabalho; possibilidade de letramento digital, de tempo mais livre e de ingresso da mulher no mercado de trabalho remunerado enquanto acompanha o crescimento e educação dos filhos.

Já a pesquisa de Fidalgo (2010), intitulada *A espetacularização do trabalho docente universitário: dilemas para produzir e viver e viver para produzir* entrevistou 26 professores pesquisadores, de universidade pública, de seis áreas distintas do conhecimento no ensino presencial, constatando um **trabalho isolado e com pouca convivência entre os pares**. Foi perceptível que os professores “têm cedido os espaços privilegiados para a expressão coletiva, para a comunicação, para o contato com o outro e têm se isolado na produção solitária, privilegiando a esfera individual” (p.150-151).

Na tese de Inez (2007) cujo título é *Avaliação da educação superior: experiências e vozes docentes em uma análise de políticas e práticas*, foram entrevistados 20 professores que atuam na educação superior, em instituições das redes privada e pública, que viveram experiências como avaliadores de cursos e de instituições e, também como sujeitos participantes de processos de avaliação internos e externos nas instituições onde atuam, os

resultados demonstraram um sentido de coletividade e também a consciência de que a coletividade é necessária para cada um dos sujeitos envolvidos.

Diante do apresentado, não é possível concluir se o trabalho docente é organizado de forma individual ou coletiva. As pesquisas apontam para o trabalho individual em alguns momentos e coletivo em outros. No que tange ao número de alunos, é evidenciado nas três pesquisas que referem ao ensino superior na modalidade a distância, um elevado número de alunos, sendo estes uma das causas de sobrecarga e intensificação do trabalho nessa modalidade.

Três produções, sendo todas teses da área da educação, delimitaram em suas pesquisas o perfil dos trabalhadores da educação a distância, quanto ao gênero, a faixa etária, os anos de experiência e a carga horária de trabalho semanal.

Os dados apresentados por Mill e Neves permitem reconhecer que a organização do trabalho docente quanto ao gênero na modalidade a distância é de predominância do sexo feminino. Conforme Mill (2006), a faixa etária principal é de 30 a 40 anos. Neves (2011) verificou que 70% dos participantes tinham idade economicamente ativa (14 a 64 anos) e Campos (2002) identificou terem as professoras uma média de 46,6 anos e os professores 44,6 anos. A experiência profissional na EaD de maior incidência em Mill (2006) foi de 1 a 3 anos; para Neves (2011) de 3 a 5 anos e para Campos (2002) de 1 a alguns meses para as mulheres e de 2 a 4 anos para os homens. Conforme os autores supracitados, a carga horária semanal é muito variável, não sendo possível concluir qual é a carga horária específica do trabalho à distância, devido à flexibilidade do trabalho nessa modalidade e em função das horas de trabalho não contabilizadas e não remuneradas. Mas, contratualmente, na pesquisa de Neves (2011), verificou-se uma média de 30 horas semanais e em Mill (2006), a carga dominante foi de 1 a 10 horas semanais, sendo este resultado referir-se a 36,7% dos participantes. Um fator dissimulador é que muitos profissionais da EaD são contratados como funcionários técnicos administrativos, desenvolvendo informalmente atividades docentes.

Tecnologias

Essa temática foi também definida para análise após ter sido identificada como um dos fatores que tem ocasionado mudanças significativas nas condições e organização do trabalho e na vida de professores. Apesar dos diversos benefícios de seu uso, do papel relevante no desenvolvimento de pesquisas e no avanço de processos pedagógicos, elas trazem vários problemas e exigências que precisam aqui ser analisados.

A temática merece especial atenção nessa pesquisa, uma vez que foi abordada na maioria das produções, sendo destacada em sete das oito produções analisadas, e por ser um fator que tem modificado a organização do trabalho docente, no âmbito público e privado e nas modalidades de ensino presencial, a distancia e semipresencial.

Com base nos estudos de Fidalgo (2010), pode-se dizer que as tecnologias são importantes para o trabalho docente, embora possuam um papel duplo e contraditório:

Por um lado, porque ao mesmo tempo em que aparece como recurso facilitador e agilizador do trabalho – o que poderia significar mais tempo livre para o professor desfrutar em outras atividades que não as associadas ao labor – por outro lado, demonstra que esta mesma utilização dinamizada do tempo que a tecnologia proporciona, acaba por fazer com que o ímpeto de produtividade seja constantemente abastecido pela ilusão da “sobra de tempo”, que na verdade, nada mais é do que a maximização do trabalho, numa quantidade de tempo menor (p.113).

Além do papel duplo e contraditório, segundo a autora, as tecnologias proporcionam a extensão do trabalho em casa; aumentam a dinâmica do trabalho; favorecem a interação entre professor e aluno; flexibilizam os espaços e tempos de aprendizagem; possibilitam a desterritorialização da aprendizagem; causam impacto no professor e no seu trabalho, na sua individualidade e na relação com os outros. Seus usos e escolhas políticas é que definem suas consequências; podem propiciar avanço nos processos pedagógicos, através de novos e ativos ambientes de trabalho, mas trazem também novos problemas e exigências como demanda por aumento de produtividade; intensificação do trabalho; maior controle externo e invasão do trabalho no espaço doméstico; trazem novas características para o espaço-tempo do trabalho docente; promovem praticas colaborativas e alienantes ao mesmo tempo, mas não podem ser culpadas por tudo o que traz de novo sobre o trabalho.

Nessa mesma direção, complementando, Pinto (2010) observa que é impossível trabalhar sem as TIC's, mas que a sua utilização causa intensificação do trabalho; afeta a subjetividade nas relações sociais, causa pseudo liberdade; exerce fundamental papel na profissionalização do trabalho docente, no que concerne à intensificação do trabalho docente e ao aumento da qualificação dos docentes; proporciona (des)territorialização do trabalho docente e invade espaços de moradia e lazer.

Já na dissertação de Oliveira, C., (2013) intitulada Qualificação para o trabalho no capitalismo contemporâneo: as tecnologias da informação e comunicação na formação docente inicial da UFMG, tem-se que as tecnologias da informação e comunicação auxiliam os processos educacionais; contribuem para a acumulação do capital e têm processos

contraditórios que instrumentalizam o sujeito para a exploração da sua força de trabalho e também promovem a emancipação do sujeito e da coletividade.

Também em Neves (2011), constata-se que as tecnologias alteram a maneira como as pessoas se relacionam; tornam-se elemento fundamental nas relações de produção e de trabalho; modificam a forma de se fazer docência; modifica a identidade e o conceito do professor e impõem alterações no processo de trabalho. Campos (2002) evidencia que as tecnologias modificam o contexto do trabalho docente; nas mãos de um professor, podem tornar-se fonte de produção do conhecimento; tornam o trabalho mais complexo; aumentam a responsabilidade e exigem uma nova organização do professor. Criam um paradoxo. Por um lado intensificação do trabalho docente e, por outro lado, possibilitam organização do tempo e espaço de trabalho de forma mais livre. Inez (2007) refere às tecnologias como um dos principais produtos da ciência e instrumentos indispensáveis para as atividades científicas. Por fim, Mill (2006) cita que os 150 participantes da sua pesquisa vêem a Internet como útil ao trabalho docente; afirma que as tecnologias interferem no espaço-tempo, inclusive no âmbito do trabalho; transformam as condições de trabalho no campo da educação e invadem espaços domésticos.

O encontrado pelos pesquisadores aponta para efeitos que incluem aspectos positivos e negativos referentes ao uso das tecnologias de informação e comunicação no campo educacional e no trabalho docente. Apresentam-se como fatores que tanto podem auxiliar o trabalho e como sobrecarregar e intensificar o trabalho dos professores. De qualquer forma, as tecnologias não se apresentam de todo nocivas e nem como sempre benéficas.

Mal-estar docente e Síndrome de Burnout

Quanto à relação trabalho e saúde, buscou-se identificar como segue tratada e identificada; e em que aspectos se desdobram seus conteúdos e expressões.

É significativo o fato de três produções das quais duas são teses e uma dissertação especificarem o mal-estar docente e uma dissertação e uma tese a síndrome de *Burnout*. Representa um alerta e constitui uma sinalização do que pode estar ocorrendo em relação à profissão docente de forma geral, mesmo que admitidas variações em função de níveis e modalidades de ensino. Afinal, não se sabe o que o mal-estar docente em professores do ensino superior representa em relação ao total em Minas e no Brasil, pois aqui o estudo não tem o caráter de insinuar tendências e apontar semelhanças ou divergências ao que segue no conjunto das produções nacionais ou estaduais. O propósito é discutir por meio de uma

abordagem qualitativa o que no contexto específico de uma instituição e uma rede de estudos vem se produzindo.

De qualquer modo, e dadas às produções analisadas, o mal-estar docente foi apontado, tanto na pesquisa de Mota (2011), como na de Fidalgo (2010) e na de Mill (2006), como um importante fator que afeta a vida dos professores. Este termo quando utilizado significa que algo não vai bem, mas que não é possível definir a causa, o porquê e as formas de manifestação; razão pela qual o mal-estar é definido por Zaragoza (1999), como um incômodo indefinível. Para Mota (2011), pode estar relacionado à perda do reconhecimento profissional e pessoal do professor, e ser derivado das condições de trabalho degeneradas e do impacto que as políticas públicas têm causado nas relações de trabalho.

Especificamente em relação à pesquisa de Mill (2006), que analisou 150 trabalhadores da educação a distância, em especial os tutores virtuais, cujo grupo incluiu 90 mulheres e 60 homens, que questionados quanto aos mal-estares que podem e que acometem a categoria, ofereceram respostas em que evidenciou uma relação de 43 fatores, entre eles também alguns sinais e sintomas, conforme segue no quadro 09.

Quadro 09 – Mal-estares do teletrabalhador docente, conforme participantes da pesquisa de Mill (2006)

Acomodação	Estresse
Angústia	Gastrite
Ansiedade	Gripe
Cansaço	Hérnia hiatal (tempo sentado)
Cefaleias	Inquietações emocionais
Depressão	Insegurança
Desânimo	Insônia
Desempolgação	Irresponsabilidade
Desestímulo	Má postura física em geral
Desmotivação	Pensamento acelerado
Dores e lesões na coluna	Males ortopédicos em geral
Dores e lesões lombares (lombalgia)	Nervosismo
Dores e lesões musculares nos ombros (fibromialgia)	
Dores e lesões nas mãos	Preguiça
Dores e lesões no corpo (distúrbios físicos em geral)	Sedentarismo
Dores e lesões no pescoço	Síndrome de pânico
Dores e lesões nos braços	Solidão
Dores e lesões nas articulações	Tecnofobia
DORT – LER	Tendinites
EaDfobia (“Síndrome do desconectado”)	Estafa
Males oftalmológicos (cansaço visual, irritação ocular, diminuição da visão, aceleração visual, estresse visual)	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Mill (2006, p. 81-83).

Os mal-estares ordenados apresentam 40 fatores que podem acometer o teletrabalhador docente. Na sua ordenação, foram excluídos dois fatores do texto original, pois após leitura e análises, concluiu-se não serem considerados como mal-estares ou doença causada pelo trabalho: gravidez e má formação. Mais um fator também foi excluído, pois estava em duplicidade: LER. Os mal-estares foram respostas dos participantes da pesquisa de Mill (2006) e não indicam que eles já foram acometidos por eles, mas que podem ser acometidos pela atividade exercida. Segundo o mesmo autor (2006, p.96), alguns dos males que têm acometido os trabalhadores da EaD são atribuídos a “questões ergonômicas ou de irresponsabilidade/descuido pessoal com a própria saúde”. Além disso, na análise de Mill (2006), é possível inferir que não parecem acometer o trabalhador docente na modalidade presencial, alguns males como os problemas de visão recorrentes as horas de trabalho no computador, de postura e hérnia hiatal devido ao tempo sentado. Na EaD, e em coerência com a natureza do trabalho previsto, não são citados os problemas de voz, recorrentes ao trabalho docente presencial.

Em relação à síndrome de *Burnout*, percebe-se que é um adoecimento frequente nas profissões que envolvem atenção e cuidado dispensados a outros indivíduos, sendo demonstrado nas pesquisas como um dos transtornos mentais mais associados ao trabalho do professor. Partindo desta ideia, pode-se dizer que a docência está entre as profissões que dispensa cuidados e atenção a outras pessoas, como é o caso também os profissionais da saúde, bombeiros e militares, conforme Mota (2011). Por isso, por o trabalho docente ser fonte de realização pessoal (LUDKE; BOING, 2012), profissão responsável pela formação de outras profissões e por ser uma profissão que tem aumentado muito o número de trabalhadores nas últimas décadas, em decorrência da expansão de instituições universitárias (REZER; DONAT; FERRETTI; BRAGHINI, 2013), preocupa o fato de tantos professores estarem adoecendo no trabalho.

Esta síndrome está relacionada com a organização do trabalho e com a clientela, causa um esgotamento físico e mental no indivíduo. Mota (2011, p.57) entende que, nos casos do *burnout*, três sintomas podem aparecer associados: “despersonalização, baixo envolvimento pessoal com o trabalho e sensação de fadiga”; além de “desinteresse pelos seus alunos”, “reações de irritabilidade, ansiedade, melancolia, baixa auto-estima e fadiga mental”. Isso sugere e indica que a organização e as condições de trabalho podem interferir e prejudicar a vida de qualquer trabalhador. Podendo assim influenciar e agravar as condições de saúde.

Mota (2011) apoiando-se em Codo (2002), Vasques-Menezes & Gazzotti (2002) e Paschoalino (2009), compreende que nesta síndrome o indivíduo distancia-se da realidade,

mergulha no seu mundo subjetivo na tentativa de evitar e defender-se do sofrimento. Além disso, enfatiza a categoria de professores como sendo a que se desgasta mais rapidamente com a profissão. Entende ainda que a síndrome deriva de um processo contínuo, com antecedentes provenientes do “contexto ocupacional e da organização escolar”, “tipo de jornada de trabalho, e sobrecarga de trabalho [...], a proporção aluno/professor em sala de aula, o sistema de horários, a insuficiência de pessoal, o clima organizacional”, e as relações “com as demandas da administração” (MOTA, 2011, p.61).

Observa-se um consenso entre os pesquisadores analisados e o referencial teórico utilizado nessa pesquisa quanto à utilização do termo mal-estar docente.

Para Tamez (2010, p.1), falar “em mal-estar remete ao estudo e compreensão dos problemas de saúde derivados da prática docente”. Abordando doenças e sintomas físicos e psíquicos da profissão docente, também reconhece que os estudos têm avançado na busca de descobrir os danos causados à saúde dos professores, mas apenas em pesquisas “epidemiologias tradicionais” e não sob uma “perspectiva teórica”. Ainda neste contexto, é evidenciado que a síndrome de *Burnout*, síndrome do “desestimento”, pode estar relacionada aos “mecanismos de controle e regulação sobre o docente, atribuindo-lhe um papel de executor de programas” (p.2).

Mediante o exposto e já tratado, fica a indicação da necessidade de rever as condições de trabalho dos professores e a satisfação destes com o trabalho. As condições de trabalho estão ameaçando o bem estar destes trabalhadores, admitidos como fundamentais para a formação e desenvolvimento de indivíduos.

3.5.2 Problemas de saúde

O conceito de saúde não é evidenciado detalhadamente em todas as produções analisadas, mas percebe-se estar o mesmo relacionado ao domínio de certas situações e fenômenos e à autonomia dos indivíduos.

Mota (2011, p.13) apoia-se em Clot (2007) que, com base em Canguilhem, descreve que

[...] ter saúde implica a possibilidade de obter certo domínio sobre as coisas [...], depende da possibilidade de perceber-se na origem de certos fenômenos, de ser criador de normas, de ser responsável pelos seus próprios atos, de ter condições para criar relações na realidade objetiva que não poderiam ocorrer sem a intervenção do sujeito. Enfim, possuir autonomia sobre o seu fazer.

Ainda com base no raciocínio de Mota (2011), entende-se que para ter saúde o indivíduo precisa de alternativas para enfrentar os desafios da vida. Precisa buscar estratégias para vencer as dificuldades, de modo a manter-se saudável. Não conseguindo superar as dificuldades da vida, observa-se o aparecimento da doença. Mota (2011, p.65), também apoiando em Canguilhem (1990, p. 149), define doença. Para ele, “doença não é uma variação da dimensão da saúde, ela é uma nova dimensão da vida”. É “[...] uma dimensão de vida reduzida, onde o sujeito não consegue estabelecer novos meios de superar as adversidades e se entrega a um único recurso. Ter saúde implica não se submeter a essa única norma, mas ser capaz de forjar novas normas de vida” (p.124).

Ainda segundo a mesma autora, o adoecimento relaciona-se com as condições de trabalho, quando estas impedem a realização da atividade ou quando exigem um grande esforço para executá-las.

Diante do apresentado por Mota (2011) e complementando o conceito de doença, a pesquisa de Fidalgo (2010, p.68) também traz contribuições referentes ao seu significado e diferença entre doença e doenças do trabalho ou doença profissional.

Doença: “1.Med. Denominação genérica de qualquer desvio do estado normal. 2.Med. Conjunto de sinais e/ou sintomas que têm uma só causa; moléstia. 3.Fig. Mania, vício, defeito.” (Novo Dicionário Aurélio).

Doenças do trabalho ou doença profissional: “1. Med. Aquela que decorre do exercício de uma profissão” (Novo Dicionário Aurélio).

Fidalgo (2010, p.93) também oferece colaboração ao afirmar que as condições de trabalho e as pressões que o professor é submetido, pode influenciar a qualidade de vida e saúde, podendo trazer prejuízos para toda a vida do trabalhador.

Toda a pressão sob a qual o professor se vê submetido influencia seu estilo de vida, sua saúde e estabilidade física, mental e emocional. Assim, crescem o número de afastamentos por motivos de saúde nos quadros da universidade, e esta não é uma especificidade somente da docência pública, mas encontra-se também instaurada em âmbito privado. [...]. Assim, o contexto e as circunstâncias em que os professores desenvolvem suas capacidades físicas, intelectuais e emocionais [...], podem levar a uma demanda excessiva do funcionamento fisiológico e psicológico destes profissionais. Dessa forma, se não há tempo voltado para o descanso e para a recuperação das energias dispensadas com o trabalho (reprodução da força de trabalho) começam a ser identificados uma série de transtornos clínicos que poderão levar ao afastamento médico. Estes, inicialmente podem ser somente de ordem fisiológica, mas podendo levar até a comprometimentos de ordem mental e comportamental, dependendo do tempo para identificação do transtorno, tanto pelo paciente, como posteriormente, pelo profissional da saúde.

Os prejuízos oriundos das condições inadequadas de trabalho têm feito com que professores frequentemente façam uso de “medicamentos controlados”, recebam indicação para a realização de “tratamentos psicoterápicos” que têm como finalidade tratar problemas psicológicos. Além do crescente número de “todo tipo de doença, especialmente de fundo nervoso que prejudicam a estabilidade destes profissionais e deixam marcas, que podem significar longos tratamentos de saúde e lesões que podem restar pela vida inteira” (FIDALGO, 2010, p. 94).

Além disso, segundo a mesma autora, os problemas de saúde podem ser agravados, devido os professores por ausência de tempo livre adiar “a ida ao médico para tomar alguma iniciativa em termos de tratamento para saúde [...]” (p.95).

No caso específico de visitar o médico, parece haver uma resistência natural ao que o doutor possa dizer quanto à saúde, já que entende que certas recomendações podem acabar por “atrapalhar” a relação com o trabalho, como é o caso do afastamento por incapacidade de trabalho, ou uma simples licença médica. Muitos professores vivem quase que totalmente reclusos à vida da universidade, resistindo a qualquer tipo de afastamento, que seria para eles, interpretado pelos pares como o mesmo que assumir-se “incapaz” para o trabalho (rótulo impresso eficazmente pelos padrões que definem os perfis de produtividade definidos pela CAPES, por exemplo) (FIDALGO, 2010, p.96).

Esse adiamento em relação à busca por diagnóstico médico ou tratamento com um especialista pode indicar certa resistência por parte dos profissionais docentes, receio de serem afastados de suas atividades profissionais e ao significado dado ao afastamento pelos colegas de trabalho, pela comunidade universitária e pela sociedade em geral.

Na pesquisa de Mill (2006, p.83-84), os docentes argumentaram que a maioria dos danos à saúde são também recorrentes a outros campos de trabalho, ficando evidente também que a relação entre a saúde no trabalho docente a distância e o acúmulo de tarefas pelos trabalhadores da EaD, chamado pelo autor de teletrabalhadores, “pode não estar na atividade e sim nas condições de trabalho”. Para o autor os problemas de saúde nessa modalidade podem ser consequências dos novos tempos e espaços de trabalho.

Com o objetivo de enriquecer e contribuir para a compreensão e análise do conceito e dos termos doença, doenças do trabalho ou profissional e doença relacionada ao trabalho, eu como autora dessa pesquisa busquei o seu significado amparando-me em outros autores, uma vez que não são todas as produções que abordam a temática.

Bonetti (2006, p.8), apoiando-se em Canguilhem (2000, p.149), esclarece: “A doença não é uma variação da dimensão da saúde; ela é uma nova dimensão da vida”. Ainda segundo

a autora doença e doente são diferentes. “O ser doente não é um ser anormal, é um ser que vivencia uma doença e que tem várias possibilidades de restabelecimento [...], porém deverá encontrar para isso, o melhor caminho para compreensão de seu estado temporário para atingir novas dimensões de vida” (p.12).

Doenças do trabalho ou doenças profissionais são resultantes diretamente das condições de trabalho, causam incapacidade para o exercício da profissão ou morte, e constam da Lista de Doenças Profissionais do Decreto Regulamentar nº 76/2007, de 17 de Julho.

As doenças relacionadas ao trabalho são classificadas em três grupos e seguem identificadas na Portaria nº 1.339/1999, de 18 de Novembro: 1º “doenças em que o trabalho é causa necessária”; 2º “doenças em que o trabalho pode ser um fator de risco, contributivo, mas não necessárias” e 3º “o trabalho é provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida” (TEIXEIRA; PEREIRA; ROCHA; SANTOS e MERINO, 2009, p.12). As análises do conjunto apontam que o adoecimento ou o surgimento de problemas de saúde entre os professores tem uma possível relação com as condições de trabalho a que estes indivíduos estão submetidos, além do contexto e das circunstâncias para o desenvolvimento de suas atividades.

Observa-se, também, uma ambivalência em relação ao trabalho. Ele pode causar adoecimento devido à intensificação. Por outro lado, pode se ter adoecimento devido à falta do trabalho.

Para melhor exemplificar, segue Dejours (1992 *apud* FIDALGO, 2010, p. 97):

Para o homem a doença corresponde sempre à ideologia da vergonha de parar de trabalhar (DEJOURS, 1992, p.33). Talvez, no imaginário dos professores, a aposentadoria e a posterior ‘síndrome do não-saber-o-que-fazer-depois’ estejam associados a uma perspectiva que se estabelece entre o ‘estar incapacitado’ (pela idade) com a ‘ideia de doença’ (mesmo que a incapacidade não seja por doença, é quase sempre associada a esta). [...] Homem ou mulher, todo estado anormal do corpo traz infalivelmente de volta a questão do trabalho ou do emprego. Vê-se que o trabalho atravessa profundamente a vivência da doença: doença-avesso-do-trabalho, a tal ponto que a falta de trabalho torna-se, em si, um sinônimo de doença: ‘Quando alguém diz para um cara que ele está muito velho para trabalhar ou que ele não é mais capaz de continuar, é como se ele estivesse doente (DEJOURS, 1992, p.33).

Diante do apresentado, vejo a necessidade de que os indivíduos sejam incentivados e educados para sempre avaliar qual o sentido do trabalho na sua vida. Importa que este não lhes cause sofrimento durante o exercício e nem quanto tiverem a necessidade de parar de trabalhar.

3.6 Trabalho docente: tipos de análises e áreas do conhecimento

Quando buscada a área de conhecimento que investiga o trabalho docente, percebe-se que a educação é a predominante. Perfaz um total de sete das produções analisadas e a psicologia uma.

Ao se analisar o que as produções destacam sobre o trabalho docente, são recorrentes as discussões sobre cultura de desempenho, avaliação de desempenho, lógica de competências, lógica do produtivismo, profissão mal remunerada e desvalorizada socialmente, caracterizada por condições precárias e baixos salários, intensificação do trabalho e intensificação mediada pelos instrumentos tecnológicos, dupla jornada e auto-responsabilização.

As produções de modo geral tratam da importância do professor no processo do conhecimento em confronto com as modificações do mundo do trabalho que apresentam “novidades, benefícios” e também várias exigências no cotidiano do trabalho e sobre o entorno social e espaço privado do lar. Soma-se a isso, a análise de explicações do ideário produtivista, que tem condicionado a subjetividade dos professores, prendendo-os a uma lógica de produção e de avaliações que podem causar adoecimento físico, mental e emocional.

Considero importante indicar alguns recortes das produções em que se apontam essas modificações do mundo do trabalho docente e as exigências, conforme o quadro 10 que segue:

Quadro 10 – Recortes das produções acerca das modificações e exigências do mundo do trabalho docente

Recortes textuais	Autor/Data
[...] qualidade X quantidade tem sido uma disputa diária nas exigências sobre sua atividade, mas que, devido às pressões crescentes e cada vez mais intransigentes, tem havido uma <u>valorização do produto do trabalho mais em relação ao ‘quanto’ se produz</u> , do que à qualidade do que é produzido.	(FIDALGO, 2010, p.50, grifo nosso).
[...] os professores têm se sentido constantemente <u>pressionado</u> por vários aspectos, no cotidiano do trabalho e da vida alheia a este. Este ‘estado’ de vida tumultuado tem levado ao <u>adoecimento</u> , em muitos casos, precoce da força de trabalho docente, sobretudo do professor pesquisador, pois as <u>demandas e exigências</u> sobre estes são maiores e mais inexoráveis. A questão do status, se por um lado traz benefícios e abre portas na esfera acadêmica, por outro, também acaba por aprisionar o professor que busca sempre galgar novos espaços para preservar os antigos, visto que as referências de <u>produtividade</u> mudam rapidamente.	(FIDALGO, 2010, p.100, grifo nosso).

Quadro 10 – Recortes das produções acerca das modificações e exigências do mundo do trabalho docente

(continuação)

<p>A desistência, [...], é um dos grandes causadores de <u>estresse</u>, [...], se o aluno falha ou resolve desistir é o orientador quem carrega a imagem e é quem deve prestar satisfações ao programa de pós-graduação. Este, por sua vez, é <u>pressionado</u>, pela Universidade, que é pressionado pela CAPES, que pode sancionar o programa por cada falha como esta que pesa sobre os ombros do professor, e este, na maioria dos casos, pela <u>lógica da auto-regulação e da auto-coação</u> [...], é o que mais se cobra.</p>	<p>(FIDALGO, 2010, p.99, grifo nosso).</p>
<p>E você, de alguma forma, a cada novo orientando, você assume um compromisso que está sempre no risco de você fracassar, porque o fracasso do seu orientando é seu fracasso também, e com a <u>cobrança</u> da CAPES, as cobranças externas são muito maiores. [...] Quer dizer, o meu fracasso é um fracasso muito mais visível e esse compromisso é que levaria ao <u>estresse</u>.</p>	<p>(FIDALGO, 2010, p.99, grifo nosso).</p>
<p>As modificações nas formas de <u>avaliação</u> dos programas de pós-graduação impactaram de forma inequívoca o trabalho, solapando em grande medida a autonomia do professor neste nível de ensino.</p>	<p>(FIDALGO, 2010, p.106, grifo nosso).</p>
<p>Tem-se então o <u>produtivismo</u> acadêmico como uma lógica, uma ideologia de base utilitarista e economicista que está amplamente instalada e alicerçada nas universidades federais e que servem tanto aos interesses do Estado (já que são instituições federais), como aos interesses mercadológicos que têm sido até o momento representados pela agência de fomento CNPq e de fomento e avaliação – CAPES.</p>	<p>(FIDALGO, 2010, p.111, grifo nosso).</p>
<p>Quanto maior o detalhamento das atividades, mais trabalho incorporado, ou seja, maior a <u>intensificação</u>.</p>	<p>(FIDALGO, 2010, p.115, grifo nosso).</p>
<p>Quando se depara com a realidade vivencial do trabalho docente [...], verifica-se a <u>tensão gerada pela intensificação do trabalho</u>, onde o professor, o trabalho intelectual não mais se separa da máquina produtiva hodierna, da racionalidade tecnológica afetando sua subjetividade nas relações sociais.</p>	<p>(PINTO, 2010, p.100, grifo nosso).</p>
<p>Constata-se, [...], a <u>tensão</u> no valor efetivamente pago para o trabalho [...] e o dever-obrigação no cumprimento das tarefas a serem realizadas. [...], o questionamento do trabalho imaterial, constituído por tempo e trabalho explorado e não pago.</p>	<p>(PINTO, 2010, p.101, grifo nosso).</p>
<p>[...], o trabalho docente tem sofrido transformações e, [...], as transformações mais significativas estão evidenciadas na ênfase que o currículo tem colocado sobre conteúdos e métodos. [...] um “complexo processo de trabalho”.</p>	<p>(CAMPOS, 2002, p.159).</p>
<p>Os professores percebem as alterações que vêm ocorrendo nos espaços Escolares [...].</p>	<p>(CAMPOS, 2002, p.162).</p>
<p>[...] pode-se dizer que o professor, como agente social, que traz em si a diversidade em termos de posicionamento hierárquico, inserção profissional e social e gênero, é um dos profissionais que esbarra, hoje, com <u>exigências cada vez maiores no exercício de seu trabalho</u>.</p>	<p>(CAMPOS, 2002, p.162, grifo nosso).</p>

Quadro 10 – Recortes das produções acerca das modificações e exigências do mundo do trabalho docente

(continuação)

<p>[...], algumas questões podem [...] ser levantadas em torno das condições de trabalho do teletrabalhador docente, pois se resumem na crença de crescente <u>precarização do trabalho</u>. Salvo raras exceções, as condições de trabalho na educação a distância têm se configurado da seguinte forma: Carga horária alta e com dupla jornada de trabalho [...]; Elevado número de alunos por docente [...]; [...] tende a ser realizado à noite ou em horários de tempo livre para o descanso, pois é visto como “bico” ou fonte complementar da renda do grupo familiar. Os contratos de trabalho na EaD, quando existem, são vagos, temporários, de tempo parcial e, às vezes, pagos na forma de bolsas de trabalho (o que evita a criação de vínculo empregatício e dispensa a obrigatoriedade de benefícios como 13º. salário). [...] Os ganhos salariais são, em média, baixos para configurar a principal fonte de renda do grupo familiar, [...]. Há despreocupação com as despesas do trabalhador com equipamentos e serviços [...], o que gera condições de trabalho inadequadas [...]. Os espaços e os tempos dedicados ao trabalho são flexibilizados em função da responsabilidade, autonomia e necessidades diversas: trabalho de tempo parcial, realizado no tempo de reprodução, no espaço familiar, de descanso, com recebimento por uma carga horária inferior àquela negociada em contrato. Há dificuldades do teletrabalhador docente em gerir seu próprio tempo e espaço de trabalho no contexto familiar e de vida privada, o que torna tempo e espaço de descanso e lazer em horário e local de trabalho. Ignoram-se os perigos à saúde pessoal e familiar daí decorrentes. Faltam informações e suportes para orientação [...] em relação a direitos e deveres peculiares ao teletrabalho.</p>	<p>(MILL, 2006, p.214-215, grifo nosso).</p>
<p>[...] o trabalho em docência está repleto de <u>desafios</u> para o professor. Essas <u>dificuldades</u> dizem respeito às questões mais objetivas do cotidiano, como as que estão relacionadas aos tempos e processos inerentes a essa profissão e àquelas que estão relacionadas ao fato de ser a docência uma atividade que se efetiva somente a partir da interação entre pessoas.</p>	<p>(MOTA, 2011, p.118, grifo nosso).</p>
<p>[...] a docência é uma profissão repleta de <u>dificuldades</u>: baixos salários; discrepâncias entre o que é esperado e o que é oferecido ao professor; desvalorização do seu esforço; relações conflituosas com os discentes; [...]; imposições de regras e prescrições que não levam em conta sua experiência.</p>	<p>(MOTA, 2011, p.126, grifo nosso).</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Campos (2002); Fidalgo (2010); Mill (2006); Mota (2011) e Pinto (2010).

São inúmeras as reflexões apresentadas pelos autores das produções analisadas, o que não seria viável citá-las todas aqui. Mas pelos recortes e destaques exibidos, podem-se compreender algumas modificações e exigências do mundo do trabalho docente que podem estar alterando a vida, saúde e o trabalho dos professores.

A próxima subseção apresenta os significados da precarização e intensificação do trabalho docente apontados pelas produções.

3.6.1 Precarização: significados, autores de referência e abordagens nas produções

Do conjunto das produções analisadas, (75%) referem à precarização; precarizados; precariedade na formação; condições precárias de trabalho e regime precarizado de trabalho; além de (87,5%) apontarem o significado e os aspectos de intensificação e intensidade do trabalho docente.

O significado de precarização do trabalho e de intensificação do trabalho é apontado por Fidalgo (2010, p.55-56, grifo nosso) com base em Cattani (2008, p. 9-10).

A sociologia do trabalho tem demonstrado complexas facetas da **precarização do trabalho**. Por meio dos novos sistemas de comunicação, especialmente pelo telefone e pela internet, os trabalhadores ficam à disposição de um patrão remoto que os alcança a qualquer hora do dia ou da noite. O trabalho dito flexível traduz-se em jornadas imprevisíveis, alternando tempos ociosos e trabalhos intensos, pois habitualmente, as tarefas encomendadas deverão ser executadas em tempo recorde. O fenômeno do teletrabalho por vezes é apresentado como uma forma não particularmente positiva para o trabalhador, mas como uma modalidade que substituiria práticas convencionais que prevaleceram nos últimos dois séculos (p.9-10). [...] A **intensificação do trabalho** traduz-se em maiores desgastes físico, intelectual e emocional. As consequências negativas são comprovadas pela maior incidência de estresse e de acidentes no trabalho, pelo acréscimo das lesões por esforços repetitivos, enfim, pelo adoecimento que afeta o trabalhador, que repercute sobre sua família, com custos para o conjunto da sociedade (p.9).

Como precarizados, Pinto (2010, p.16) entende os “trabalhadores ativos com ocupações eventuais e irregulares”, e Oliveira, C., (2013, p.91) aponta para a precariedade na formação de professores. Quanto ao uso das TIC, e apoia-se em Gatti (2010), para evidenciar problemas nas estruturas curriculares dos cursos de formação de professores. Para ele:

[...] os cursos de formação de professores apresentam em suas estruturas curriculares uma fragmentação formativa, incluindo uma gama de ementas, muitas vezes, descontextualizadas, vagas e distantes das realidades a serem vivenciadas pelos futuros docentes; há redundâncias de conteúdos em disciplinas distintas; ausência de saberes relativos aos usos das tecnologias da informação e comunicação; e uma diversidade de atividades extracurriculares, com pouca ou nenhuma especificação quanto ao que se referem (OLIVEIRA, C., 2013, p.91).

Quanto à precarização do trabalho, Mill (2006, p.87) constata uma precarização do teletrabalho docente, que emerge de uma contradição de um trabalho “como símbolo de qualidade de vida individual e social da modernidade”, mas que se apresenta como um

aspecto que “mais estimula a precarização do trabalho ou, ao menos, está na base dos processos de precarização do teletrabalho”. Quando Mill (2006) reporta-se ao teletrabalho, ele quer dizer que este refere-se ao trabalho do trabalhador docente que exerce atividades de tutoria (tutor virtual).

Alguns aspectos desagradáveis do trabalho na EaD foram observados, como sobrecarga de trabalho, excesso de atividades, tempo para realizar as atividades, grande número de alunos ou tamanho das turmas e valor baixo pago por hora-aula (não foi explicitado nas produções o valor de remuneração dos entrevistados, mas na maioria das produções esse foi um ponto negativo apresentado na educação a distância).

Já Campos (2002) aborda a precariedade das condições e das situações de trabalho, apoiando-se em Daucé (1998); Hirata (1998) e Zarifian (2000), apontando que as relações formais de trabalho assalariado vêm cedendo espaço para as relações informais.

A pesquisa de Neves (2011) revelou algumas formas precárias de contratação e de condições de trabalho dos professores envolvidos em atividades na **educação a distância em instituições privadas**, uma vez que não há um padrão de contratação. Foram identificadas algumas situações “em regime de CLT, outras por nota fiscal ou por empresas terceiras que não as próprias instituições onde o serviço é prestado” (NEVES, 2011, p.107). Não existe uma regulação referente há horas, número de alunos e tempo de trabalho, cada instituição organiza conforme considera melhor. “Em algumas instituições, são contratados como funcionários/técnicos e não tem direito aos recessos docentes, a remuneração compatível, mas desenvolvem diariamente atividades docentes” (NEVES, 2011, p.91). Não recebem remuneração referente as horas-extras e sim, sujeitam-se ao banco de horas. Não possuem garantias sindicais e nem fazem parte da categoria profissional de professores.

Ainda segundo a autora supracitada, nos contratos de trabalho, percebe-se a ausência de informações como “número de alunos por turma, a forma de remuneração, despesas com equipamentos tecnológicos, garantias salariais e outros” (NEVES, 2011, p.151). Também constatou que o trabalho de tutoria muitas vezes tem sido realizado em condições de trabalho precárias e indesejáveis, e com autonomia limitada. Há flexibilidade no desenvolvimento do trabalho, podendo atender o aluno em qualquer lugar e horário, configurando-se essa flexibilidade como intensificação e precarização desse profissional.

Diante dos estudos de Campos (2002); Fidalgo (2010); Inez (2007); Mill (2006); Neves (2011); Oliveira, C., (2013) e Pinto (2010) pode-se reconhecer que a intensificação do trabalho é característica do modo de produção capitalista; a intensidade do trabalho é o aspecto central de disputas entre capital e trabalho; os trabalhadores estão diante de um

quadro de aumento da intensidade do trabalho, realizando atividades em um maior ritmo de trabalho; alguns trabalhadores estão inseridos em condições de trabalho representadas pela intensificação das relações, ritmos e processos de trabalho e intensificação durante os processos de avaliação.

Na obra de Pinto (2010), analisou-se o trabalho do professor de direito em uma **escola privada**, mediado pelo Escritório Virtual (E.V)⁴, apresentando fatores em que transparece a intensificação do trabalho docente do advogado: “acúmulo de atividades laborais, dupla jornada de trabalho (docência e advocacia) e instrumentalidade racional da tecnologia”. A pesquisa constatou a intensificação do trabalho docente, promovidas e incentivadas pela racionalidade tecnológica no modo de produção. Percebe-se um desconforto dos professores no trabalho de enviar e receber correio eletrônico.

Todos os professores, sem exceção, ao acessarem o escritório virtual nos finais de semana evidenciam por um lado, a **falta de resistência ante a intensificação do trabalho**, e por outro, a confirmação de que o tempo de produção e tempo livre se entrelaçam de tal forma, impossibilitando a diferenciação entre estas e caracterizando a materialidade do sequestro da subjetividade (PINTO, 2010, p.94, grifos nosso).

Foi registrado por Campos (2002) um processo de intensificação nos ritmos de trabalho e uma forte intensificação e sobrecarga do trabalho docente, nas **universidades e faculdades particulares no âmbito da educação superior a distância** mediadas por tecnologias digitais. Os docentes “relataram aumento do número de alunos e maior complexidade nas relações pedagógicas individualizadas, nas correções e avaliações de trabalhos discentes”, além de expansão do “tempo cronológico de trabalho”, “acréscimo da demanda da disponibilidade e dedicação às atividades” (p.8,124). Alguns fatores estão associados a intensificação do trabalho, como: diversificação dos espaços de trabalho (trabalho em domicílio, em outras cidades e países, e até se em viagem; além do uso de fins de semana e períodos noturnos) e a elaboração de códigos de linguagem para traduzir e transmitir, de maneira eficaz e rápida a mensagem do ensino.

Para a mesma autora, a constatação desse conjunto causa uma perplexidade “de um lado, intensificação do trabalho, desregulamentação de jornada de trabalho e falta de um sistema compatível de remuneração, e, de outro, meios tecnológicos tão avançados, inclusive de controle. Não seria mais uma omissão frente à exploração do trabalho [...]” (p.210).

⁴ “Cuida-se de um sistema com agregação de tecnologia informacional de alta complexidade e controle sobre o trabalho de todos os envolvidos no Serviço de Assistência Judiciária (SAJ)” (PINTO, 2010, p.13).

Ao investigar as condições de trabalho docente no ensino superior na **rede privada na modalidade de educação a distância**, Neves (2011) aponta para a intensificação dos processos e relações de trabalho. Entende-se que os tutores virtuais enfrentam “intensificação do trabalho e dificuldade de associar número de alunos a carga horária de contrato”, além de sentimento de exploração profissional (p.54).

As produções de Fidalgo (2010), Pinto (2010), Neves (2011), Campos (2002), Inez (2007), Oliveira, C., (2013) e Mill (2006), de uma maneira geral, parecem compreender nos resultados das pesquisas, características e aspectos de intensificação do trabalho docente no ensino superior.

3.6.2 Precarização na formação de professores

A análise das produções permitiu identificar aspectos importantes inerentes à formação de professores, e referentes ao uso das tecnologias digitais e de comunicação. A temática formação de professores não é objeto de estudo da nossa pesquisa, mas consideramos importante destacar alguns apontamentos apresentados nas produções, uma vez que as condições de formação de professores podem indicar futuros problemas na organização e exercício do trabalho docente.

A vulnerabilidade na formação de professores quanto ao uso das TIC pode levar à reflexão de que problemas de intensificação do trabalho docente mediado pelo uso das TIC podem estar relacionados à falta ou déficit de conhecimento na formação como professor, e que pode influenciar na possibilidade de exploração da força de trabalho.

É perceptível a diversidade de instituições formadoras que se utilizam de diversas tecnologias, apesar de não incluírem em seus currículos disciplinas que formem os futuros licenciados para utilizar os recursos tecnológicos de informação e comunicação.

Em especial na pesquisa de Oliveira, C., (2013, p.7,89), foram analisadas as estruturas curriculares de dezenove cursos de licenciatura presencial da UFMG, no campus da Pampulha, evidenciando uma “defasagem dos conhecimentos sobre as TIC”; pouca oportunidade para os estudantes vivenciarem os usos das TIC em uma perspectiva crítica; “uma insuficiência, em termos de conteúdo e forma, na educação em tecnologias para o exercício futuro da docência”; a ausência de disciplinas que abordam a integração das TIC às práticas de ensino, na maioria dos cursos de licenciatura, e a “grande maioria das poucas disciplinas oferecidas tem caráter instável”, sendo oferecidas como optativas.

Ainda quanto ao resultado dessa pesquisa, foram evidenciados: “fragilidade da formação inicial relativa ao uso das TIC na educação”, refletindo a “precariedade da formação de licenciados”; pouca ocorrência de disciplinas “que, em seus ementários, tratam efetivamente das múltiplas possibilidades de utilização das TIC no processo de ensino aprendizagem de futuros-professores”; fragilidade no que diz recomendado para uma formação ideal de professores, “em uma perspectiva de uma educação tecnológica, crítica e emancipadora” e na maioria dos casos, quanto à inserção das TIC, consideram o seu uso “meramente instrumental e técnico” (p.90,100).

Consideramos que a preparação e formação dos professores são de grande importância para o modo de exercer o trabalho docente, uma vez que a educação está concentrada em um ambiente de mudanças globais e de expansão mundial, e que a fragilidade e a precariedade na formação e desenvolvimento profissional podem ocasionar problemas como intensificação, sobrecarga e exploração desses futuros profissionais. Dado que vai ao encontro ao que Garcia, C., (1999, p.145) refere: “[...] o desenvolvimento profissional dos professores está intrinsecamente relacionado com a melhoria das suas condições de trabalho, com a possibilidade [...] de maiores índices de autonomia e capacidade de acção dos professores individual e colectivamente”.

De forma em geral pode-se dizer que no contexto analisado, ainda é insuficiente a formação inicial de professores quanto ao uso de tecnologias de informação e comunicação. A ausência ou insuficiência de formação quanto ao uso das TIC e do seu potencial educativo pode justificar a carência de domínio das tecnologias, as formas inadequadas de uso, representando desafio e até dependência, e colaborando para a intensificação e sobrecarga do trabalho docente.

3.6.3 Precarização e processo saúde e doença do profissional docente

A pesquisa permitiu recuperar a produção científica e a compreensão de como a precarização do trabalho tem interferido na relação saúde e doença dos trabalhadores e em especial dos professores.

Nesse sentido, ressaltam-se o estudo de Mota (2011) que demonstra alguns dos fatores que têm favorecido o adoecimento tanto físico como psíquico nos professores; de Fidalgo (2010) que apresenta sintomas que configuram fatores negativos sobre o trabalho docente; de Mill (2006) que expõe aspectos desagradáveis do trabalho docente na educação a distância, a produção de Pinto (2010) que evidencia a intensificação do trabalho afetando a subjetividade

do professor, a relação social do trabalhador e a relação psico-afetiva, podendo gerar certas doenças laborais como o estresse. A obra de Campos (2002) cita problemas como cansaço físico, mental e o estresse, inerentes ao trabalho acadêmico, “embora se tornem mais intensos pelo fato dos professores assumirem, também, as responsabilidades dos novos desafios da educação à distância” (p.211). A esses estudos soma-se a contribuição de Neves.

Em pesquisa de Neves (2011), assinalam-se alguns riscos trabalhistas que os programas em EaD envolvem: aumento da carga de trabalho dos docentes, novas exigências impostas pelo uso das tecnologias digitais; empobrecimento da mediação pedagógica por meio da atuação da tutoria e precarização em termos de condições de trabalho. Esses fatores podem ser considerados como influências e/ou expressões negativas da precarização do trabalho do professor.

Quadro 11 – Fatores que favorecem o adoecimento com base em Mota (2011)

Acúmulo de atividades.
Cerceamento do poder de agir.
Conflito entre afeto e razão.
Dificuldades advindas de uma atividade catalisadora de relações sociais que se exprime na medida em que o trabalho docente está permanentemente entrelaçado a todos os acontecimentos em torno da comunidade escolar.
Extensa jornada de trabalho.
Elevada expectativa pelo controle total do processo ensino-aprendizagem.
Isolamento social.
Impedimento à participação do sujeito no desenvolvimento do gênero.
Indisciplina e falta de comprometimento de uma parcela de alunos.
Mais de um turno de trabalho.
Perda do reconhecimento profissional.
Pouca autonomia.
Preocupação excessiva.
Restrição ao modo de trabalhar.
Silenciamento diante das dificuldades.
Sobrecarga de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora com base na dissertação de Mota (2011, p.40-45; 55; 72; 118-126).

Os dados apresentados no quadro 11, responde aos nossos objetivos de compreender se a precarização como característica do mundo do trabalho afeta ou não a saúde de professores. Confirmamos que é possível o surgimento de doenças a partir desses fatores e características negativas presentes nas condições e organizações do trabalho docente.

Quadro 12 – Doenças e fatores que se configuram como fatores negativos sobre o trabalho docente com base em Fidalgo (2010)

Angústia e instabilidade emocional.
Competitividade.
Divórcio, separação e ausência da unidade familiar.
Doenças (doenças musculares e cardíacas, stress, hipertensão, hipoglicemia, depressão, gastrite, insônia, labirintite, diabetes, câncer, AVC, dentre outras).
Falta de lazer e descanso.
Frustração.
Individualismo e isolamento.
Invasão do espaço doméstico pelas contingências do trabalho.
Sobrecarga de trabalho.
Solidão.

Fonte: Elaborado pela autora com base em FIDALGO (2010, p.169).

Quadro 13 – Percepção dos investigados por Mill (2006) sobre a relação entre o trabalho docente pela Internet e a vida privada do trabalhador

Percepções	%
Trabalho pela Internet prejudica o espaço doméstico do trabalhador;	8 de 150 docentes
Trabalho pela Internet prejudica a relação do trabalhador com seus amigos e familiares;	8
Trabalho pela Internet afeta e atrapalha o convívio do grupo familiar do trabalhador;	7,33
Trabalho pela Internet mais prejudicial;	13,33
Trabalho pela Internet não altera o tempo de descanso;	31,33
Trabalho pela Internet não interfere no espaço de descanso do trabalhador;	35,33
Teletrabalho docente afeta o convívio do grupo familiar , mas observam que isso pouco atrapalha (ou nada) a convivência familiar;	29,33
As novas tecnologias possibilitam ou influenciam a divisão das tarefas domésticas;	25,42
A divisão das tarefas domésticas entre cônjuges sofre alguma influência;	22,03
Realizar trabalhos de EaD da residência pode alterar a divisão de tarefas domésticas entre cônjuges;	28,81

Fonte: Elaborado pela autora com base em Mill (2006, p. 148-150, 175-176, grifos nossos).

Quadro 14 – Aspectos desagradáveis do trabalho na educação a distância, conforme participantes da pesquisa de Mill (2006) e Neves (2011)

Acúmulo de atividade da EaD com outro trabalho (EX: docência presencial).
Baixo valor hora-aula.
Condição desvalorizado para o trabalho de tutor virtual.
Elevado número de alunos ou tamanho das turmas.
Excesso de atividades pertinentes ao teletrabalho docente;
Excesso de tempo para realização das atividades sentado em frente ao computador ou para leitura e correção de atividades;
Privacidade e o subdimensionamento da disponibilidade de tempo;

Quadro 14 – Aspectos desagradáveis do trabalho na educação a distância, conforme participantes da pesquisa de Mill (2006) e Neves (2011)

(continuação)

Quantidade de tempo pago para realizar tais atividades;
Questões de saúde;
Relação professor-aluno-atividades;
Sobrecarga de trabalho;
Tutor virtual contratado como instrutor;
Tutor virtual visto como funcionários técnicos;

Fonte: Elaborado pela autora com base em Mill (2006, p. 88-89) e Neves (2011, p.105).

Os quadros 11, 12, 13 e 14 além de evidenciar que a precarização do trabalho docente é marcada por características negativas que podem favorecer o adoecimento de professores, também apresentam um ponto comum que marca a produção do conhecimento: sobrecarga de trabalho.

Muitos desses fatores, descritos nos quadros 11, 12, 13 e 14, confirmam o que Marin (2010, p.1-2), no Dicionário Trabalho, profissão e condição docente, utilizou como blocos para a compreensão do termo precarização do trabalho docente, definindo-o em dois. O primeiro traz “significados caracterizadores” e o segundo “consequências de sua existência”.

a) Nas caracterizações da precarização do trabalho docente, foram obtidas as seguintes vinculações: quando se refere às mudanças do trabalho, encontra-se flexibilização; intensificação; desemprego; desprofissionalização; degradação; sobrecarga; cobranças; fragilização; desvalorização; competitividade; condições de trabalho e de pesquisa; perda de autonomia; novas categorias de trabalhadores, sobretudo os temporários; ausência de apoio à qualificação; [...] valorização do saber da experiência em detrimento do pedagógico; ação docente pouco sólida em termos de conhecimento; envolvimento dos professores em trabalhos burocráticos. b) No que tange às consequências da existência dessas modificações, verificam-se referências a: desgaste; cansaço excessivo; sofrimento; desistência; resistência; adoecimento; isolamento; sentimentos e conflitos nas relações com alunos, pares e gestores; desorganização dos trabalhadores; perda de controle sobre o próprio trabalho; constrangimentos.

Os fatores citados como sobrecarga; excesso e acúmulo de atividades; elevado número de alunos; tempo gasto para a realização das atividades evidenciam que é possível à interferência da precarização na saúde dos professores, pois tem intensificado e sobrecarregado o trabalho docente, aumentando a competitividade e o individualismo entre os

professores, tornando o tempo para lazer e descanso cada vez menor, e gerando cobranças internas em produzir e produzir para não perder o reconhecimento profissional.

O sentimento de rejeição e desvalorização enquanto pessoa e profissional é destacado no recorte em entrevista realizada por Mota (2011, p.43), quando o profissional docente encontra-se afastado de suas atividades por motivo de doença.

Com o adoecimento, [...] sentiu-se ainda mais rejeitada, desvalorizada enquanto pessoa e como profissional. Afirma que enquanto conseguia exercer suas atividades sentia-se reconhecida como pertencente ao grupo de funcionários [...]. Entretanto, quando adoeceu e necessitou de afastamento para cuidados com a saúde, percebeu que alguns de seus colegas preferiam não continuar mantendo relações de amizade com ela, pois temiam se comprometer perante a direção [...] e consequentemente, serem penalizados por esse motivo (MOTA, 2011, p.43).

É perceptível com o apresentado por Mota (2011), que alterações do estado de saúde podem trazer importantes implicações para o trabalhador docente. Em algumas situações este profissional é discriminado, rejeitado pelo grupo e até rotulado como incapaz e improdutivo.

As condições de trabalho, a intensidade da quantidade de trabalho, “atrelada ao cumprimento de prazos e aspectos burocráticos do fazer docente, inevitavelmente afetam as condições de vida [...]” (NEVES, 2011, p.55). É comprovado pela autora que o trabalho realizado em domicílio mediado pela internet, resulta em interferência na convivência doméstica.

A pesquisa de Fidalgo (2010) também apresentou alguns fatores que têm contribuído para a alteração do estado de saúde dos professores. Os fatores possuem relação com a rotina do trabalho docente e estão relacionados a aspectos emocionais, físicos e ao tempo. Conforme se pode verificar no quadro 15.

Quadro 15 – Fatores que favorecem o adoecimento com base em Fidalgo (2010)

FÍSICOS	EMOCIONAIS	TEMPO
Cansaço	Angustia	Intensificação
	Assédio moral	Mediocrização
	Barateamento	Produtividade
	Classificação	Produtivismo
	Competição	Redução de tempo
	Estresse	Sobrecarga
	Punição	
	Pressão	

Fonte: Elaborado pela autora com base na tese de Fidalgo (2010).

Todos os fatores foram descritos por professores universitários entrevistados na pesquisa de Fidalgo (2010), reafirmando assim sua relação com o estresse dos professores e alterações na saúde.

Refletindo acerca da realidade do trabalho de professores, podemos reconhecer que os fatores descritos fazem parte da rotina do trabalho e favorecem o surgimento de doenças. Tais aspectos sinalizam que o trabalho docente tem passado por mudanças e reestruturações de suas condições e organização. Eles também podem significar, conforme Carlotto (2002, p.189) apoiando-se em Morosini (2001), a reestruturação da educação iniciada a partir da LDB/96, demonstrando que as novas características do mundo do trabalho, evidenciadas em formas precárias e flexíveis das relações de trabalho, invadiram o campo educacional, alterando as condições de vida e trabalho dos professores. Podem indicar por outro lado, o resultado da rápida transformação e expansão das universidades, juntamente com as exigências de produtividade. Os referidos aspectos podem ainda colaborar para a intensificação e sobrecarga do trabalho, a diminuição do tempo livre para aproveitar a vida, gerando cansaço, angústia e estresse, e favorecendo o adoecimento.

Da coleta de dados realizada nos prontuários na pesquisa de Mota (2011), também evidenciou-se que os docentes apresentam grande diversidade de diagnósticos; tais como: transtornos mentais orgânicos, transtornos mentais decorrentes do uso de substâncias psicoativas, transtornos psicóticos/esquizofrenias, transtornos do comportamento associados aos fatores fisiológicos ou físicos, distorções de personalidade e de comportamento.

Diante dos dados apresentados nas produções, consideramos que o trabalho docente tem passado por transformações e novas exigências que podem estar alterando as condições e a organização do trabalho destes, causando mal-estar e colaborando para o surgimento de doenças.

3.6.4 Precarização do trabalho: estratégias docentes para seu enfrentamento

Esta nova característica do mundo do trabalho, tem como objetivo conforme Fernandes e Helal (2010, p.1), “garantir competitividade às empresas por meio da flexibilização das relações de trabalho”, tem invadido o campo educacional gerando uma reestruturação do trabalho em educação.

É incessante a procura por aprimoramento e formação profissional para o mercado de trabalho, principalmente nas instituições privada, desenvolvendo um processo de “mercantilização da educação” conforme Fidalgo (2010).

Essa reestruturação da educação, ainda segundo a mesma autora, tem elevado a produtividade ou produtivismo acadêmico, gerando uma intensificação do trabalho e uma relação íntima entre estresse e o trabalho do professor, tanto no local do trabalho como também no contexto doméstico. Daí, podendo advir impactos na saúde psíquica, física e emocional dos docentes. Este impacto na saúde e na rotina do professor é originado do estabelecimento de novos índices de produtividade, em níveis de avaliação cada vez mais elevados, competitividade exacerbada entre os colegas de trabalho aumentando o processo de individualização, as avaliações de desempenho, a busca de qualificação e requalificação.

Fidalgo (2010, p.65-66, 107) apoiando-se nos dicionários da Educação Profissional, no dicionário Aurélio e em Dal Rosso traz o conceito de produtividade e produtivismo, sendo:

Produtividade: “Significa rendimento, possibilidade de alcançar máxima produção com menores tempos e menores custos. Embora possa referir-se, também, à produtividade da terra ou do capital, a expressão é mais aplicada ao uso do trabalho. Coriat define o aumento da produtividade do trabalho quando, dentro de um mesmo ritmo de trabalho, a mesma quantidade de trabalhadores consegue atingir uma produção maior, devido à maior eficiência técnica dos meios de produção. Sandroni aponta certas controvérsias ligadas ao termo: a produtividade tende a ser maior nas empresas de capital intensivo e menor nas de trabalho intensivo; frequentemente as inovações tecnológicas causam desemprego; o aumento da especialização do trabalhador em um mesmo posto de trabalho significa, para a economia marxista, o aumento na produção da mais-valia e a exploração da força de trabalho” (CRIVELLARI, In: DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL).

[...] **produtividade**, [...], refere-se ao efeito desencadeado pelas transformações tecnológicas. [...] categoria destinada para a “obtenção de resultados superiores em qualidade e quantidade, decorrentes de investimentos em tecnologias materiais inovativas e organizativas que não requeiram maior consumo das energias pessoais” (DAL ROSSO, 2009).

Produtivismo: “produtividade [De produtivo + -(i)dade.] Substantivo feminino. 1.Faculdade de produzir. 2.Qualidade ou estado de produtivo. 3. Econ. Relação entre a quantidade ou valor produzido e a quantidade ou valor dos insumos aplicados à produção; eficiência produtiva. 4. Rendimento (4). 5. E. Ling. Uso regular de determinados padrões ou mesmo de afixos específicos na formação de palavras. [O sufixo -ção, p. ex., pode ser aposto a inúmeros verbos para criar um derivado que indique ‘o ato de, o processo de’, etc.] Produtividade do capital. 1. Econ. Quantidade produzida por unidade de capital investido. Produtividade do trabalho. 1. Econ. Quantidade produzida por unidade de trabalho” (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO).

Ainda para Fidalgo (2010, p.28-29, 71), os aspectos da intensificação do trabalho docente são expressos na fala dos professores. São aspectos relativos às mudanças que a lógica de produção tem causado nas universidades e na vida dos professores. O trabalho

desses profissionais está cada vez mais intensificado e sobrecarregado, conforme se pode depreender do que segue.

[...] os professores universitários são impulsionados a atenderem aos padrões de produtividade vigentes sem que as condições objetivas estejam colocadas, levando-os a colocarem seu bem-estar, sua saúde em jogo para conseguirem atender aos reclamos da gestão do trabalho (p.28).

[...] conflito constante entre produzir com qualidade ou simplesmente produzir números para os relatórios das avaliações produtivistas. A lógica de competência laboral prioriza uma formação unilateral [...], na medida em que se considera a produtividade individualizada nas relações de trabalho, o caráter coletivo e socializador do trabalho passa a ser progressivamente suprimido pelos interesses pessoais, o que favorece a formação de um tipo de profissional isolado, de identidade fragilizada ou fragmentada e que busca manter um diferencial em relação aos outros” (p.28-29).

[...] os próprios colegas tornam-se fiscais entre si, gerando um sentimento de dessolidarização que fica evidente nas consultas aos *Lattes* alheios [...] (p.71).

Partindo destas falas, percebe-se que o trabalho docente está intensificado e sobrecarregado. Muitos professores estão atuando em confronto com a sua subjetividade, uma vez que estão inseridos em um mundo de trabalho em que o produtivismo está sendo cada vez mais aumentado, obrigando-os a adaptar-se a regras e políticas de produção, ao aumento do ritmo, da complexidade e do número de trabalhos.

Esta intensificação e sobrecarga de trabalho influenciam as relações sociais e laborais, contribuindo para produções individualizadas e o aumento da competitividade entre trabalhadores. Estes, que poderiam trabalhar em conjunto para melhorar o desempenho e a qualidade das pesquisas e dos trabalhos realizados estão isolando-se do grupo e trabalhando individualmente.

Na lógica produtivista ocorre a captura da subjetividade do professor. Essa captura da subjetividade é considerada por Alves, G., (2011), como o espírito do toyotismo. Para o autor, “[...] a captura da subjetividade do trabalho vivo pela lógica do capital é fazer os operadores olharem seus interesses históricos de classe do proletariado pelo avesso ou de um ponto de vista oposto” (ALVES, G., 2011, p.54). Ainda segundo o mesmo autor,

[...] o eixo central dos dispositivos organizacionais (e institucionais) das inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva é a ‘captura’ da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. É a constituição de um novo nexos psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e empregados [...] (p.111).

A captura da subjetividade se dá por meio da invasão do tempo de vida pelo tempo do trabalho; do trabalho na estrutura familiar e pessoal. O tempo, um importante fator para a atividade de criação do professor, passa a ser condicionado e disciplinado, e o trabalhador submete-se a condições que remetem a prejuízos para a sua vida. O professor “vai se atrelando mais e mais a uma lógica que o agride, que o subjuga, e que o adoce fisicamente, intelectualmente e emocionalmente” (FIDALGO, 2010, p. 42-43).

O uso das tecnologias pode possibilitar um avanço nas pesquisas, mas também novos problemas como “a intensificação do trabalho; a demanda por **aumento de produtividade**; a invasão do trabalho no espaço doméstico; o maior controle externo de resultados [...]” (FIDALGO, 2010, p. 32 grifo nosso). Ela permite práticas colaborativas e ao mesmo tempo alienantes, uma vez que “os professores estão em **rede** (ligados, antenados, conectados uns aos outros e, sobretudo, ao trabalho) e na **rede**” (p.57).

Fidalgo (2010) explica que, estando os professores conectados em rede, estes problemas, além de invadir o campo educacional, têm invadido também o espaço privado e familiar da vida dos professores. A flexibilidade permite que atividades do trabalho sejam transferidas para o campo doméstico, aumentando o trabalho e ao mesmo tempo sobrecarregando e barateando o trabalho do professor, uma vez que esta atividade realizada no espaço doméstico não é remunerada e nem totalizada como horas trabalhadas. O que se percebe é uma condição prejudicial que tem alterado o estilo de vida e saúde dos professores, além de relatos de “fragilização da estrutura familiar, divórcios e separações”, cobrança por dedicação e tempo para a família, e até desarmonia da vida sexual.

Tem sido cada vez mais frequente o uso de medicamentos controlados pelo professores, o encaminhamento para tratamentos psicoterápicos, sem falar no aumento de todo tipo de doença, especialmente de fundo nervoso que prejudicam a estabilidade destes profissionais e deixam marcas, que podem significar longos tratamentos de saúde e lesões que podem restar pela vida inteira (FIDALGO, 2010, p. 94).

Preocupa o fato de alguns professores serem resistentes e não procurarem assistência à saúde, com vergonha, medo de serem julgados e interpretados pelos colegas como incapazes para o trabalho, improdutivos, incompetentes e por “atrapalhar a relação com o trabalho”. Chama a atenção o fato da doença, que pode ser considerada como sintoma de incapacidade, improdutivismo e incompetência, também poder causar libertação da intensificação e do sofrimento causado pelo trabalho.

[...] a **doença** pode exercer a possibilidade de **libertação da intensificação** e do aprisionamento do trabalho, pois, pela possibilidade real de enfrentamento com uma situação adversa e severa diferente do trabalho, o indivíduo pode encontrar, ironicamente, na doença o grande fator que irá freá-lo, oferecendo, quem sabe, a oportunidade de refletir e fazer novas escolhas acerca das formas de sobrevivência (FIDALGO, 2010, p. 138, grifos nosso).

O profissional docente diante dos problemas do cotidiano do trabalho e fora do trabalho, causados pela precarização, tem buscado e criado estratégias para melhorar e enfrentar os problemas conforme apresentando por Fidalgo e Mota no quadro 16.

Diante destes dados, e tentando pensar sobre o problema de pesquisa e alternativas que sugere, eu como autora desta pesquisa, sistematizei perante o encontrado nas produções, um rol de meios encontrados por professores, para melhorar o relacionamento do trabalho com as outras esferas importantes da vida, além de preservar a saúde física e mental, na tentativa de libertar da negatividade que a precarização do trabalho tem causado na vida dos professores.

Quadro 16 - Meios utilizados para melhorar o relacionamento com o trabalho e com outras esferas importantes da vida, segundo Fidalgo e Mota

ESTRATÉGIAS CRIATIVAS
Aceitar o adoecimento não como um sinal de fraqueza ou incapacidade, mas como uma pausa necessária para cuidar de si.
Aproveitar da experiência adquirida e acumulada ao longo da carreira.
Criar um estilo próprio para realizar o seu trabalho.
Cuidar e estar próximo da família.
Desenvolver o trabalho de acordo com o ritmo da turma.
Pequeno grupo que dá prioridade por almoçar juntos, e quando possível, reservam encontros de fim-de-semana proibindo assuntos de trabalho.
Trocar experiências
ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS
Não preocupar excessivamente com as avaliações externas.
Não se colocar numa posição de única responsável pelo bom desempenho do aluno.
Não abrir mão de atividades culturais como cinema e música.
Não levar mais trabalho para casa na tentativa de proteger este ambiente para o convívio com a esposa e os filhos.
Participar a família dos estudantes no processo de ensino aprendizagem, dividindo com eles a responsabilidade.
Exercer autonomia.
Preservar a vida pessoal.
Reconhecer os próprios limites e aqueles impostos pelas características da atividade docente.
Respeitar a decisão do professor.
Reconhecer sua própria marca nos resultados de seu fazer.

Fonte: Elaborado pela autora com base na tese de Fidalgo (2010) e dissertação de Mota (2011).

Perante o apresentado, percebe-se que alguns profissionais já estão conscientes dos prejuízos que o trabalho precário pode trazer para a vida. Estão criando meios para melhorar o relacionamento com o trabalho, para manter uma relação harmoniosa entre vida e trabalho.

3.6.5 Precarização: interferências no desenvolvimento do trabalho de professores

Fica claro nas pesquisas que as condições precárias de trabalho - como baixos salários, sobrecarga, extensas jornadas de trabalho, mais de um turno de trabalho, acúmulo de atividades, elevados padrões de produtividade, intensificação do trabalho, aumento do controle externo de resultados, invasão do trabalho no espaço doméstico e flexibilização - têm interferido e podem afetar o trabalho e a vida dos professores. Os excertos, que seguem, expressam o posicionamento dos autores quanto à precarização.

No universo do trabalho do professor, sobretudo nas universidades públicas, [...] há um forte movimento de **intensificação**, de **falta de compreensão** sobre os limites necessários que devem ser estabelecidos entre labor e não-labor, especialmente, entre trabalho e família (FIDALGO, 2010, p.36, grifos nossos).

A criação da GED [...] introduziu uma avaliação do trabalho docente de caráter produtivista, [...] que acabam por refletir numa **sobrecarga de trabalho** [...]. [...] observou-se uma **intensificação do trabalho** do professor e um **aumento do número de alunos** em relação ao número de professores (FIDALGO, 2010, p. 40, grifos nossos).

Com todas as transformações em curso no seu ambiente de trabalho, transfere para o próprio lar grande parte das responsabilidades, incumbências inadiáveis, prazos inexoráveis, avaliações decisivas, enfim, demandas imprescindíveis que **alteram sua saúde**, seu estilo de vida, sua forma de pensar, de intervir ou participar do cotidiano extra-laboral [...] (FIDALGO, 2010, p. 43, grifos nossos).

A **qualidade** tem sido **notoriamente prejudicada** tendo em vista a ênfase no processo de quantificação das atividades acadêmicas [...] (FIDALGO, 2010, p.50, grifos nossos).

O trabalho do professor passa [...] a sofrer exigências, que, [...] podem caracterizar uma supressão e precarização do seu trabalho (vivo) em função das tecnologias digitais, entre outras (trabalho morto). O professor passa a [...] submetê-lo a um tipo de poder virtual favorecendo o desenvolvimento de um processo de **individualização das relações interpessoais**, da própria prática docente e da construção do conhecimento, o que pode apontar para o reforço dos **processos meritocráticos** e para a valorização personalizada em detrimento do corporativismo da classe (FIDALGO, 2010, p.60, grifos nossos).

[...] o trabalho a distância explicita problemas de organização do trabalho: novos sistemas de remuneração, novos sistemas de controle do trabalho, novas doenças ou males do trabalho, responsabilização unilateral dos assalariados e mesmo supressão de postos assalariados em favor de trabalhos independentes (MILL, 2006, p.152).

[...] não fica difícil compreender como os docentes se submetem ao trabalho a distância nas condições como ele se objetiva. Ao menos parece não haver muitos motivos para profundas reflexões antes de se submeterem ao teletrabalho docente. A sedução do discurso tecnológico num contexto capitalista, a falta de opções de trabalhos em melhores condições e a crença na perspectiva democratizante ou no potencial socializador da educação a distância cuidam facilmente da conformação para o ingresso nessa atividade (MILL, 2006, p.181).

[...] os tutores virtuais apresentaram em seus relatos aspectos voltados à **intensificação do trabalho** [...] (NEVES, 2011, p.54).

[...] entende-se que a realidade das condições de trabalho de pelo menos alguns dos profissionais [...] está representada pela **intensificação das relações e processos de trabalho** (NEVES, 2011, p.56).

[...] a questão da virtualidade interfere nas condições de vida, mas não necessariamente por serem professores de disciplinas na modalidade de ensino EaD, mas sim pelas influências das tecnologias na vida das pessoas (NEVES, 2011, p.67).

Um processo de **intensificação do trabalho** foi registrado, com os professores relatando aumento do número de alunos e maior complexidade nas relações pedagógicas individualizadas (INEZ, 2007, p.210).

[...] assaltados por uma **sobrecarga de trabalho** e pelas profundas modificações das relações do trabalho (INEZ, 2007, p.216).

[...] o aumento do tempo real vem associado a **intensificação dos ritmos de trabalho**. [...] o tempo, mesmo que seja flexível, é fator de desgaste uma vez que não é controlado e se “gasta mais tempo” em comparação a educação presencial (INEZ, 2007, p.124).

Considerando nosso objeto de estudo e nossos objetivos, é comprovado nas produções analisadas, que as condições precárias de trabalho têm interferido no desenvolvimento do trabalho docente. Os professores estão sendo acometidos por várias mudanças do mundo do trabalho evidenciadas por uma ausência de limite entre trabalho, família e espaço doméstico; elevado número de alunos; grandes exigências externas; individualização do trabalho, além de intensificação e sobrecarga de trabalho.

Com base em (Bosi, 2007), preocupa-nos o fato das mudanças do mundo do trabalho como a reestruturação produtiva, a precarização do trabalho e a flexibilização da legislação trabalhista afetam o universo das instituições de ensino e as condições de trabalho dos profissionais que estão inseridos nesses locais de trabalho. É na educação que se espera o

desenvolvimento e a construção de indivíduos mais reflexivos, com conhecimentos, métodos e técnicas científicas.

São os professores que foram preparados para o exercício da função docente, que segundo Almeida (2003) e Rowe, Bastos e Pinho (2011) apontam possibilidades para novos caminhos. Esses profissionais são relevantes para a produção e disseminação de conhecimentos. Desenvolvem competências e habilidades, além de gerarem desenvolvimento cultural, social e econômico para o país.

Diante da importância atribuída por Almeida (2003) e Rowe, Bastos e Pinho (2011) aos professores, e em face da preocupante influência do mundo do trabalho sobre a sua vida e saúde, além de seus próprios cuidados, mostram-se necessárias ações e políticas públicas, no sentido de preservar a saúde destes profissionais.

Embora consideremos que essa pesquisa não pode definir as condições de trabalho e saúde dos professores universitários no Brasil, podemos notar - pelas leituras e releituras que, em muitos momentos foram necessárias - que o trabalho e a vida dos profissionais docentes estão atrelados a formas precárias de trabalho, à intensificação e à sobrecarga de trabalho. No trabalho docente, temos muitos aspectos positivos, porém também aspectos negativos, sendo vários destes identificados nas produções. Vários são os fatores que podem modificar e, influenciar o trabalho, a vida, a saúde e as relações sociais do trabalhador docente. São eles: a organização do trabalho, as condições de trabalho e o tempo que o professor dedica a ele.

Essas evidências demonstram que o trabalho e a saúde dos professores universitários requerem atenção, pois sua profissão é de grande importância para a sociedade e para a formação de indivíduos. Além disso, os professores são os responsáveis pela preparação de novos profissionais para o mundo do trabalho e a educação é o caminho para a transformação de indivíduos e de um País mais desenvolvido.

GUISA DE CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, do tipo estado da arte ou do conhecimento, de abordagem quali-quantitativa, por meio da análise de oito produções (dissertações e teses) publicadas entre 2002 a 2013 no banco de dados da UFMG nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Psicologia, pudemos verificar uma riqueza de dados sobre o trabalho docente no ensino superior e saúde de professores. Para o tratamento dos dados analisados, amparamos nos nossos objetivos previamente estabelecidos e que merecem aqui serem retomados, como condição para se avaliar se foram ou não alcançados.

Tendo como objetivos gerais mapear e indicar as tendências teóricas e metodológicas a partir do levantamento da produção científica com base no tema; contribuir para o avanço do conhecimento científico, apontando as dimensões não investigadas sobre o tema; resgatar e analisar os pontos comuns, que marcam a produção do conhecimento sobre precarização do trabalho docente e a saúde dos professores, e subsidiar novos estudos referentes ao trabalho docente, cooperar com a abertura de perspectivas que incentivem outras orientações teóricas para análise do tema e possibilitar avanços para o campo de estudo e para rupturas sociais, a pesquisa favoreceu de modo mais especial mapear a produção mais que discuti-la em suas tendências teóricas e metodológicas, uma vez que nem todas fizeram tal explicitação.

Sobre as temáticas, observa-se uma semelhança de maneira em geral nas produções e que elas são importantes para a construção do quadro teórico e para a compreensão do trabalho docente e saúde de professores. E, elas permitiram atingir os nossos objetivos de resgatar e analisar os pontos comuns sobre precarização do trabalho docente e a saúde dos professores; a identificação se a precarização do trabalho docente no ensino superior tem afetado a saúde dos professores; a compreensão de como a literatura trata a precarização do trabalho e suas interferências na relação saúde e doença do profissional docente e os modos que ele tem lidado com este problema e a compreensão se a precarização do trabalho interfere no desenvolvimento e na execução do trabalho do professor universitário. Ainda quanto às temáticas, foram predominantes as que referem a educação, professores e tecnologias, confirmando a importância destas ao potencial de interferência das mudanças na organização do trabalho e vida dos professores.

Em relação aos objetivos das produções analisadas, considera-se que eles são relevantes para a compreensão do objeto e permitiram, junto às temáticas abordadas, o alcance dos objetivos propostos nessa pesquisa, especificamente no sentido de entender as condições de trabalho docente no ensino superior brasileiro.

No que concerne à abordagem, tipos e técnicas de pesquisa, foram encontradas quatro pesquisas com abordagem qualitativa, três do tipo misto e, portanto quali-quantitativa e uma quantitativa, mostrando coerência com a forte tendência nas pesquisas da área de humanas que apresentam a predominância da abordagem qualitativa. No que tange aos tipos de pesquisa, destaca-se a pesquisa exploratória e descritiva evidenciada em três produções. As técnicas de pesquisa mais utilizadas foram as entrevistas, observando coerência na escolha com a área e os objetivos das pesquisas em ciências humanas.

As tendências metodológicas, embora fossem objeto de estudo, não se apresentaram devidamente explícitas nas produções analisadas. Foi possível identificar apenas dois métodos descritos como “marxismo não ortodoxo e teoria marxista com ênfase no materialismo crítico-dialético”. Quanto às orientações teóricas, a pesquisa evidenciou a recorrência ao uso de autor clássico como Marx e atuais como Antunes; Belloni; Cattani; Cattani e Holzmann; Castells; Clot; Dal Rosso; Dejours; Fidalgo; Harvey; Moore e Kearsley; Paschoalino; Peters; Tardif e Lessard.

Diferente do esperado, encontrou-se um pequeno número de produções na Universidade Federal de Minas Gerais, no que se refere ao trabalho docente e à saúde de professores universitários. Mesmo assim, pela análise das oito produções, constatou-se o balanço das pesquisas na área de Pós-Graduação em Educação e Psicologia; além de evidenciar que o trabalho pode ser fonte de prazer e de sofrimento; pode causar problemas de saúde e prejuízos à qualidade de vida e ao trabalho de professores. Não foi possível concluir se o trabalho docente é organizado de forma individual ou coletiva. As produções apresentam diversidade de posicionamento, apontando o trabalho em alguns momentos coletivo e em outro individual.

Foi possível identificar, de maneira geral, que as condições de trabalho estão modificando a vida e o trabalho de professores, trazendo-lhes sofrimento e mal-estar. São evidenciadas relações informais de trabalho nas produções e em especial na modalidade à distância. Nela observa-se baixo valor pago por hora aula, excesso de atividades, grande número de alunos, condições precárias de contratação, uma vez que nessa modalidade não existe regulação e padrão de contratação, que é organizado por cada instituição. Constatamos também ausência de remuneração para as despesas com equipamentos tecnológicos e uma flexibilidade do trabalho permitindo o atendimento do aluno em qualquer lugar e horário.

São evidentes a expansão do ensino superior nos últimos anos no Brasil e as influências da reestruturação produtiva no campo educacional, além da existência de um trabalho precário nas IES. Foi possível verificar o destaque às condições precárias de trabalho

da profissão docente, aos fatores que estão favorecendo o adoecimento e aos meios utilizados para melhoria da relação com o trabalho e a vida.

Dado o problema desta pesquisa, que procurou saber, como a produção científica da UFMG discute o desenvolvimento do trabalho docente no ensino superior e suas implicações para a saúde de professores, foi possível perceber que o capitalismo trouxe novos usos de medida para quantificação do desempenho humano, ao se utilizar de notas, conceitos, títulos e avaliações para mensurar a competência do professor. Fica claro que estes objetivos de mensuração de desempenho dos professores, em função dos resultados, interferem nas condições de trabalho, podendo colaborar para o adoecimento.

É possível identificar semelhança nas produções que o trabalho docente no ensino superior está intensificado, com grande sobrecarga de trabalho, além de jornada excessiva de trabalho, e fatores que possibilitam o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho. A intensificação e a sobrecarga do trabalho podem estar relacionadas à auto-responsabilização do professor quando ele acredita que é o errado na relação trabalhador e trabalho, e na modalidade à distância pode estar relacionado ao elevado número de alunos e a expansão do tempo cronológico de trabalho.

Em relação à disseminação das tecnologias, as análises do conjunto permitem a compreensão que elas possibilitam uma evolução nos processos pedagógicos, interação entre aluno e professor; desterritorização da aprendizagem. São ainda importante fonte de produção do conhecimento, além de possibilitar avanço nas pesquisas. Porém, carregam novas exigências ao trabalhador e trazem problemas como alienação, controle externo dos resultados, intensificação do trabalho, tensão gerada pela intensificação do trabalho mediado pela tecnologia informacional, busca por maior produtividade, mudanças no relacionamento entre as pessoas e a tomada do trabalho no ambiente doméstico e de lazer. Pode-se identificar que as tecnologias constituem um dos fatores que têm ocasionado mudanças significativas nas condições e organização do trabalho e na vida de professores.

A flexibilização, proporcionada pelas tecnologias de informação e comunicação, assume caráter contraditório, que facilita e agiliza o trabalho, gera uma pseudoliberalidade e apresenta status prejudicial ao transferir atividades para o espaço doméstico e um barateamento do trabalho do professor, uma vez que as atividades realizadas no espaço doméstico não são remuneradas e nem totalizadas como horas trabalhadas. As atividades docentes realizadas pela modalidade à distância, aumentam o tempo cronológico de trabalho e ampliam a demanda de disponibilidade e dedicação às atividades.

O presente estudo confirmou que o trabalho docente tem passado por mudanças e estruturações de suas condições e organização, além de estar carregado de desafios e muitas dificuldades, como: baixos salários, desvalorização profissional, falta de autonomia, competitividade, estresse, sobrecarga de trabalho, intensificação, uma lógica do produtivismo que tem gerado muita sobrecarga de trabalho e contribuído para a individualização e isolamento entre os profissionais. As condições de trabalho e as pressões a que o professor é submetido têm colaborado para o surgimento de problemas que afetam a saúde desses profissionais, como os ergonômicos, vocais, mentais e funcionais, gerando doenças entre as mais comuns as LER/DORT, disfonia e a síndrome de *Burnout*. Além disso, muitos problemas de saúde podem ser agravados devido à ausência de tempo livre para procurar tratamento médico e muitos professores não procuram assistência médica com medo de serem julgados e interpretados como improdutivos e incapazes para o trabalho.

Algumas considerações podem ser colocadas, mesmo restando a impressão que várias pesquisas precisam ser realizadas para dar continuidade a esse estudo. O ensino superior é um nível de ensino em expansão e transformação, e poucos são os estudos que analisam a situação de trabalho e saúde de professores. Há muito ainda a ser investigado quanto ao trabalho desses profissionais no ensino superior, tendo em vista as complementações referentes aos aspectos, características, organização, condições de trabalho e saúde que ainda requerem mais estudos.

Embora não se pretenda conclusivo, uma vez que o objeto e os objetivos do estudo forma delimitados e a realidade do trabalho de professores no ensino superior é bastante diversificada e complexa, há ainda o que sedimentar e refinar. Mas, de modo geral, o estudo possibilitou com que os objetivos propostos fossem alcançados, especialmente no que se refere ao mapeamento e à compreensão de como a literatura trata a precarização do trabalho, além das interferências dela no trabalho e na relação saúde e doença do profissional docente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA O DIA. **Transtorno mental afasta cada vez mais trabalhadores**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/economia/transtorno-mental-afasta-cada-vez-mais-trabalhadores-1.414840>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educ. Pesqui.** vol. 29, n. 2. São Paulo. Jul./Dec. 2003.

ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Wanderson Ferreira. Experiência profissional docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

ANTUNES, Ricardo. A desconstrução do trabalho e a perda dos direitos sociais. **Evocati Revista** n. 19, Jul 2007. Disponível em: <http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=134>. Acesso em: 22 maio 2014.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 231-238.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Reestruturação produtiva. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

ARAÚJO, Roberta de Paula. Perfil dos beneficiários do INSS em auxílio-doença por distúrbios benignos da voz. **Revista Brasileira Medicina Trabalho**. 2014; 12 (1): 1-7. Disponível em:

<http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/revista_brasileira_de_medicina_do_trabalho_volume_12_n%C2%BA_1_25320141526487055475.pdf>. Acesso em: 01 maio 2014.

ATAÍDE, Marlene Almeida de. O mundo do trabalho no Brasil a partir da década de 90: uma questão em análise. **MÉTIS**: história & cultura – v.11, n.22, p. 329-345, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/1578/1258>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (ED.). **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. 6. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BIKLEN, Sari; BOGDAN, Robert. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOLLMANN, Maria da Graça Nobrega. Carreira docente. In: DUARTE, Adriana Cancellia; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

BONETTI, Albertina. O SER DOENTE: UMA VISÃO À LUZ DE GEORGES CANGUILHEM. **Pensar a Prática**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 45-58, nov. 2006. ISSN 1980-6183. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/65/64>>. Acesso em: 24 maio 2014.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, vol.28. n. 101. p. 1503-1523. Set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 maio 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANDÃO, Silvia Regina Rocha. **A Vocação Humana: uma abordagem antropológica e filosófica**. São Paulo: Videtur, 2001. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/vidlib7/sb.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

BRASIL. Agência EducaBrasil . PAIUB. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. [2014?]. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=125>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. **Brasil Escola Enem**. Lista de adesão Enem 2014 e SiSU 2015. Disponível em: <<http://vestibular.brasile scola.com/enem/lista-adesao-enem.htm>>. Acesso em: 21 maio 2014.

_____. **Decreto nº 4.791, de 22 de Julho de 2003**. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d4791.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. **Decreto Federal nº 5.773, de 09 de Maio de 2006**. Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 24 jun. 2013.

_____. **Decreto nº 5.786 de 24 de Maio de 2006**. Brasília: 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5786.htm>. Acesso em: 24 jun. 2013.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007**. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. **Enem Dicas**. Quais universidades aceitam a nota do Enem. [2014?]. Disponível em: <<http://www.enemdicas.net/quais-universidades-aceitam-a-nota-do-enem/>>. Acesso em: 21 maio 2014.

_____. **ENEM. Universidades do Enem.** [2014?]. Disponível em: <<http://enem.net/universidades-do-enem.htm>>. Acesso em: 21 maio 2014.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 26 abr. 2013.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Brasília: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. **Lei nº 11.180, de 23 de Setembro de 2005.** Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11180.htm>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. **INEP. Censo da Educação Superior 2010:** Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010. Outubro 2011. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc>. Acesso em: 09 jul. 2013.

_____. **INEP. Censo da Educação Superior 2011 Resumo Técnico.** Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2013.

_____. **INEP. Principais Resultados do Censo 2012.** Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/encontro_nacional/2013/palestra_resultados_do_censo_da_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. **Decreto Regulamentar nº 76/2007 de 17 de Julho.** Disponível em: <<http://www.portaldasauade.pt/NR/rdonlyres/AF267FFC-1E51-41DC-8736-D52019BCAB6F/0/0449904543.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2014.

_____. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho:** manual de procedimentos para os serviços de saúde. Organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 114). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1339/GM em 18 de novembro de 1999.** Lista de doenças relacionadas ao trabalho. [2001?]. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port99/GM/GM-1339.html>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

_____. Ministério da Previdência Social. **Informações Estatísticas Relativas à Segurança e Saúde Ocupacional.** [2011?]. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

_____. Sindicato ANDES Nacional. **Estatuto atualizado e consolidado até o 32º congresso Rio de Janeiro/RJ, 4 a 9 de março de 2013**. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/portal-estatuto.andes>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085>. Acesso em: 11 jun. 2013.

_____. Ministério da Educação. **FIES – Financiamento Estudantil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/FIES2000.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Inscrições do PAS**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4155&catid=212>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. Ministério da Educação. **ProExt – Apresentação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Programa Incluir**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12257&Itemid=496>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Programas do MEC voltados à formação de professores**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15944:programa-s-do-mec-voltados-a-formacao-de-professores>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. Ministério da Educação. **TV Escola**. Disponível em: <http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=94&Itemid=97>. Acesso em: 21 jan. 2014.

CABRAL, João Francisco P. **Brasil Escola**. Capital, Trabalho e Alienação, segundo Karl Marx. [2013?]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/filosofia/capital-trabalho-alienacao-segundo-karl-marx.htm>>. Acesso em: 18 maio 2014.

CAMARGO, Marcio Lima. **Trabalho enquanto categoria fundante na existência humana e atual fase de reestruturação produtiva do Capital**. Teófilo Otoni, 2012. Disponível em: <<http://www.secep.com.br/artigos/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

CAMPOS, Regina Célia Pereira. **Subjetividade e trabalho docente em cursos de educação a distância**. 261 f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CAPES. **Cadernos de indicadores (2009)**. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>>. Acesso em: 13 set. 2013.

CARLOTTO, Mary Sandra. A Síndrome de Burnout e o Trabalho Docente. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.7, n.1, p.21-29, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a03.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2014.

_____. Síndrome de Burnout e Satisfação no Trabalho: um estudo com professores universitários. In: PEREIRA, Ana Maria T. Benevides. (Org.). **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 187-212.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Carreira do magistério superior público federal. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

CHIROQUE, Sigfredo. Sindicato docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

CUNHA, Maria Isabel da. Docência universitária. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Lívia Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

DAL ROSSO, Sadi. Jornada de trabalho. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

DINIZ, M. **Os donos do saber**: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DUARTE, Adriana. Intensificação do trabalho docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**. v. 42, n. 146, p.351-367, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/03.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2009. 22. ed. – (Estudos; 85).

FANFANI, EmilioTenti. Condição docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Lívia Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

FERNANDES, Danielle Cireno; HELAL, Diogo Henrique. Precarização do trabalho. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, agosto/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2014.

FIDALGO, Nara Luciene Rocha. **A espetacularização do trabalho docente universitário: dilemas entre produzir e viver e viver para produzir**. 200 f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SILVA, Edith Seligmann. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira Saúde Ocupacional**. São Paulo, 35 (122): 229-248, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572010000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 abr. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 32ª. Ed., 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

GARCIA, Carlos Marcelo. Desenvolvimento Profissional dos Professores. In: _____ **Formação de Professores: para uma mudança educativa**. Lisboa: Porto Editora. 1999, p. 136-145.

GARCIA, Dirce Maria Falcone. Educação à distância, competências, tecnologias e o trabalho docente: pontuando relações, fragilidades e contradições. In: CECÍLIO, Sálua; FALCONE, Dirce Maria Garcia. (Org.s). **Formação e profissão docente em tempos digitais**. Campinas, Alínea, 2009. p. 135-164.

GESTRADO. **Apresentação**. [2014?]. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/index.php?pg=apresentacao>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Pesquisadores**. [2014?]. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=pesquisadores>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; GRISHCKE, Paulo Eduardo. Trabalho imaterial e trabalho docente. **Educação**, Santa Maria, v.38, n.3, p.507-522, set./dez. 2013. ISSN: 0101-9031. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/198464448998>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

IABELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte**. Sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2010.

INEZ, Ana Marta Aparecida de Souza. **Avaliação da educação superior: experiências e vozes docentes em uma análise de políticas e práticas**. 304 f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

JORGE, Tiago Antônio da Silva. Mercado de trabalho. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LELIS, Isabel. O trabalho docente na escola de massa: desafios e perspectivas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan.\abr. 2012, p.152-174. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n29/a07v1429.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

LEMUS, Maria de La Luz Arriaga. Democratização da educação. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 9. Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

_____; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. (Org). **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção Docência em Formação.

LIMA, Francisco. Alienação do trabalho. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

LINHART, Daniele. Para uma prospectiva do trabalho. In. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007, p.35-63.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas / Menga Ludke, Marli E.D.A. André. São Paulo: EPU, 1986.

_____; BOING, Luiz Alberto. Do trabalho à formação de professores. **Caderno de Pesquisa**. V. 42, n. 146, p.428-451 maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000200007>. Acesso em: 24 maio 2014.

_____. O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus (quase) 100 números. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1179-1201, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2528100.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2014.

_____. Profissionalidade docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

LUZURIAGA, Lorenzo. **Pedagogia**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1951.

MANCEBO, Deise. Subjetividade docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil:** da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira, vol.17, suppl. 3, São Paulo, 2002.

MARTINS, Evandro Silva. A Etimologia de Alguns Vocábulo Referentes à Educação. **Olhares & Trilhas.** Uberlândia, Ano VI, nº. 6, p. 31-36, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/olharestilhas/article/view/3475/2558>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

MARTINEZ, Deolídia. Mal estar docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. – [4. reimpr.]. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTEI, Rejane Esther Vieira. **As percepções dos professores do ensino superior, na modalidade a distância sobre suas atividades docente.** 136 f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MAUÉS, Olgaídes Cabral. A agenda da OCDE para a educação: a formação do professor. In: CECÍLIO, Sálua; FALCONE, Dirce Maria Garcia. (Org.s). **Formação e profissão docente em tempos digitais.** Campinas, Alínea, 2009. p. 15-39.

MEDEIROS, Adriane Mesquita de. Disfonia ocupacional docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MILL, Daniel. **Educação a distância e trabalho docente virtual:** sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na idade mídia. 322 f. Tese - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação,** Porto Alegre, v.22, n.37, p.7-32, 1999.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa.** Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_da_pesquisa..pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

MORGENSTERN, Sara. Professor/Docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MOTA, Valéria Maria da Conceição. **O exercício da docência e a preservação da saúde mental do professor:** um estudo a partir de suas condições de trabalho e existência. 132 f.

Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NEVES, Inajara de Salles Viana. **Condições de trabalho docente no ensino superior na rede privada na modalidade educação a distância**. 184f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação: política, trabalho e formação humana (NETE), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, João Ferreira de. Educação Superior. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

_____. Educação. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

OLIVEIRA, Cristiana Chaves de. **Qualificação para o trabalho no capitalismo contemporâneo**: as tecnologias de informação e comunicação na formação docente inicial na UFMG. 107f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação de professores para educação profissional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

OLIVER, Marcia. **Doenças Relacionadas à Voz/Dicas**. 2011. Disponível em: <<http://locutorapublicitaria.wordpress.com/doencas-relacionadas-a-voz-2/>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **A prevenção das doenças profissionais**. Edição Abril 2013. Copyright. Tradução em língua portuguesa: ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/safeday2013%20final_1012.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2013.

PINI, Mônica Eva. Profissão docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

PINTO, Odil de Lara. **A tecnologia informacional e o trabalho do professor de direito: o SAJ da PUC Minas de Contagem**. 228f. Tese - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

POCHMANN, Marcio. Emprego. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

PORTO, Lauro Antonio; REIS, Israel Costa; ANDRADE, Jonathan Moura; NASCIMENTO, Carla Rebouças; CARVALHO, Fernando Martins. Doenças Ocupacionais em Professores Atendidos pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT). **Revista Baiana de Saúde Pública**. V.28, n.1, p.33-49, jan/jun. 2004. Disponível em: <http://www.sinpro-ba.org.br/saude/doc/doencas_ocupacionais.pdf>. Acesso em: 01 maio 2014.

RAMALHO, Betânia Leite; CARVALHO, Maria Eulina P. de. O magistério enquanto profissão: considerações teóricas e questões para pesquisa. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n.88, p.47-54, fev. 1994. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/887.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

REZER, Cláudia Nesi; DONAT, Mara Fernanda; FERRETTI, Fátima; BRAGHINI, Cássia Cristina. Condições de trabalho e saúde de professores do ensino superior no oeste catarinense. **FisiSenectus**. Unochapecó, Ano 1, edição especial – 2013, p.85-95. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/fisisenectus/article/view/1756>>. Acesso em: 20 set. 2014.

RIBEIRO, Emerson da Silva; DARSIE, Marta Maria Pontin. Estado da arte das teses e dissertações relacionando educação matemática e educação de jovens e adultos: panorama de 10 anos da pesquisa brasileira pós DCNs para a EJA. **Ebrapem XVI**, 2012. Disponível em: <<http://matematica.ulbra.br/ocs/index.php/ebrapem2012/xviebrapem/paper/view/430>>. Acesso em: 02 set. 2013.

RIBEIRO, Guilherme Wagner. Profissão regulamentada do professor. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

ROBERTT, Pedro. Capitalismo e subjetividade: até onde estão capturados nossos corpos? Em: Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad – **RELACES**. Nº 10. Ano 4. Dic. 2012-marzo de 2013. Córdoba. ISSN: 1852.8759. p. 118-124. Disponível em: <<http://relaces.com.ar/index.php/relaces/article/view/218/141>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

RODRIGUES, Daniel. **Marx e a divisão social do trabalho, uma resposta atual**. IV Conferencia Internacional La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI, 2008. Disponível em: <http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso08/conf4_rodriguesd.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. Carreira docente e os desafios da profissionalização do trabalho dos professores. In: CECÍLIO, Sálua; FALCONE, Dirce Maria Garcia. (Org.s). **Formação e profissão docente em tempos digitais**. Campinas, Alínea, 2009. p. 117-133.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v.6, n.19, p.37-50, set/dez. 2006.

ROWE, Diva Ester Okazaki; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt e PINHO, Ana Paula Moreno. **Comprometimento e entrenchamento na carreira:** um estudo de suas influências no esforço instrucional do docente do ensino superior. Ver. adm. Contemp. [online]. 2011, vol. 15, n.6, pp. 973-992. ISSN 1982-7849.

SAMPAIO, Jackson. **Programa Vida no trabalho:** saúde e trabalho. Ceará, Rádio Universitária FM, 18 maio 2012. Entrevista a Fátima Leite. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=EHiSg3aleRU>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

SANTOS FILHO, José Camilo do. **Pesquisa educacional:** quantidade-qualidade. Silvio Sánchez Gamboa (org). 7ª ed. São Paulo. Cortez, 2009. (Coleção Questões da Nossa Época; v.42).

SBCat. Sociedade Brasileira de Catalise. **Órgãos de fomento à pesquisa no Brasil.** Disponível em: <http://www.sbc.org/sbc/orgaos_fomento.php>. Acesso em: 23 jul. 2013.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública.** vol. 31, nº 5. São Paulo. Oct. 1997. ISSN 0034-8910. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Carlos Roberto Lyra da. **Dicionário de Saúde:** Compacto/ Carlos Roberto Lyra da Silva, Roberto Carlos Lyra da Silva; colaboradores Marcio Petenusos, Roismere Camasmie dos Santos, Viviane Reis Soltes. São Caetano do Sul, SP. Difusão Editora, 2004.

SILVA, Jane. **Os determinantes sócio-econômicos para o desenvolvimento regional, proporcionados pela legislação educacional, viabilizados pela unidade de ensino superior Vale do Iguaçu – Uniguaçu.** 163f. Dissertação de Mestrado - Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, Canoinhas 2009. Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/editais/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Jane_Silva.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SOUZA, Aparecida Neri de. As formas atuais de modernização do trabalho de professores: individualização e precarização. CECILIO, Sálua; FALCONE, Dirce Maria Garcia. (Orgs). **Formação e profissão docente em tempos digitais.** Campinas, Alínea, 2009. p. 91-115.

SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de; MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. (Orgs). **Pesquisa sobre professores (as):** métodos, tipos de pesquisa, temas, ideário pedagógico e referencias. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

TAMEZ, Silvia. Saúde docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Carga horária de trabalho. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

TEIXEIRA, Clarissa Stefani; PEREIRA, Érico Felden; ROCHA, Lizandra Salau da; SANTOS, Anderlei dos; MERINO, Eugenio Andrés Díaz. Qualidade de vida do trabalhador: discussão conceitual. **Revista Digital** – Buenos Aires, Ano 14, n. 136, set. de 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd136/qualidade-de-vida-do-trabalhador.htm>>. Acesso em: 24 maio 2014.

TEODORO, Antônio; VASCONCELOS, Maria Lucia. **Ensinar e aprender no ensino superior**: por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária. 2.ed. São Paulo: Editora Mackenzie; Cortez, 2005.

TUMOLO, Paulo Sergio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a11v2690.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____.; FONTANA, Klalter Bez. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.29, n.102, p.159-180, jan/abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0929102.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª ed. 16. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

UFMG. **Cursos de Doutorado/Mestrado**. [2014?]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/prpg/doutoradomestrado/>>. Acesso em: 06 out. 2014.

_____. **Cursos de Especialização**. [2014?]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/prpg/especializacao/>>. Acesso em: 06 out. 2014.

_____. **Cursos de Graduação**. [2014?]. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/prograd/prograd/Pro-Reitoria-de-Graduacao/Cursos>>. Acesso em: 06 out. 2014.

_____. **História da UFMG**. [2014?]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/conheca/hi_index.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Especialização**. [2014?]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/prpg/especializacao/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Localização**. [2014?]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/conheca/lo_index.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. **Mestrado/Doutorado**. [2014?]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prpg/mestrado_doutorado/>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação. Faculdade de Educação da UFMG. **Estrutura**. [2014?]. Disponível em: <http://www.posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/posgradfae/?page_id=14&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação. Faculdade de Educação da UFMG. **Programa**. [2014?]. Disponível em: <http://www.posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/posgradfae/?page_id=11&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. **Departamento de Psicologia**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. [2014?]. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/psi/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=9>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. **Programa de Pós-Graduação em Psicologia**. Programa. [2014?]. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pospsicologia/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. **Programa de Pós-Graduação em Psicologia**. Doutorado. [2014?]. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pospsicologia/index.php/programa-info/doutorado>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

VARELLA, Drauzio. **Síndrome de Burnout**. [2014?]. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/letras/b/sindrome-de-burnout/>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade, elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Boitempo Editorial, 2006. p. 45-57.

VIEIRA, Lerche Sofia. **Política Educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Liber 2007.

VIEIRA, Jarbas Santos; FONSECA, Márcia Souza da. Natureza do trabalho docente. In: DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.s). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

APÊNDICE A – MODELO DE PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES					
<u>Disponível:</u>					
Termos descritores:					
QUANT.	TÍTULO DO TRABALHO	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORIA	TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO

APÊNDICE B – PLANILHA DE SELEÇÃO DAS PRODUÇÕES

Levantamento de Informações					
Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/1/search >					
Termos descritores: Professores, Ensino superior e Condições de Trabalho. Busca como palavra-chave.					
Quant.	Título	Ano de Publicação	Autoria	Tipo	Área de Conhecimento
1	Aulas no ensino superior: uma visão sobre professores de disciplinas científicas na licenciatura em Química da UFMG	2010	Ana Luiza de Quadros	Tese	Educação
2	A influência das diretrizes curriculares nacionais do Ministério da Educação e Cultura para a formação de professores de Geografia da educação básica em nível superior	2008	Vicente de Paula Leao	Tese	Geografia
3	Trajetórias de apropriação de vídeos e filmes por um grupo de professores de língua inglesa	2010	Francisco Wellington Borges Gomes	Tese	Estudos linguísticos
4	Repercussões da formação em nível superior nas práticas pessoais e profissionais de professores das camadas populares	2010	Regina Lucia Cerqueira Dias	Tese	Educação
5	A expressividade do professor universitário em situação experimental e de interação em sala de aula	2009	Tânia Afonso Chaves	Tese	Educação
6	Trabalho docente no ensino fundamental: a tessitura de saberes numa perspectiva ergológica	2009	Deise de Souza Dias	Tese	Educação
7	A relação pedagógica e a avaliação no espelho do portfólio: memórias docentes e discentes	2010	Marcia Ambrosio Rodrigues Rezende	Tese	Educação
8	Momentos críticos e de críticas nas narrativas de professores de matemática	2009	Wagner Ahmad Auarek	Tese	Educação
9	Os conhecimentos docentes e a abordagem do relevo e suas dinâmicas nos anos finais do Ensino Fundamental	2009	Valeria de Oliveira Roque Ascencao	Tese	Geografia

10	O diário de bordo como instrumento de reflexão crítica da prática do professor	2010	Lilian Sipoli Carneiro Canete	Dissertação	Educação
11	Crenças e dificuldades de futuros professores de matemática no domínio dos números racionais	2013	Maria Imaculada de Souza Marcenos Goncalves	Tese	Educação
12	Ação de professores em contexto de globalização:: um estudo a partir do grupo de educação sócio-ambiental da Pampulha (Belo Horizonte, MG)	2008	Regina Rodrigues Lisboa Mendes	Tese	Educação
13	Informatização da rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte: uma análise do seu impacto sobre o trabalho docente	2008	Jacqueline de Castro Laranjo	Dissertação	Educação
14	Práticas pedagógicas extraordinárias: análise de virtudes políticas de professores de biologia	2008	Maria Lucia Yoshico Wakisaka	Dissertação	Educação
15	Psicologia da Educação nas licenciaturas: considerações sobre uma didática clínica	2013	Merie Bitar Moukachar	Tese	Educação
16	Formadores de Professores de Língua Inglesa:: Uma experiência de colaboração e reflexão	2008	Eliane Carolina de Oliveira	Tese	Estudos linguísticos
17	Educação profissional técnica de nível médio: circulação de saberes e valores na atividade de trabalho docente	2012	Wanilde Mary Ferrari Auarek	Tese	Educação
18	O processo de ressignificação de crenças e de mudança na prática pedagógica de um professor de inglês em educação continuada	2008	Climene Fernandes Brito Arruda	Dissertação	Estudos linguísticos
19	Os números racionais nos anos iniciais do ensino fundamental: investigando saberes docentes	2008	Herika Nunes Torres Fonseca	Dissertação	Educação
20	A escolarização dos conteúdos imagéticos da biologia: um estudo das práticas de construção e execução de aulas pelo professor de biologia	2009	Claudia Avellar Freitas	Tese	Educação
21	O projeto temático na sala de aula: mudanças nas interações discursivas	2009	Penha das Dores Souza Silva	Tese	Educação

22	Condições de trabalho docente no ensino superior na rede privada na modalidade educação a distância	2011	Inajara de Salles Viana Neves	Tese	Educação
23	Professores dos anos iniciais do ensino fundamental e livros didáticos de matemática	2013	Gláucia Marcondes Vieira	Tese	Educação
24	Experiências, Emoções e Transformações na Educação Continuada: Um Estudo de Caso.	2011	Hilda Simone Henriques Coelho	Tese	Estudos linguísticos
25	A construção social do currículo do curso de história da UFMG: uma análise sobre a criação e implantação das disciplinas de prática de ensino e suas repercussões	2011	Vyasa Puja Peres Teixeira	Dissertação	Educação
26	Entre fraldas e letras, fazeres e afetos:: enredos de educadoras infantis (UMeIs de Belo Horizonte /2007-2008)	2009	Genícia Martins de Matos	Dissertação	Educação
27	A tecnologia informacional e o trabalho do professor de direito: o SAJ da PUC Minas de Contagem	2010	Odil de Lara Pinto	Tese	Educação
28	Dos saberes teóricos aos saberes da ação: a construção de concepções e práticas alfabetizadoras	2010	Ercileia Batista do Espírito Santo	Dissertação	Educação
29	A proposta curricular de ciências em Minas Gerais e as práticas docentes	2010	Vanúbia Emanuelle de Souza	Dissertação	Educação
30	Formação superior de professores em serviço e práticas pedagógicas: análise da efetividade das políticas da primeira década do século XXI no estado do Acre	2010	Grace Gotelip Cabral	Tese	Educação
31	O professor e a produção de textos escritos: o que se ensina quando se ensina a escrever? Por que se ensina o que se ensina?	2012	Lucia Fernanda Pinheiro Barros	Tese	Estudos linguísticos
32	A questão da norma culta e o ensino de língua padrão no curso de Letras: um estudo de caso	2008	Clemeson Campos da Cunha	Dissertação	Estudos linguísticos
33	Ensino profissional na Polícia Militar de Minas Gerais: análise do efeito-professor no curso técnico em segurança pública	2008	Helio Hiroshi Hamada	Dissertação	Educação

34	Transformações identitárias: um estudo sobre as experiências de professoras de inglês em um projeto de educação continuada	2011	Maria da Conceição Aparecida Pereira Zolnier	Tese	Estudos linguísticos
35	Educação no meio rural: um estudo sobre salas multisseriadas	2009	Caroline Leite Rodrigues	Dissertação	Educação
36	O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte	2009	Mercia de Figueiredo Noronha Pinto	Dissertação	Educação
37	Trabalho docente e mudanças curriculares: um estudo sobre a Rede Municipal de Belo Horizonte	2013	Leandra Martins de Oliveira	Tese	Educação
38	A presença da música na educação infantil: entre o discurso oficial e a prática	2010	Alicia Maria Almeida Loureiro	Tese	Educação
39	Linguagem e cognição: categorização e significado das concepções de educadores sobre tecnologia digital	2012	Naziozenio Antonio Lacerda	Tese	Estudos linguísticos
40	O Processo Reflexivo-Colaborativo na Formação Inicial de Professores de Português Língua Estrangeira	2010	Anelise Fonseca Dutra	Tese	Estudos linguísticos
41	Experiências de indisciplina e aprendizagem: um estudo de caso em uma turma de um curso livre de inglês	2009	Carolina Vianini Amaral Lima	Dissertação	Estudos linguísticos
42	Gestão Maria Angélica de Castro: apropriação das ideias sobre a Escola nova no território federal do Acre (1946/1951)	2011	Cleyde Oliveira de Castro	Tese	Educação
43	Um olhar sobre as escolhas de ensino de gramática na sala de aula de língua inglesa.: um estudo de caso	2009	Luciano da Anunciação Silva	Dissertação	Estudos linguísticos
44	Construindo e transformando os processos conceituais: ações para o desenvolvimento do professor	2009	Shirlene Bemfica de Oliveira	Tese	Estudos linguísticos
45	As conceptualizações sobre o ensino de gramática de duas professoras em formação inicial, suas práticas de sala de aula e seus processos reflexivos.	2008	Paula Ribeiro e Souza	Dissertação	Estudos linguísticos
46	Um estudo de caso de professores de inglês em formação continuada: reflexão e mudança da prática e do discurso no ensino de gramática	2009	Marcia Cristina Fontes Almeida	Tese	Estudos linguísticos

47	Clássicos adaptados no ensino de inglês: um estudo de caso das experiências dos estudantes em sala de aula	2011	Kaciana Fernandes Alonso	Dissertação	Estudos linguísticos
48	O processo de desenvolvimento da competência linguística em inglês na perspectiva da complexidade	2009	Rita de Cassia Augusto	Tese	Estudos linguísticos
49	Produção e reescrita de textos como processo de interlocução: algumas reflexões	2010	Cristiane Rocha da Silva	Dissertação	Estudos linguísticos
50	Os ambientes digitais e as práticas de leitura: uma análise de atividades do portal do professor do MEC	2013	Valeria Ribeiro de Castro Zacharias	Dissertação	Estudos linguísticos
51	Possíveis travessias: uma possibilidade na formação do arte/educador	2010	Sonia Leite de Assis Fonseca	Dissertação	Artes
52	Comunidades de prática na formação docente: aprendendo a usar ferramenta da web 2.0	2010	Vanessa Cristiane Rodrigues Bohn	Dissertação	Estudos linguísticos
Termos descritores: Professores, Ensino superior e Condições de Trabalho. Busca como título.					
53	Ensino, literatura e formação de professores na educação superior: retratos e retalhos da realidade mineira.	2010	Micheline Madureira Lage	Tese	Educação
54	Discursos de professores sobre ensino de ciências por investigação	2009	Eliane Ferreira de Sa	Tese	Educação
55	Saberes docentes e estratégias de ensino: as trocas entre professores do Ensino Fundamental	2009	Mariana Costa Lopes da Silva	Dissertação	Educação
56	Representações do professor de língua inglesa no ensino inclusivo dos alunos surdos	2010	Rejane Cristina de Carvalho Brito	Dissertação	Estudos linguísticos
57	Formação de valores e atitudes: como professores do ensino fundamental enfrentam este desafio	2013	Henrique Melo Franco Ribeiro	Dissertação	Educação
58	A modalização enunciativa no discurso do Professor em sala de aula: Uma análise dessa prática nas 8 ^{as} séries do ensino fundamental	2008	Adilson Ferreira de Souza	Dissertação	Estudos linguísticos

59	Situações argumentativas no ensino de Ciências da Natureza: Um estudo de práticas de um professor em formação inicial em uma sala de aula de Educação de Jovens e Adultos	2010	Ana Paula Souto Silva	Dissertação	Educação
60	Um estudo de caso de professores de inglês em formação continuada: reflexão e mudança da prática e do discurso no ensino de gramática	2009	Marcia Cristina Fontes Almeida	Tese	Estudos linguísticos
61	Avaliações de coleções didáticas de história de 5a a 8a série do ensino fundamental: um contraste entre os critérios avaliativos dos professores e do Programa Nacional do Livro Didático	2008	Nayara Silva de Carie	Dissertação	Educação
62	Promovendo a construção do conhecimento pedagógico de conteúdo em um curso de licenciatura de Ciências Biológicas: uma caracterização da prática do professor-formador em uma disciplina de laboratório de ensino	2009	Leticia Maria Ramos Martins	Dissertação	Educação
Termos descritores: Professores, Tecnologias e Condições de Trabalho. Busca como palavras-chave					
63	Trajetórias de apropriação de vídeos e filmes por um grupo de professores de língua inglesa	2010	Francisco Wellington Borges Gomes	Tese	Estudos linguísticos
Termos descritores: Professores, Tecnologias e Condições de Trabalho. Busca como título					
64	A tecnologia informacional e o trabalho do professor de direito: o SAJ da PUC Minas de Contagem	2010	Odil de Lara Pinto	Tese	Educação
65	Tecnologias na sala de aula de matemática: resistência e mudanças na formação continuada de professores	2008	Teresinha Fumi Kawasaki	Tese	Educação
66	Tecnologias da informação e da comunicação e formação de professores: um estudo em cursos de licenciatura de uma universidade privada	2011	Fernanda Araujo Coutinho Campos	Dissertação	Educação

67	Desenvolvimento profissional de professores de História: estudo de caso de um grupo colaborativo mediado pelas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação	2010	Andreia de Assis Ferreira	Tese	Educação
Termos descritores: Professores e Condições de Trabalho. Busca como palavras-chave					
68	Absenteísmo docente: manifestação do fenômeno na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (2009 - 2010)	2012	Marília Souza Andrade Dias	Dissertação	Educação
69	Desenvolvimento profissional de professores: a influência da vivência em um grupo colaborativo	2010	Paulo Henrique Dias Menezes	Tese	Educação
70	A espetacularização do trabalho docente universitário: dilemas para produzir e viver e viver para produzir	2010	Nara Luciene Rocha Fidalgo	Tese	Educação
71	A saúde entre o trabalho e a vida: uma análise referenciada nas abordagens ergonômicas e ergológicas da atividade	2008	Angelita Antonia dos Santos	Dissertação	Educação
72	O exercício da docência e a preservação da saúde mental do professor: um estudo a partir de suas condições de trabalho e existência	2011	Valéria Maria da Conceição Mota	Dissertação	Psicologia
73	A relação pedagógica e a avaliação no espelho do portfólio: memórias docentes e discentes	2010	Marcia Ambrosio Rodrigues Rezende	Tese	Educação
74	Parcerias público-privadas no ensino fundamental e na educação infantil: implicações na gestão da escola pública e no trabalho docente	2012	Kildo Adevaír dos Santos	Dissertação	Educação
75	Juventude e escola: reflexões dos jovens em torno da relação professor/aluno	2009	Fernanda Cristina Soares Silvino	Dissertação	Educação
76	Elementos para construção das especificidades na formação do educador da EJA	2013	Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva	Tese	Educação
77	Caminhos e desafios da formação de educadores de jovens e adultos	2011	Rosa Cristina Porcaro	Tese	Educação

78	Análise das capacidades argumentativas de professores de química recém formados na Universidade Federal de Minas Gerais	2011	Heberton Luis da Silva Correa	Dissertação	Educação
79	Condição docente na educação infantil: representações do presente	2011	Elenice de Brito Teixeira Silva	Dissertação	Educação
80	Crenças e dificuldades de futuros professores de matemática no domínio dos números racionais	2013	Maria Imaculada de Souza Marcenes Goncalves	Tese	Educação
81	Educação profissional técnica de nível médio: circulação de saberes e valores na atividade de trabalho docente	2012	Wanilde Mary Ferrari Auarek	Tese	Educação
82	O aluno e sua representação social do professor de matemática	2011	Flavio de Ligorio Silva	Dissertação	Educação
83	Práticas educativas em espaços urbanos: possibilidades para a formação de professores da EJA	2011	Saint Clair Marques da Silva	Dissertação	Educação
84	O currículo na educação de jovens e adultos: uma experiência em construção	2008	Rita Aparecida Rocha	Dissertação	Educação
85	O processo de aprendizagem pela busca e uso de informações: a orientação da pesquisa escolar na perspectiva do professor	2013	Iandara Reis de Oliveira	Dissertação	Ciências da Informação
86	Gestores escolares e projeto político-pedagógico: desafios e perspectivas para a educação de jovens e adultos	2008	Cristiane Fernanda Xavier	Dissertação	Educação
87	Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte	2012	Flávia Virgínia Melo Pinto	Dissertação	Ciência da Informação
88	Deslocamentos subjetivos na sensibilização para a libras em curso de formação de professores e profissionais ouvintes	2013	Ana Rachel Carvalho Leao	Dissertação	Estudos linguísticos
89	O uso dos resultados do SIMAVE e suas possíveis implicações para gestores escolares e professores: o caso das escolas públicas de Formiga - MG	2013	Liliane Cecilia de Miranda Barbosa	Dissertação	Educação

90	Construindo e transformando os processos conceituais: ações para o desenvolvimento do professor	2009	Shirlene Bemfica de Oliveira	Tese	Estudos linguísticos
91	Treinamento de professores em grupo: um programa para trabalhar problemas de comportamento em sala de aula	2013	Celina Pires do Rio Oliveira	Dissertação	Neurociências
Termos descritores: Professores, Tecnologias e Condições de Trabalho. Busca como título					
92	O trabalho docente do professor de Educação Física e suas relações sociais	2013	Luiz Alberto de Souza Ferreira Pinto	Tese	Educação
93	Memórias de professores: convocações do presente.	2010	Charles Moreira Cunha	Tese	Educação
94	Escrita acadêmica em cotexto de formação de professores do campo	2012	Ana Paula da Silva Rodrigues	Dissertação	Educação
95	Formação continuada de rede: um estudo de caso da formação de professores no município de Lagoa Santa	2013	Joaquina Roger Gonçalves Duarte	Dissertação	Educação
96	Deslocamentos Identitários de Professores no Discurso sobre sua Prática de Avaliação no Processo de Educação Continuada	2009	Fernanda de Fatima Serakides Hon	Dissertação	Estudos linguísticos
97	Estratégias enunciativas em salas de aula de química: contrastando professores de estilos diferentes	2008	Adjane Costa Tourinho e Silva	Tese	Educação
98	Tecnologias na sala de aula de matemática: resistência e mudanças na formação continuada de professores	2008	Teresinha Fumi Kawasaki	Tese	Educação
99	Inclusão escolar de pessoas com deficiência visual no município de Ipatinga (MG): a perspectiva dos alunos e professores	2010	Eline Silva Rodrigues	Dissertação	Educação
100	Apropriação da escrita no contexto da formação de professores de ciências na educação do campo	2011	Jucelia Marize Pio	Dissertação	Educação
101	Disfonia em professores municipais: aspectos clínicos, ocupacionais e de qualidade de vida.	2010	Iara Barreto Bassi	Dissertação	Saúde Pública
102	Memórias de professores/as de educação física sobre formação e práticas pedagógicas (1950 à 1970)	2012	Joelcio Fernandes Pinto	Tese	Educação

103	Ações pedagógicas do professor de piano popular: um estudo de caso	2008	Ana Carolina Nunes do Couto	Dissertação	Música
104	O ato criativo de comparar: um estudo das analogias elaboradas por alunos e professores de ciências	2008	Nilmara Braga Mozzer	Dissertação	Educação
105	Cultura e afetividade: Influências de valores dos professores de matemática na dimensão afetiva dos alunos	2008	Milene Carneiro Machado	Dissertação	Educação
106	Professores alfabetizadores e a formação continuada: um estudo de caso sobre o curso instrumentos da alfabetização	2011	Miriam Maria Roberto Marmol	Dissertação	Educação
107	Provinha Brasil: a utilização e avaliação dos testes de diagnósticos da alfabetização pelos professores	2010	Marinilda Maia	Dissertação	Educação
108	Passos de professores em rastros da metrópole: explorando geo-grafias docentes	2011	Alida Angelica Alves Leal	Dissertação	Educação
109	A construção da prática pedagógica: um estudo com professores iniciantes de história na EJA	2012	Erica Paula Frade	Dissertação	Educação
110	Os professores e a seleção de livros literários para uso na escola	2013	Florence Barbosa Gomes Santos	Dissertação	Educação
111	Recepção e uso de material escrito para formação de professor alfabetizador: um estudo de caso da Coleção Instrumentos da Alfabetização	2010	Alessandra Latalisa de Sa	Tese	Educação
112	Situações de incompreensão vivenciadas por professor ouvinte e alunos surdos na sala de aula: processos interpretativos e oportunidades de aprendizagem	2008	Carlos Henrique Rodrigues	Dissertação	Educação
113	Análise energética da produção de leite bovino na Fazenda Experimental Professor Hamilton de Abreu Navarro ICA/UFGM, em Montes Claros MG	2008	Janderson Tolentino Silveira	Dissertação	Ciências Agrárias
114	Gabor Buza e sua contribuição como professor de violino em Belo Horizonte: aspectos biográficos e procedimentos metodológicos	2008	Luiza Chequer dos Santos Lages	Dissertação	Música

115	Civilizar o campo: educação e saúde nos cursos de aperfeiçoamento para professores rurais - Fazenda do Rosário (Minas Gerais, 1947-1956)	2009	Larissa Assis Pinho	Dissertação	Educação
116	O mal-estar do professor em face da criança considerada problema: um estudo de psicanálise aplicada à educação	2010	Margarete Parreira Miranda	Tese	Educação
117	O programa nacional do livro didático para alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas: os professores e suas escolhas.	2011	Juliane Gomes de Oliveira	Dissertação	Educação
118	O que é ler na disciplina ciências da natureza? um olhar sobre práticas de leitura promovidas na sala de aula de um professor em início de carreira	2013	Natalia Almeida Ribeiro	Dissertação	Educação
119	O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários em Minas Gerais (1871 - 1911)	2011	Eliana de Oliveira	Dissertação	Educação
120	Formação continuada de professores de química buscando inovação, autonomia e colaboração: análise de desenvolvimento de seus conhecimentos sobre modelagem a partir do envolvimento em pesquisa-ação em um grupo colaborativo.	2008	Kristianne Lina Figueiredo	Dissertação	Educação
Termos descritores: Professores, Organização do trabalho e Condições de Trabalho. Busca como título					
121	Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte	2012	Flávia Virgínia Melo Pinto	Dissertação	Ciência da Informação

APÊNDICE C – MODELO DA FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO
Título:
Autor:
Ano de Publicação:
Tipo: () Dissertação () Tese
Abordagem de Pesquisa
Tipo de Pesquisa, Métodos, Etapas e Procedimentos Utilizados
Referenciais Teóricos
Resultados
Palavras-chave
Observação

APÊNDICE D – OBRAS SELECIONADAS PELO TÍTULO, NA UFMG, NOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
PSICOLOGIA

Quant.	Título da Produção
1	Estilos de docência em narrativas de professores e professoras de matemática
2	A expressividade do professor universitário em situação experimental e de interação em sala de aula
3	A tecnologia informacional e o trabalho do professor de direito: o SAJ da PUC Minas de Contagem
4	Aulas no ensino superior: uma visão sobre professores de disciplinas científicas na licenciatura em Química da UFMG
5	Vozes de formadoras: limites e possibilidades na formação do professor pesquisador/reflexivo
6	Ensino, literatura e formação de professores na educação superior: retratos e retalhos da realidade mineira
7	Desenvolvimento profissional de professores: a influência da vivência em um grupo colaborativo
8	O trabalho docente do professor de Educação Física e suas relações sociais
9	A permanência e o abandono da profissão docente entre professores de matemática
10	Tecnologias da informação e da comunicação e formação de professores: um estudo em cursos de licenciatura de uma universidade privada
11	Docência na educação profissional e tecnológica: conhecimentos, práticas e desafios de professores de cursos técnicos na Rede Federal
12	A universidade e as políticas de educação permanente para a estratégia saúde da família: um estudo de caso
13	As políticas de educação superior: novos modos de regulação e seus desdobramentos nos cursos de graduação em Odontologia (1995-2008)
14	A atividade de trabalho docente em uma escola privada: usos de si e circulações de valores, saberes e competências
15	Instituições federais de educação tecnológica: estabelecimentos escolares de referência no ensino brasileiro - o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
16	Política de expansão dos cursos superiores de tecnologia: nova face da educação profissional e tecnológica
17	Profissão docente: visões de licenciandos de ciências biológicas em diferentes contextos
18	Redes de universidades: novos espaços de articulação e/ou decisão no campo da educação superior pública brasileira
19	Entre discurso e a prática docente: um estudo da mudança docente e de suas implicações sobre os propósitos e as práticas de ensino no cotidiano da sala de aula
20	A avaliação no ensino superior: concepções múltiplas de estudantes brasileiros
21	O trabalho docente no movimento de reformas educacionais no estado do Acre
22	Processos de constituição da docência universitária: o REUNI na UFMG
23	A prática docente no cotidiano dos cursos de direito: possibilidades e desafios
24	A concepção de universidade no programa da Escola Nova no Brasil
25	Subjetividade e trabalho docente em cursos de educação a distância
26	A entrada da UFMG na oferta de ensino a distância
27	Transnacionalização da educação superior: reflexos do Acordo Geral de Comércio de Serviços (AGCS/GATS) na regularização normativa transnacional da educação superior brasileira
28	Constituição do ensino superior de Educação Física no Espírito Santo (1931-1972)
29	Avaliação de impacto sobre a prática docente: um estudo sobre o curso normal superior veredas
30	Avaliação da educação superior: experiências e vozes docentes em uma análise de políticas e práticas

31	Condições de trabalho docente no ensino superior na rede privada na modalidade educação a distância
32	A organização dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira
33	O uso de si e o saber fazer com o sintoma no trabalho
34	Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia
35	A saúde entre o trabalho e a vida: uma análise referenciada nas abordagens ergonômicas e ergológicas da atividade
36	Repercussões da formação em nível superior nas práticas pessoais e profissionais de professores das camadas populares
37	Ser professor coordenador pedagógico: sobre o trabalho docente e sua autonomia.
38	(Auto)biografias na formação de docentes: entre concepções educativas e procedimentos de avaliação
39	Ação de professores em contexto de globalização:: um estudo a partir do grupo de educação sócio-ambiental da Pampulha (Belo Horizonte, MG)
40	O trabalho docente em equipe: tramas e processos vivenciados e significados atribuídos. A experiência do projeto de educação de trabalhadores - PET
41	De volta ao lugar de aluna: as relações docência-discência na formação de professoras
42	Formação continuada de rede: um estudo de caso da formação de professores no município de Lagoa Santa
43	O uso das tecnologias digitais na educação e as implicações para o trabalho docente
44	A espetacularização do trabalho docente universitário: dilemas para produzir e viver e viver para produzir
45	A constituição docente em matemática à distância: Entre saberes, experiências e narrativas
46	Experiência e formação: o fazer teatral nas trajetórias docentes
47	Os bastidores da escola sob a ótica da divisão do trabalho
48	Qualificação para o trabalho no capitalismo contemporâneo: as tecnologias da informação e comunicação na formação docente inicial na UFMG
49	As condições sociais da reestruturação dos cursos de licenciatura no campo universitário da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
50	A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE
51	A construção da prática pedagógica: um estudo com professores iniciantes de história na EJA
52	O ensino de ciências por investigação na educação superior: um ambiente para o estudo da aprendizagem científica
53	A dialética produção-consumo do trabalho docente na territorialidade camponesa
54	Ensino superior privado: relação com o saber e reconstrução identitária
55	A concepção de universidade no programa da Escola Nova no Brasil
56	Discursos e identidades: a emergência do termo "trabalhadores do ensino"
57	Medicina e ensino médico: vertentes de um processo econômico social - uma história da faculdade de medicina de Belo Horizonte
58	Extensão universitária: um estudo de caso desenvolvido a partir das experiências do PRODAC-Programa de desenvolvimento e ação comunitária da PUC-MG
59	A hierarquia bacharelado/licenciatura em diferentes áreas do conhecimento: uma análise da UFMG
60	Universidade, diversidade social e diploma de licenciatura: estratégias de rentabilização do título por estudantes de Letras
61	Memórias de docentes universitários e a produção do conhecimento no programa de pós-graduação em educação/UFMG
62	Representações sociais da aprendizagem docente de professores universitários em suas trajetórias de formação
63	A reengenharia do ensino das engenharias: da construção do discurso oficial à construção de reformas curriculares

64	As representações sociais dos professores da graduação em Educação Física sobre o bacharelado e a licenciatura
65	Diretrizes Curriculares Nacionais e o currículo do curso de Direito da UFAC: compreensão da experiência vivenciada por docentes e discentes
66	Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG
67	Tecnologia da informação e da comunicação na formação dos pedagogos: um olhar sobre o curso de pedagogia da FaE/UFMG
68	Trabalho e conflito docente: experiências em escolas de educação profissional no Brasil e na Argentina
69	Políticas sociais e educação profissional: caminho para a autonomia, condição para a cidadania
70	Desenvolvimento profissional de professores de História: estudo de caso de um grupo colaborativo mediado pelas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação
71	Impasse na sala de aula de matemática: indisciplina, ensino-aprendizagem e subjetividade
72	Homo experimentalis: dispositivo da experimentação e tecnologias de subjetivação no currículo de aulas experimentais de ciências
73	Informática na educação: o uso da linguagem computacional LOGO no estudo das operações cognitivas da fase lógico-formal, tal como descritas por Piaget
74	Formação continuada de professores de química buscando inovação, autonomia e colaboração: análise de desenvolvimento de seus conhecimentos sobre modelagem a partir do envolvimento em pesquisa-ação em um grupo colaborativo
75	Tecnologias na sala de aula de matemática: resistência e mudanças na formação continuada de professores
76	A formação de professores nos cursos de licenciatura: um estudo de caso sobre o curso de ciências biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais
77	Reformas educacionais e gestão democrática no estado do Acre: repercussões no trabalho do núcleo gestor da escola
78	Desenvolvimento da habilidade técnica de titulação em um laboratório escolar de química
79	A formação continuada de professoras e suas relações com a prática docente
80	Formação superior de professores em serviço e práticas pedagógicas: análise da efetividade das políticas da primeira década do século XXI no estado do Acre
81	Perspectivas do material didático eletrônico: o software educativo de matemática
82	A identidade das licenciaturas na área de música: múltiplos olhares sobre a formação do professor
83	Saber é Poder?: a psicologia do trabalho e os modos operatórios de educadores de educação profissional em cursos livres
84	A avaliação escolar: um processo de reflexão da prática docente e da formação do professor no trabalho
85	A dupla função da pausa na atividade de atendimento face a face: instrumento para resolução de conflitos e renovação do gênero
86	Desenvolvimento de competências profissionais: as incoerências de um discurso
87	A reestruturação produtiva e a crise da escola
88	Trabalho, política e experiência na década de 1970 na memória de educadoras mineiras
89	Cartografia da atividade de trabalho docente: invenção / formação em meio às nervuras do real
90	Organização do trabalho e democracia escolar: uma escola pública como estudo de caso
91	Formação continuada na escola pública e suas relações com a organização do trabalho docente
92	Construção de um perfil conceitual de vida
93	Momentos críticos e de críticas nas narrativas de professores de matemática
94	Gestão e certificação de competências no Brasil: uma análise comparativa de experiências
95	As exigências de performatividade e seus impactos na identidade dos diretores escolares: município de Contagem-MG
96	Políticas de inovação educacional: subjetivação e modo de ser docente na escola plural
97	Evasão e evadidos nos cursos de graduação da UFMG
98	Experiências sociais no processo de formação docente em Educação Física

99	Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará Minas Gerais (1830-1904)
100	Oposição, diversão e violência na escola: os significados produzidos para práticas culturais de transgressão
101	A transferência no processo pedagógico: quando fenômenos subjetivos interferem na relação de ensino-aprendizagem
102	A educação profissional no planejamento plurianual do Governo FHC
103	Educação pública: democratizar com que competência?
104	Educação e autonomia: uma construção no cotidiano dos trabalhadores
105	A questão da informática na educação: refletindo a prática do EDUCOM, MG
106	Trabalho docente e educação em tempo integral: um estudo sobre o programa escola integrada e o projeto educação em tempo integral
107	As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA
108	O Psicólogo e o seu fazer na educação: contando uma outra história
109	Os tempos e espaços do gestor escolar em formação na educação a distância
110	Concepções de nação e estado nacional dos docentes de Geografia: Belo Horizonte no final do segundo milênio
111	A mulher- professora em desvio de função por transtorno mental
112	Saber acadêmico e saber escolar: história do Brasil, da historiografia à sala de aula na primeira metade do século XX
113	Promovendo a construção do conhecimento pedagógico de conteúdo em um curso de licenciatura de Ciências Biológicas: uma caracterização da prática do professor-formador em uma disciplina de laboratório de ensino
114	Aprendizagem, investigação matemática e tecnologias
115	Política de inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior e as universidades federais mineiras
116	Saberes e práticas em redes de trocas: a temática africana e afro-brasileira em questão
117	Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na Corte Imperial
118	Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA
119	O trabalho no marketing de rede: novas ideologias do trabalho ou as antigas artimanhas do capital
120	Assédio moral: novos rumos da violência psicológica no trabalho
121	A crise atual do trabalho e seus reflexos na comunidade israelita de Belo Horizonte: o projeto AVIV
122	Autoridade docente e vínculo educativo contemporâneo
123	Origens, sentidos e usos da noção de empregabilidade
124	Tessituras docentes de avaliação formativa

APÊNDICE E – PESQUISADORES DO GRUPO DE ESTUDOS GESTRADO

Dalila Andrade Oliveira (coordenadora)	Adriana Maria Cancelli Duarte (vice-coordenação)
Álvaro Moreira Hypólito	Ada Ávila Assunção
Danielle Cireno Fernandes	Eliza Bartolozzi Ferreira
Gilvan Luiz Machado	Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves
Lívia Maria Fraga Vieira	Maria Helena Oliveira Gonçalves Augusto
Savana Diniz Gomes Melo	Silvia Yannoulas
Alexandre William Barbosa Duarte	Ana Maria Alves Saraiva
Ana Maria Clementino	Betânia Duarte Guimarães
Camila Benevenuto	Carlos Alexandre Soares da Silva
Carlos Henrique Lopes Pinheiro	Cibelle de Souza Braga
Claudia Silva Ferreira	Cláudio Nunes
Danilo Marques	Diego Tadeu Castro da Mata
Edmilson Antonio Pereira Junior	Edna Martins Borges
Eliane Gomes da Silva	Erivane Rocha Ribeiro
Francely Priscila Costa e Silva	Francilene Macedo Rocha
Geovanna Passos Duarte	Heloisa Silva de Oliveira Gomes
Jacqueline Moreno Theodoro Silva	José Silvestre Coelho
Juliana Brito de Souza	Juliana de Fátima Souza
Lídia Campos Gomes Boy	Liliane Cecília de Miranda Barbosa
Lorena de Jesus Castro	Lúcia de Fátima Melo
Luciana Cristina N. Rodrigues Honório	Luciléia de Oliveira Miranda
Luiz Fernando da Silva	Marcos Welington de Lima
Maria Luiza Lara	Mércia de Figueiredo Pinto Noronha
Michel Boaventura	Neide Elisa Portes dos Santos
Pauliane Romano Cirilo	Rodrigo da Cruz Quadros
Samylla Nayara dos Santos Pinto	Sandro Coelho Costa
Sueli Machado P. de Oliveira	Tiago Antônio da Silva Jorge
Tiago Grama de Oliveira	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Pesquisadores no GESTRADO-UFMG (2014).

**APÊNDICE F – CURSOS DE GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, DOUTORADO E
MESTRADO OFERECIDOS PELA UFMG**

GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	DOUTORADO/MESTRADO
Agromonia - Montes Claros	Análises Clínicas e Toxicológicas	Administração
Aquacultura	Assistência de Enfermagem de Média e Alta Complexidade	Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Medicina Veterinária	Auditoria Externa e Interna	Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais
Zootecnia - Montes Claros	Cardiologia Pediátrica	Análises Clínicas e Toxicológicas
Ciências Biológicas	Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial	Antropologia
Engenharia Aeroespacial	Comunicação: Processos Comunicativos e Dispositivos Midiáticos	Arquitetura e Urbanismo
Engenharia Agrícola e Ambiental	Construção Civil	Artes
Engenharia Ambiental	Contabilidade em IFRS e Controladoria	Artes (Mestrado Profissional)
Engenharia Civil	Culturas Políticas, História e Historiografia	Bioinformática
Engenharia de Alimentos - Montes Claros	Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais (EAD)	Biologia Celular
Engenharia de Controle e Automação	Dentística	Biologia Vegetal
Engenharia de Minas	Docência na Educação Infantil	Bioquímica e Imunologia
Engenharia de Produção	Educação do Campo	Ciência Animal
Engenharia Elétrica	Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em áreas Urbanas	Ciência da Computação
Engenharia Florestal	Endocrinologia Pediátrica	Ciência da Informação
Engenharia Mecânica	Endodontia	Ciência de Alimentos
Engenharia Metalúrgica	Enfermagem Obstétrica	Ciência Política
Engenharia Química	Engenharia de Recursos Minerais	Ciências Aplicadas à Cirurgia e a Oftalmologia
Engenharia de Sistemas	Engenharia de Sistemas Elétricos de Potência	Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto
Ciência da Computação	Ensino de Artes Visuais (EAD)	Ciências Biológicas: Fisiologia e Farmacologia
Ciências Atuariais	Ensino de Ciências por Investigação (EAD)	Ciências Contábeis
Estatística	Ensino de Línguas Mediado por Computador (EAD)	Ciências da Reabilitação
Física	Ensino em Inglês: Abordagens Contemporâneas	Ciências da Saúde: Infectologia e Medicina Tropical

Geologia	Ergonomia	Ciências da Saúde: Saúde da Criança e do Adolescente
Matemática	Estatística	Ciências do Esporte
Matemática Computacional	Estomatologia	Ciências e Técnicas Nucleares
Química	Estratégia Saúde da Família (EAD)	Ciências Farmacêuticas
Química Tecnológica	Estruturas	Ciências Fonoaudiológicas
Sistemas de Informação	Estudos de Criminalidade e Segurança Pública	Comunicação Social
Antropologia	Farmacologia	Construção Civil
Ciências Sociais	Fisioterapia	Demografia
Ciências Socioambientais	Fonoaudiologia	Direito
Filosofia	Formação de Educadores para a Educação Básica	Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre
História	Formação Pedagógica para Profissionais da Saúde (EAD)	Economia
Licenciatura em Educação do Campo	Gastroenterologia Pediátrica	Educação e Docência (Mestrado Profissional)
Licenciatura Intercultural Indígena	Gênero e Diversidade na Escola	Educação: Conhecimento e Inclusão Social
Educação Básica Indígena: Formação Intercultural de Professor - FIEI	Geoprocessamento	Enfermagem
Pedagogia	Gerenciamento de Recursos Hídricos	Engenharia de Estruturas
Psicologia	Gestão de Informação e Pessoas	Engenharia de Produção
Artes Visuais	Gestão de Instituições Federais de Educação Superior (EAD)	Engenharia Elétrica
Cinema de Animação e Artes Digitais	Gestão e Arquitetura da Informação	Engenharia Mecânica
Dança	Gestão Escolar (EAD)	Engenharia Metalúrgica e de Minas
Design de Moda	Gestão Estratégica	Engenharia Química
Letras	Gestão Estratégica da Informação	Estatística
Música	Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (EAD)	Estudos do Lazer
Teatro (Artes Cênicas)	Implantodontia	Estudos Linguísticos
Biomedicina	Informática	Estudos Literários
Educação Física	Lazer	Filosofia
Enfermagem	Língua Portuguesa	Física
Farmácia	Logística Estratégica e Sistemas de Transportes	Genética
Fisioterapia	Marketing Político	Geografia
Fonoaudiologia	Matemática	Geologia
Gestão de Serviços de Saúde	Matemática para Professores	Geotecnia e Transportes

Medicina	Microbiologia	História
Nutrição	Neurociências e suas Interfaces	Inovação Biofarmacêutica (Mestrado Profissional)
Odontologia	Ortodontia	Matemática
Curso Superior de Tecnologia em Radiologia	Periodontia	Medicamentos e Assistência Farmacêutica
Terapia Ocupacional	Pneumologia Pediátrica	Medicina Molecular
Administração	Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola	Microbiologia
Administração - Montes Claros	Políticas Públicas	Microbiologia Aplicada (Mestrado Profissional)
Arquitetura e Urbanismo	Prevenção e Controle de Infecções	Música
Arquivologia	Prótese Dentária	Neurociências
Biblioteconomia	Psicologia do Trabalho	Nutrição e Saúde
Ciências Contábeis	Psicoterapias Cognitivas	Odontologia
Ciências do Estado	Questão Agrária, Agroecologia e Agroindustrialização	Odontologia em Saúde Pública (Mestrado Profissional)
Ciências Econômicas	Radiologia Odontológica e Imaginologia	Parasitologia
Comunicação Social	Recursos Hídricos e Ambientais	Patologia
Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis	Revitalização Urbana e Arquitetônica	Produção Animal
Controladoria e Finanças	Saneamento e Meio Ambiente	Produção Vegetal
Design	Saúde Coletiva	Promoção da Saúde e Prevenção da Violência (Mestrado Profissional)
Direito	Saúde do Adolescente	Psicologia
Geografia	Sistemas Tecnológicos e Sustentabilidade Aplicados ao Ambiente Construído	Química
Gestão Pública	Soldagem	Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Museologia	Teoria Psicanalítica	Saúde da Mulher
Relações Econômicas Internacionais	Treinamento Esportivo	Saúde Pública
Turismo		Sociologia
		Zoologia
		Zootecnia

Fonte: Elaborado pela autora com base em UFMG, Cursos de Graduação, Especialização e Doutorado - Mestrado (2014).

APÊNDICE G – REFERENCIAL TEÓRICO DAS PRODUÇÕES ANALISADAS

Título e Autoria da Produção	Referenciais Teóricos
<p>O exercício da docência e a preservação da saúde mental do professor: um estudo a partir de suas condições de trabalho e existência.</p> <p>MOTA (2011)</p>	<p>Carlotto (2002); Canguilhem (1990); Clot (2006, 2007, 2010, 2011); Codo (2002); Chasin (1995); Diniz (1997); Farber (1991,1992); Friedman (1992); Gasparini (2005); Gomes (2006); INEP; Lima (2002, 2004, 2006, 2010); Lima & Lima (2002,2010); Louis Le Guillant (2006); Lhuilier (2007); Moreno (2002); Paschoalino (2007,2009); Séve (1969); SINPRO-MG (2009); Tardif e Lessard (2008); Vasques-Menezes & Gazzotti (2002); Vieira (2010) e Vygotski (2005).</p>
<p>A espetacularização do trabalho docente universitário: dilemas para produzir e viver e viver para produzir.</p> <p>FIDALGO (2010)</p>	<p>Alves (2004); Altbach (2009); Antunes (1995); Belloni (1999,2003); Bauman (2006); Bianchetti (2009); Bosi (2007); Caldas (2009); Campos (2005); Cattani (2008); Casanova (2001); Castells (2003); Codo (1999); Correia (2001,2008); Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa; Dal Rooso (2008); Debord (1997); Dejours (1992); Delgado (2006); Duarte (2000); Dubar (1997); Elias (1989); Fávero (2004); Fidalgo (1996, 2000, 2003); Giroux (2009); Haddad (1998); Harvey (1995); Hirigoyen (2002); Kuenzer (2009); Lévy (1999); Lessard (2005); Luz (2005); Machado (2009); Mancebo (2004); Manacorda (1991); Martins (2004); Matos (2001,2008); Marx (1985); Oliveira (2003); Paraskeva (2009); Quartiero (2005); Ricci (2008); Rossler (2004); Santos (2004,2005); Sguissardi (2008); Silva Júnior (2008); Tardif (2005); Tedesco (2004); Tommasi (1998); Warde (1998); Zaragoza (1999) e Zuin (2009).</p>
<p>Qualificação para o trabalho no capitalismo contemporâneo: as tecnologias da informação e comunicação na formação docente inicial na UFMG.</p> <p>OLIVEIRA, C., (2013)</p>	<p>Almeida; Wolff; Dantas (2005,2008); Aguiar (2010); Andrade (2007); André (2000); André; Simões; Carvalho (1999); Amaral (2008); Antunes (2006); Assmann (2000); Barreto (2005); Barreto et al (2006); Barros (2008); Bernardo (1977, 1979, 1998, 2009); Bingimlas apud Garcia et al (2011); Bosi (2007); Botomore (2001); Brasil (2002, 2010); Garcia apud Marçal (2012); Gatti (2010); Germano (1994); Harvey (2008); Imbernón, apud Marçal (2012); Kangussu (2001); Kenski (1997, 2008); Klein (2002); Le Goff (2004); Lobato (2007); Lopes (2013); Machado (2011); Marcos Dantas (2002); Magalhães (2009); Marcuse (1972, 1997); Marçal (2012); Marx (1975, 1983, 1984); Masetto (2003); Mattellart (2006); Mauri; Medina apud Garcia et al (2011); Neves (2012); Onrubia apud Garcia et al (2011); Perrenoud (1999); Pereira e Marques (2002); Pinheiro apud Neves (2012); Pinto (2005); Ponte (1998); Postman (2002); Rousseau, apud Marx (1991); Romero apud Garcia et al (2011); Santos (1992, 2009); Sposito e Gomes (2004); Sposito (2009); Tavares (1996, 2004, 2009, 2010); Tavares; Oliveira (2013); Tragtenberg (1981); Veiga (2000, 2005).</p>
<p>Educação a Distância e Trabalho Docente Virtual: Sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na</p>	<p>Abreu Neto (2005); Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998); Amaral (2003); Anne de Beer (2006); Anuário (2005); Apple (1989); Aranha (2000, 2001) Arêas (2003); Baudoux e Zaidman (1992); Becker (1997); Belloni (2001,2003); Berteaux-Wiame (1999); Bertoldo (2004); Bourdieu (1990); Brandão (2001); Breton (1993); Campos (2000); Cano</p>

<p>Idade Mídia.</p> <p>MILL (2006)</p>	<p>el al (2004); Castells (1999, 2003); Cattani (1997, 2000); Cavalcanti (2005); Cazeloto (2003) Corrêa (1997); Coriat (1979, 1993); Cockburn (1983); Dermazière e Dubar (2006); Doctors (2003); Duarte (2000); Dussel e Caruso (2003); Dussuet (2005); Elias (1998); Favacho e Mill (2006); Fortino (2000, 2002); Frago e Escolano (2001); Frederic Jameson (1984); Gama (1983); Gardey (2004); Gillespie e Richardson (2000); Goellner (2004); Gomes (2004); Gorz (1973); Guattari (1993); Guilbert (1966); Grossin (1996); Haicault (1990); Hareven (1982); Harvey (2001); Hassard (1996); Heloani (1994); Hirata (2002); Hirata e Zarifian (2000); Hypólito (1997); Houaiss (2001); Jenson (1989); Juárez e Maes (2002); Lallement (1990); Laranjeira (1997); Lemesle e Marot (1996); Lévy (1993, 1999); Liedke (2001); Litwin (2001); Lobo (2003); Maggio (2001); Mansur (2001); Mattelart (2002); Marie Duru-Bellat (1997); Marcellino (1990); Marx (1967, 1968, 1980); Mill (2002); Mill e Campos (2005); Mill e Fidalgo (2004); Mill e Jorge (2007); Negroponte (1995); Oliveira e Diaz (1998); Padilha (2004); Parente (1993); Puig e Trilla (2004); Rossel et al (1998); Rosanvallon e Troussier (1987); Sabine Fortino (2000, 2002); Santaella (2004); Santos (1997, 1999); Schneider e Rosensohn (1997); Selvaggi (2001); SINPRO-SP (2006); Souza JR (2001); Thompson (1995, 1998); Vieira-Pinto (2005); Volman (1997); Keegan (1983); Kerckhove (1997); Kergoat (1982, 1991, 2005); Kumar (1997); Kurz (2003); Wertheim (2001); Whitrow (1993); Whitehead (1919); Zarifian (2001).</p>
<p>Avaliação da Educação Superior: experiências e vozes docentes em uma análise de políticas e práticas.</p> <p>INEZ (2007)</p>	<p>Accardo (1991); Afonso (2001); Amaral (2000); Amorim (1992,2004); Andes (2003); André & Ludke (1986); Ardoino (1996); Balarine e Leite (1999); Barbier (1985,1996); Barreto (2002); Belloni (1998, 1999, 2001); Berger e Luckmann (1985); Bourdieu (1983, 1996, 2001); Bogdan e Biklen (1994); Brasil (1988, 1995, 1996, 1997, 2002, 2003, 2004, 2005); Brasil/SINAES (2003,2004); Brasil/INEP (2002); Brasil/MEC (1985, 2000, 2003, 2004); Buarque (1993); Catani e Oliveira (2000); Catani <i>et all</i> (2004); Casper (1997); Castanho e Sordi (2005); Certeau <i>et all</i> (1996); CONAES, MEC (2005); Cunha (1997, 2002, 2004); Cury (1998, 2004); Chauí (1999, 2001, 2003); Dalben (2002); Davyt e Velho (2000); Demo (1987, 1996, 2002, 2004); Dewey (1976); Dias Sobrinho (1996, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005); Dupas (2003); Durkheim (1984); Fávero (1977, 1988, 1999, 2004); Ferrete e Silva Junior (2004); Figari (1996); Frago <i>apud</i> Faria Filho <i>et all</i> (2004); Frago <i>apud</i> Silva J e Ferrete (2004); Franco e Morosini (2006); Freitas (2004); Foucault <i>apud</i> Rodrigues (2005); Forquin (1993); Gadotti (1992); Gauthier e Tardiff (2001); Geertz (1989); Gimeno Sacristán (1995, 2002); Gomes (2004); Guimarães (2006); Hadadd (2006); Hadji (1994); Heller (1989, 1991, 1992); Inez (2004); INEP/DAES (2002); Larossa (2002); Leite (2002); Lessard e Tardif (2005); Libâneo (1988); Lima (1995); Lopes (2004); Mancebo (2005); Martins (1998); MEC/SESU (1994); MEC (1993, 1996); MEC/CONAES (2003); Moreira (2002); Morosini (2000, 2004); Nóvoa (1992); Oliveira (2000, 2003); Oliveira & Souza (2003); Palharini (2001); Peixoto (2004); Pestana (1999); Peres Gómez (2001); Ristof (2005); Rodrigues (1998);</p>

	Santos (1997, 2000, 2004); Saviani (1989); Spagnolo (2000); Severino (2003); Schwartzman (1988, 1997, 1999, 2002); Silva (1995); (Sguissard (2000, 2002, 2003); Sousa <i>et al</i> (1977); Sousa (1997, 2002); Soares (1981); Tubino (1997); Trindade (2004); Trivinos (1987); Tyler (1930); UNESCO (1999); Veiga (2001); Wachowicz (1999); Zainko (2003); Zeichner (1993).
<p>Subjetividade e Trabalho Docente em Cursos de Educação a Distância.</p> <p>CAMPOS (2002)</p>	<p>Apple e Teitelbaun (1991); Barreto (2001); Bartoli (1998); Beillerot, Blanchard-Laville et Mosconi (1996); Borzeix (2000); Brasil (2001a, 2001b); Bruschini e Lombardi (1999); Cabrera e Jaén (1991); Campos & Machado (2000); Castro (1994); Chabaud-Rychter (1998); Chabaud-Rychter & Gadrey (2000); Cysneiros (2001); Clot (1992, 1995, 1996, 1998, 1999, 2000); Charlot (1999, 2001); Cocoualt et Oeuvrard (2001); Cunha (2000); Daucé (1998); Daune-Richard (1998); Daune-Richard & Marry (1990); Delors (1998, 1999); Dubar (1996, 1998); Enguita (1991, 1994); Fave-Bonnet (1996) Fortino (1999); Fougeyrollas-Schwebel (2000); Freeman & Mendras (1995); Gadrey (2000); Gil (1998); Gollac e Volkff (1996); Hirata (1996, 1998, 2000); Jézégou (1998); Kergoat (1992, 1998); Kergoat, Picot e Lada (2000); Kenski (2001); Krais (1996); Lamoureux (2000); Leontiév (1975, 1983, 1984, 1986); Leroi-Gourhan (1983); Luckesi (1994) ; Machado (1998); Marry (1996); Maruani (1998); Marx (1963, 1968); Marcovitch (1998); Menezes (2001); Molinier (2000); Morin (1993); Nicole-Drancourt (1996); Perrenoud (1993); Piaget (1968); Pretto (2001); Pucci, Oliveira e Sguissardi (1991); Rapkiewicz (1998); Roca (1998); Senotier (1996); Segnini (2000); Séve (1989); Soares (2000); Tardif, Lessard e Lahaye (1991); Teixeira (1998); Therrien (1997); Unesco (1998); Vygostsky (1991); Zarifian (2000, 2001); Wallon (1930).</p>
<p>Condições de Trabalho Docente no Ensino Superior na Rede Privada na Modalidade Educação a Distância.</p> <p>NEVES (2011)</p>	<p>Abbagnano (2007); Alava (2002); Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998); Anastasiou e Alves (2003,2004); Antunes (2006, 2007, 2009); Araujo (2000); Barros (2008,2009); Barroso (2005); Becker (1997); Belloni (2003,2006); Bernardo (1996); Brasil, MEC, FNDE (2009b); Brasil (1996); Bombassaro (1992); Boudon, R; Bourricaus, F (1993); Brzezinski (2002,2011); Cattani e Holzmann (2006); Campos (2000); Campos e Machado (2000); Charlot (2003); Castro (2008); Censo EAD.BR (2009); Censo da Educação Superior (2010); Clot (2006); Coelho e Amaral (2007); Correa (2007); Correa; Saraiva (2000); Dias e Machado (2000); Dejours (1987); Diebolt (2001); Dilvo Ristoff (2007); Duarte (2009); Dutra (2000); Flores (2000); Franco (2002); Fromm (1944); Gambino (2000); Garcia (1999); Harnecker (1978); Harvey (1998); Houaiss (2001); Lampert (1997); Lakatos e Marconi (1986); Le Guillant (2006); Lévy (1993, 1999); Lessard (2002); Litwin (2001); Luckács (1968); Machado (2000); Maggio (2001); Marx (1946, 1967, 1971, 1980); Maués (2009); Maroy (2005); MEC/SED (2007); Menezes (2000); Menezes Neto (1999); Meszaros (2006); Ministério do Trabalho (2010); Mill (2011); Moore e Kearsley (2007, 2010); Oliveira e Freitas (2008); Ortiz (1994, 2006); Osório (2003); Panero e Zelnick (1991); Paschoalino (2009); Peters (1973, 2003, 2004); Pimenta (1999, 2000);</p>

	Renault (1967); Roebuck (1975); Sá (1998); Sadala e Machado (2000); Salles (2011); Sandroni (1989, 2006); Santos (2000); Santos, M. (2000); Sandroni (2006); Sancho (1998); Sampaio (1998, 1999); Saviani (1984, 1996); SINEP/MG; SIMPRO/MG; Tardif (2002); Tardif e Lessard (2005, 2008); Tardif, Lessard e Lahaye (1991); Tardif e Gauthier (1996); Tom, A (1984); Verissimo (2000); Vianney e Torres (2010); Zauli (2000); Wong e Carvalho (2006).
<p>A Tecnologia informacional e o trabalho do professor de direito: o SAJ da PUC Minas de Contagem.</p> <p>PINTO (2010)</p>	Antunes (2002, 2003, 2008); Askenazy (2004); Aubert (2003); Bauman (1999); Barros (1980); Berg (2006); Bhabha (2003); Castells (2006); Faria (1988); Fernández Enguita (1991); Fidalgo (1993,1996); Filgueiras (2004); Fontes (2005); Giddens (2002); Gramsci (1978); Habermas (1984, 1989, 1990, 1997, 1999, 2000a, 2000b, 2001a, 2001b); Harvey (2005, 2006, 2007); Hegel (1993); Iamamoto (2001); Jameson (2005); Lallement (2007); Lazzarato (2001); Lessa (2005); Lojkine (2002); Lukács (1979a, 2007)); Magalhães (2004); Marx (1964, 1972, 1985, 2002, 2003, 2005, 2007, 2008, 2009); Mészáros (2006); Negri e Lazzarato (2001); OAB; Pachukanis (1988); Perine (1984); Plekhânov (1977); Popkewitz (1997); Salgado (1996); Sampaio (2006); Santos (2002,2008); Souza Júnior (1984); Supiot (2002); Tardif (2002); Touraine (2002) Vaz (1980, 1997, 2000, 2002); Vieira (1997); Yasbek (1993).

APÊNDICE H – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA TESE – FIDALGO (2010)

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO
<p>Título: A espetacularização do trabalho docente universitário: dilemas para produzir e viver e viver para produzir</p> <p>Autor: Nara Luciene Rocha Fidalgo</p> <p>Ano de Publicação: 2010</p> <p>Tipo: Tese</p>
<p>Identificação realizada pela leitura da tese na íntegra.</p> <p>OBS: Esta ficha de identificação foi construída com recortes da fala do autor (a) da tese.</p>
Abordagem de Pesquisa
Tipo de Pesquisa, Métodos, Etapas e Procedimentos Utilizados
<p>Levantamento bibliográfico, trabalho de pesquisa, leitura e análise de entrevistas.</p> <p>Amostra de 50 professores (do banco de dados da pesquisa "Mercantilização da Esfera Pública e Universidade - Nova Identidade Universitária e Trabalho Docente das IFES da Região Sudeste"2008) com inserção na pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, sendo considerados 26 entrevistados para a Tese.</p> <p>Os 26 entrevistados abrangem a pós-graduação das áreas de conhecimentos Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Engenharias e Ciências Biológicas.</p> <p>Utilização de obras artísticas no campo da Música e da Literatura Poética para ilustrar de maneira mais suave o que em alguns momentos será duro de ser exposto.</p> <p>Para a pesquisa, foi utilizada a amostra de 50 professores (do banco de dados da pesquisa "Mercantilização da Esfera Pública e Universidade - Nova Identidade Universitária e Trabalho Docente das IFES da Região Sudeste"2008) com inserção na pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, sendo considerados 26 entrevistados para a Tese. Os 26 entrevistados abrangem a pós-graduação das áreas de conhecimentos Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Engenharias e Ciências Biológicas.</p> <p>> A Tese propõe a investigar como a lógica produtivista aliada à disseminação de políticas que têm estimulado o desenvolvimento de um determinado perfil de professor da pós-graduação pública federal por parte de agências como a CAPES e o CNPQ tem reforçado, ou não, o processo de individualização das relações sociais e laborais, requerendo mudanças sobre a objetividade dos processos de trabalho e de formação e, por conseguinte, na subjetividade dos profissionais da educação. Compreender as bases de sustentação do produtivismo e identificar seus pontos de convergências e divergências. Compreender como os professores da rede pública federal, especialmente da pós-graduação, têm construído sua profissionalidade e identidade frente à instauração externa e interna da lógica do produtivismo no trabalho docente. Como os professores da pós-graduação estão enfrentando a intensificação do trabalho, o aumento do ritmo, da carga horária, do número e da complexidade das tarefas.</p> <p>> O problema: Como os padrões de produtividade, no campo do trabalho docente, estabelecidos a partir de então, parecem evoluir ininterruptamente - cabe aqui perguntar: qual padrão se pretende atingir? De que valerá sua força de trabalho? Quem é o ser que constitui</p>

este sujeito (trabalhador docente)? Qual o lugar da família nesse processo?
Referenciais Teóricos
O desenvolvimento da pesquisa é evidenciado através dos relatos dos entrevistados e diálogo com alguns autores: Alves (2004); Altbach (2009); Antunes (1995); Belloni (1999, 2003); Bauman (2006); Bianchetti (2009); Bosi (2007); Caldas (2009); Campos (2005); Cattani (2008); Casanova (2001); Castells (2003); Codo (1999); Correia (2001, 2008); Dicionário Michaellis da Língua Portuguesa; Dal Rooso (2008); Debord (1997); Dejours (1992); Delgado (2006); Duarte (2000); Dubar (1997); Elias (1989); Fávero (2004); Fidalgo (1996, 2000, 2003); Giroux (2009); Haddad (1998); Harvey (1995); Hirigoyen (2002); Kuenzer (2009); Lévy (1999); Lessard (2005); Luz (2005); Machado (2009); Mancebo (2004); Manacorda (1991); Martins (2004); Matos (2001, 2008); Marx (1985); Oliveira (2003); Paraskeva (2009); Quartiero (2005); Ricci (2008); Rossler (2004); Santos (2004, 2005); Sguissardi (2008); Silva Júnior (2008); Tardif (2005); Tedesco (2004); Tommasi (1998); Warde (1998); Zaragoza (1999) e Zuin (2009).
Resultados
Professores entrevistados referem que qualidade X quantidade tem sido uma disputa diária nas exigências sobre sua atividade, mas que devido às pressões crescentes e cada vez mais intransigentes, tem havido uma valorização do produto do trabalho mais em relação ao 'quanto' se produz do que à qualidade que é produzido. O produtivismo acadêmico acirra o processo de individualização e sufoca a construção de espaços coletivos. A pesquisa demonstra como o professor universitário da pós-graduação tem sofrido em silêncio, com a lógica de competências, com as exigências de produção, medidas pelo número de publicações, exigidas e fiscalizadas pelos relatórios internos de produtividade das IFES, pelas agências de fomento e representantes como a CAPES e o CNPq. Muitos pontos negativos são abordados, mas em algumas entrevistas é evidenciado pontos positivos e gratificantes da inserção na pós-graduação.
Palavras-chave
Produtivismo; Trabalho Docente; Sociedade do Espetáculo; Saúde; Trabalho e Educação.
Observação
A tese apresenta 5 capítulos. Apresentação: A autora da tese é professora de um curso de especialização e coordenadora de outro, ambos na área de Educação de uma grande universidade privada e esposa de um professor efetivo do programa de pós-graduação em Educação da UFMG, em regime de dedicação exclusiva.

Categorias de Análise do Conteúdo

Quadro1- Entrevistados por área de conhecimento e cursos

ÁREA	CURSOS	NÚMERO DE ENTREVISTADOS
Ciências Humanas	Educação, Psicologia, História, Filosofia e Ciência Política.	10
Ciências Exatas e da Terra	Geociências e Física	3
Ciências Sociais Aplicadas	Direito e Economia	2
Ciências da Saúde	Medicina, Biomedicina, Farmácia e Enfermagem.	5
Engenharias	Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.	3
Ciências Biológicas	Ciências Fisiológicas, Biofísica, Bioquímica e Farmacologia.	3

Fonte: Elaborado pela autora com base em Fidalgo (2010, p.19).

1 Professor Universitário: identidade e trabalho

Importante agente no processo de produção e difusão do conhecimento vai sendo confrontado com muitas novidades, benefícios, mas também exigências sobre o cotidiano das suas atividades de trabalho e sobre todo seu entorno social, inclusive, sobre o espaço privado do lar.

As reformas educacionais no Brasil apontaram para a incorporação e legitimação da cultura do **desempenho** na organização teórico-prática do trabalho docente, fazendo com que professores fossem levados a privilegiarem somente transmissão/ensino de conteúdos, visto que seu desempenho passa a ser medido **em função dos resultados** que os alunos alcançam em provas e outras avaliações, diminuindo a preocupação com a formação humana integral de seus alunos. Na cultura do desempenho, o professor, sua instituição de ensino e o seu trabalho ficam expostos negativamente.

São impulsionados a atenderem aos padrões de produtividade vigentes sem que as condições objetivas estejam colocadas, levando-os a colocarem seu bem-estar, sua saúde em jogo para conseguirem atender aos reclamos da gestão do trabalho.

Demanda por capacidades tais como responsabilidade, autonomia, criatividade, perspicácia, dinamismo e outras facetas que não são mensuráveis, portanto não podem ser padronizadas. Estabelece-se um conflito constante entre produzir com qualidade ou simplesmente produzir números para os relatórios das avaliações produtivistas.

Os professores, assim como qualquer outra categoria, são confrontados cotidianamente com “um sentimento pessoal de perda de controle, de aceleração das nossas vidas, de uma corrida interminável rumo a metas desconhecidas – ou cujo significado evapora quando são examinadas de perto” (CASTELLS, 2003, p.226).

O professor considerado competente não está restrito somente ao que supostamente poderia ser comprovado por certificados ou convenções, nem exclui aspectos internos ou de natureza comportamental, mas significa ser e ter a capacidade de vincular estas duas dimensões, entre outras, como experiência profissional e produção de saberes, de forma que elas funcionem de forma “positiva” nas situações de trabalho.

Cabe ao professor refletir sobre o papel do seu trabalho que é **imaterial, intelectual e de grande propriedade subjetiva**, ou ainda, **interativa** e confrontar o caráter do seu trabalho ao ideário (re) produtivista ao que sido submetido.

Principais atores desse universo, os produtores de conhecimento científico-intelectual.

O professor da academia para que consigam serem vistos e permaneçam minimamente reconhecidos como parte ainda produtiva (ou forçosamente produtivista), acaba por se ver enlaçado em uma lógica, um certo ‘apego’ produtivista que, grande parte das vezes, parece confundir-se com a positividade inerente à capacidade produtiva inata ao ser humano – sua capacidade de trabalho, de transformação. Sua **subjetividade** passa a ser condicionada de tal forma que nem mesmo a sua instrução ou formação intelectual poderão fazer com que o professor-trabalhador compreenda de que maneira vai se atrelando mais e mais a uma lógica que agride, que o subjuga, e que o adoce fisicamente, intelectualmente e emocionalmente. É neste plano específico da subjetividade que o trabalhador docente, tanto como classe que visa subsistência num modo de vida capitalista, como classe que também luta por reconhecimento e legitimação da sua identidade profissional e identidade social, necessita urgentemente ser tomado para investigação como sujeito *concreto*, não um simples objeto das análises que pretendam investigar a docência.

Os professores têm sido levados, a assumirem papéis que vão cada vez mais, além da sua formação, na maioria das vezes, sem problematizar os condicionantes e os interesses que os impõem. Muitas vezes são obrigados a desempenhar as funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, desdobramentos que ocorrem mais na Educação Básica, mas que na Educação Superior, aparecem sob a forma de atividades mais administrativas e burocráticas. Tais exigências podem contribuir para um sentimento de **desprofissionalização**, de **perda da identidade profissional**, da **constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante**.

A sua **competência** vem sendo **subjugada** e a sua **formação menosprezada** em detrimento a outras áreas do conhecimento, priorizando-se a interlocução com outras áreas de formação que não a sua de origem.

Tem tido pressões crescentes e cada vez mais intransigentes.

Produtividade, competição, produtivismo, *burnout*, doenças do trabalho, assédio moral, sobrecarga, intensificação, angústia, barateamento, mediocrização, classificação, ranqueamento, punição, *lattes*, pressão, publicação, Qualis, cansaço, desconforto, doença, stress, redução de tempo, Tempo Médio de Titulação (TMT) etc. são palavras ou expressões que frequentam cada vez mais o universo vocabular de professores, orientadores, coordenadores de programas e pós-graduandos (BIANCHETTI E MACHADO, 2009, p.31).

Tendo em vista o processo de mercantilização ao qual o setor educacional público brasileiro tem sido exposto, os professores têm sido acometidos pelas mesmas mazelas deflagradas pela lógica de mercado, e ainda, por outras mais específicas, que atingem o setor público de forma mais peculiar, especialmente no âmbito da saúde.

2 Sociedade em Rede

Desafios que precisam ser enfrentados: tentativa de garantia da liberdade de expressão e de comunicação; a busca pela superação do processo de exclusão digital e a criação de condições para o estabelecimento da capacidade de processamento da informação e construção do conhecimento por parte de todos os indivíduos, e não apenas de uma população restrita.

Podem possibilitar um extraordinário avanço nos processos pedagógicos, através da criação de novos e mais ativos ambientes de trabalho, de remanejamentos espaço-temporais, mas também trazem novas exigências e novos problemas, que devem ser analisados, como a: **intensificação do trabalho; a demanda por aumento de produtividade; a invasão do trabalho no espaço doméstico; o maior controle externo de resultados.**

3 Trabalho docente: transformações e ontologia

Estabelecimento de uma cultura do desempenho que redefine uma série de aspectos concernentes às atividades cotidianas que fazem parte do trabalho dos professores.

No foco do desempenho, o trabalho docente vai sendo condicionado a se desenvolver acriticamente, passando a ser formatado por uma lógica que acaba impossibilitando ou inviabilizando as manifestações mais críticas, autônomas, flexíveis, criativas e diferenciadas de desenvolvimento do trabalho pedagógico. Os alunos acabam por receber uma formação que prepara ou treina apenas para alcançar bons resultados nas provas.

Vem sendo fortemente impactado pelo desenvolvimento da chamada lógica de competências. Nessa lógica de competências o indivíduo, o trabalhador é o centro e as suas competências é que definirão a sua remuneração salarial e o seu lugar. Ocorre um aumento da competitividade no trabalho, já que o desempenho das pessoas passa a ser estratégico para negociação do seu espaço no trabalho (produção individualizada). Essa lógica tem predominado nos discursos e nos processos de avaliação, validação, certificação do trabalho docente universitário demonstrando uma ótica economicista e produtivista, acirrando uma disputa ideológica entre capital e trabalho.

Exigências de novos índices de produtividade; constante busca por (re)qualificação e as avaliações de desempenho.

A lógica de **competência laboral** prioriza uma formação unilateral e não omnilateral, já que a dimensão coletiva do trabalho parece apresentar-se acentuada somente no plano discursivo, pois, na medida em que se considera a produtividade individualizada nas relações de trabalho, o caráter coletivo e socializador do trabalho passa a ser progressivamente suprimido pelos **interesses pessoais**, o que favorece a formação de um tipo de **profissional isolado**, de **identidade fragilizada ou fragmentada** e que busca manter um diferencial em relação aos outros.

Virtualização da autonomia no trabalho devido à série de constrangimentos externos e de financiamento das agências de fomento, que parece revelar manobras subjetivas para **intensificar a produtividade** e mascarar as relações de poder sobre o trabalho docente.

A lógica do produtivismo acadêmico tem gerado uma **intensificação do trabalho**, tanto no local próprio de trabalho, mas também sua transferência para o contexto doméstico, o que parece gerar um forte impacto sobre a **saúde física, psíquica e emocional** dos professores.

As inovações impõem determinados requisitos psicossociais em relação à capacidade de aceitação, acomodação e motivação dos indivíduos em relação às mudanças introduzidas nos processos de trabalho.

Relação que se estabelece entre as reformas educacionais no contexto neoliberal e a intensificação, precarização do trabalho docente.

O eixo regulador das relações de trabalho nos últimos anos é o da lógica das competências.

No universo do trabalho do professor, sobretudo das universidades públicas, há um forte movimento de intensificação, de falta de compreensão sobre os limites necessários que devem ser estabelecidos entre labor e não-labor, especialmente, entre trabalho e família.

A criação da GED (Gratificação de Estímulo à Docência) pela Lei nº 9678/98 introduziu uma avaliação do trabalho docente de caráter produtivista, que relacionava uma série de atividades acadêmicas (que acabam por refletir numa **sobrecarga de trabalho**) a uma dada pontuação e conseqüente gratificação correspondente a receber. Com a GED observou-se uma intensificação do trabalho do professor e um aumento do número de alunos em relação ao número de professores. Em 1998, esta relação que era de 8 alunos por professor, passa em 2004, para 12 alunos por professor.

Com todas as transformações em curso no seu ambiente de trabalho, transfere para o próprio lar grande parte das responsabilidades, incumbências inadiáveis, prazos inexoráveis, avaliações decisivas, enfim, demandas imprescindíveis que alteram sua **saúde**, seu estilo de vida, sua forma de pensar, de intervir ou participar do cotidiano extra-laboral (associações, grupos comunitários, igreja, amigos, trabalhos solidários, qualquer coisa realmente fora dos muros reais e virtuais da escola e da universidade).

O **acúmulo de funções no trabalho** é presente. Não raras vezes, podem-se perceber docentes exercendo funções que mais os caracterizam como gestores de processos e de pessoas, do que propriamente como professores e educadores.

Constitui uma das chaves para a compreensão das transformações atuais das sociedades do trabalho.

Está longe de ser uma ocupação secundária ou periférica em relação a hegemonia do trabalho material.

No caso da docência o aspecto da **imaterialidade do trabalho** presente nestes campos não podem implica-los como trabalho “não-intensificável”.

A qualidade do trabalho docente tem sido notoriamente prejudicada tem em vista a ênfase no processo de quantificação das atividades acadêmicas (número de publicações, de orientações, de coordenação e participação em projetos de pesquisa, número de horas/aula).

O trabalho do professor passa também a sofrer exigências, que, de certa forma, podem caracterizar uma supressão e precarização do seu trabalho (vivo) em função das tecnologias digitais, entre outras (trabalho morto). O professor passa a sentir a necessidade de desenvolver um aparato intelectual e emocional para lidar com as questões que envolvem a docência que acabam por submetê-lo a um tipo de poder virtual favorecendo o desenvolvimento de um processo de individualização das relações interpessoais, da própria prática docente e da construção do conhecimento, o que pode apontar para o reforço dos processos meritocráticos e para a valorização personalizada em detrimento do corporativismo da classe.

Quadro 2 – Aspectos importantes sobre a questão espaço-tempo do trabalho docente e a sua interlocução com a sociedade em rede

Redefinição das funções docente e discente em função da criação de novos ambientes, inclusive virtuais, de aprendizagem; de novas situações interativas e de novas práticas culturais de comunicação em rede;
Redefinição dos modos de acesso aos conhecimentos e de novos ritmos e dimensões do ensinar e do aprender;
Criação de novas formas de representação, ícones, códigos, símbolos, linguagens e apropriação de novos instrumentos (trabalho morto) para a mediação do trabalho que refletem novas relações de ensino-aprendizagem;
Processo educacional mais flexível, gerando a crescente demanda por formação permanente e a individualização do ensino em grande escala, exigindo uma grande flexibilidade do professor;
Possibilidade de desterritorizar a aprendizagem, colocando-a também fora do circuito escolar tradicional, rompendo distâncias e dispensando a proximidade física do professor;
Necessidade de carga horária específica para as atividades de pesquisa do professor e de estudo sobre como desenvolver suas atividades;
Laboralização do espaço-tempo doméstico e familiar;
Flexibilização dos espaços e tempos de aprendizagem. O espaço é dado pela presença do computador e do professor e pode ocorrer em tempos diversos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Fidalgo (2010, p.61-62).

As transformações que o trabalho docente universitário tem enfrentado são grandes e de influências decisivas para a formação do novo perfil de professor que tem visto estabelecer. As fronteiras entre vida doméstica e trabalho embrenham-se e os efeitos tem sido notados, em maior ou menor grau.

No trabalho docente já é bem notável que a ideologia do produtivismo briga com a lógica da qualidade da produção no trabalho dos professores. Ao tentar ajustar-se aos parâmetros estabelecidos pelas agências de regulação do trabalho docente, o quesito qualidade vê-se irremediavelmente confrontado com questões como **tempo, espaço e saúde do professor**, dentre outros.

No espaço do trabalho, surgem a cada dia, novos tipos de contrato, objetivos e subjetivos, que sobrecarregam o professor de compromissos que extrapolam a materialidade do trabalho, mas evocam um laço emocional e psicológico que às vezes, devido às pressões, chega a ser levado mais a sério que os compromissos familiares, a estabilidade matrimonial, a criação dos filhos.

Historicamente, no trabalho do professor a autonomia sobre a própria atividade sempre constituiu fator importante e integrante da sua identidade e da sua profissionalidade.

4 Profissão Docente: aspectos sociológicos e técnico-pedagógicos

Desde a sua constituição moderna enquanto categoria profissional se afirma e se enquadra na lógica do assalariamento, desta mesma profissão coexistem os professores assalariados do Estado e os professores assalariados do setor privado.

Constituiu-se historicamente a partir da intervenção de agentes externos como a Igreja e o próprio Estado.

Nas sociedades de serviço, os ofícios e profissões que têm no ser humano o próprio “objeto de trabalho” têm crescido consideravelmente. Estas profissões definidas como “trabalho interativo”, se caracterizam por relacionar em sua atividade um trabalhador e um

indivíduo que necessite e faça uso dos serviços por ele prestados (escolas, hospitais, prisões, e outros serviços de caráter social), nos quais não se identifica necessariamente a produção de um produto, pois nestes casos “as pessoas não são um meio ou uma finalidade do trabalho, mas a matéria-prima do processo do trabalho interativo e o desafio primeiro das atividades dos trabalhadores”.

A docência assume um papel central na medida em que a sua atividade se volta principalmente para a produção de conhecimento de forma especializada.

Ato de formar, ensinar, preparar, educar, instruir e capacitar outros indivíduos.

A docência é um investimento constante, que envolve de forma importante as esferas intelectual (ensino-aprendizagem, desenvolvimento), psicológica e emocional, pois implica na capacidade de relacionar-se com o conhecimento e com os outros.

Possuem dimensões de extrema importância, mas que são secundarizadas como: a relação tempo-espaço de trabalho, o número de alunos por turma, a relação que mantém com o tipo de ensino que deve ser implementado, as condições e os recursos objetivos disponíveis, a relação com os outros colegas, o investimento temporal e financeiro para o aperfeiçoamento do trabalho, a parcelarização, a supervisão e o controle burocrático (direto e indireto) sobre suas atividades.

O espaço-tempo de seu trabalho parece sofrer uma grave otimização que se manifesta centralmente no espaço doméstico onde os outros membros do convívio íntimo do lar passam a ter que dividir o tempo e o espaço de suas relações e suas trocas com o computador, o fax, o telefone celular.

5 Educação

Ressaltada como importante elemento estratégico para o momento atual de desenvolvimento capitalista.

A nova lógica da **reestruturação mercadológica** é, também, uma lógica de **reestruturação educacional**. A corrida incessante pelo aprimoramento profissional tem permitido que o campo educacional se constitua como um campo fértil para investimentos no setor privado, que enfatiza e oferece suporte para o aumento da procura por formação para o mercado de trabalho, promovendo, assim, um forte desenvolvimento do processo de **mercantilização da educação**.

Deve ser um fator de **transformação dos homens e de sua consciência**, e não deve ser reduzida ao seu espaço de atuação imediata.

Deve preparar para transformar e não apenas para se conformar à ordem estabelecida.

6 Tecnologia

As tecnologias não podem ser culpadas por tudo o que traz de novo sobre o trabalho. E não se pode crer na ótica ufanista e encantada da Tecnologia como redenção, como grande facilitadora apenas do trabalho. Na verdade seus usos e escolhas políticas é que definem suas repercussões.

Trazem demandas e expectativas sobre a atividade docente, constituindo-se num problema teórico importante e de grandes implicações práticas.

O computador, a internet e o celular, são instrumentos materiais importantes para viabilizar a extensão do trabalho do professor em casa.

O emprego das tecnologias para a atividade docente constituem um problema teórico importante e de grandes implicações práticas. As tecnologias digitais, enquanto instrumentos de mediação do processo de trabalho docente podem afetar profundamente a relação entre os sujeitos envolvidos, assim como sua relação com os objetos de conhecimento. O professor e o seu trabalho são fortemente impactados, tanto no que se refere à sua individualidade quanto na relação com os outros.

A utilização de tecnologia não é um processo neutro, há diversos interesses que estão subjacentes tanto na projeção dos resultados que se quer atingir, quanto na forma de obtê-los, e está é uma das vias pelas quais se estabelece o vínculo entre o plano da objetividade e o plano da subjetividade no trabalho dos professores.

As tecnologias promovem práticas que são ao mesmo tempo colaborativas e alienantes. Os professores estão em rede (ligados, antenados, conectados uns aos outros e, sobretudo, ao trabalho) e na rede.

Existe positividade inerente à introdução das tecnologias digitais na vida e no trabalho. A possibilidade de democratização do acesso à informação é, alargada em grandes proporções, e os espaços de manifestações de minorias ou majorias, as mais variadas possíveis, se estendem assustadoramente. O trabalho docente pode se enriquecer grandemente, e a possibilidade de dinamização de suas atividades, dos instrumentos, meios e fontes para elaboração de aulas e outros complementos, inclusive para suas pesquisas, é promissora.

A tecnologia não se estabelece sob uma condição de neutralidade em relação aos interesses sociais e por isso, é importante uma discussão analítica a respeito da prática docente e da formulação de propostas referentes à formação, à capacitação e à defesa dos interesses desses profissionais frente ao processo de inovações tecnológicas.

As tecnologias da informação e da comunicação trazem novas características para a dimensão espaço-temporal do trabalho do professor.

7 Alienação

A alienação do expectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. **A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhes apresenta.** Eis porque o espectador não se sente em casa em nenhum lado, porque o espetáculo está em toda a parte (DEBORD, 1997, p.24) (grifo nosso).

8 Acumulação de capital

A necessidade de acumulação capitalista que se impõe em detrimento das necessidades sociais da população de alcançar uma ocupação profissional e de assegurar suas condições de sobrevivência.

A subordinação do ensino superior ao capital, o que anteriormente era tido como o currículo oculto de muitas universidades, “tornou-se agora uma política aberta e celebrada, tanto por parte das instituições públicas como dos estabelecimentos privados de ensino superior” (GIROUX, 2009, p. 46).

A lógica capitalista produtivista, tira do centro o ser e o atribui ao ter (ou simplesmente ao que aparece – imagem), tal como a qualquer outro indivíduo, colocando o professor no cerne de um movimento cuja imagem é altamente recomendada e cultuada. E neste sentido, deixa a imagem antiga associada ao ensino, em que este aparecia como portador de uma missão, de um sacerdócio (ideal tão criticado), para uma imagem que reflete um novo perfil profissional, preocupado com as formas de exteriorização, ou seja, de tornar pública a sua aparência, lapidada especialmente a cada dia, especialmente no âmbito do trabalho.

9 Identidade

“Para Dubar (1995, p.105) identidade é o “resultado simultaneamente estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições”.

Construída ao longo da relação com o trabalho.

10 Riscos para a categoria docente

A Síndrome do *Burnout* e as discussões mais recentes sobre mal-estar docente, saúde física, mental e emocional da categoria tem apontado para a necessidade premente de levar esses profissionais a compreenderem que estas são questões de risco para a categoria. Estes riscos podem ser identificados não apenas sobre o processo de trabalho docente, mas inclusive sobre o ‘sentido’ ou ‘não-sentido’ que o professor passa a atribuir ao seu labor, na medida em que vai percebendo-se destituído de autonomia sobre o que faz, sobre o que gostaria de fazer, de pesquisar, de desenvolver, de criar no seu processo de produção.

11 Trabalho

As classes trabalhadoras tem no trabalho a categoria que a constitui socialmente.

Trabalho definido como transformação material ou social do meio em que vivemos.

O trabalho é trabalho, seja ele no plano material, social, cognitivo, emocional, objetivo ou subjetivo, material ou imaterial, concreto ou abstrato.

Na atualidade, reafirma-se a centralidade do trabalho na constituição do ser social e na transformação do mesmo e da sociedade como um todo.

Nas últimas décadas do século XX observa-se a sobrevalorização de aspectos como a capacidade de produção, seja ela social, emocional, cognitiva, psicológica, tácita, idiossincrática, ou seja, mais estritamente relacionada ao plano da subjetividade.

Nas sociedades atuais há o surgimento de novos serviços e a remodelação de outros com a revolução tecnológica, como é o caso dos setores que estão mais ligados ao estímulo da inteligência, da afetividade, das representações culturais e da capacidade de relacionamento com outros indivíduos ou grupos. (EX: serviços educacionais, culturais, de saúde, serviços sociais, de comunicação, de finanças...).

Os serviços com base na imaterialidade marcam diferenças significativas em relação ao trabalho industrial pelo fato de demandarem mais intensamente as

capacidades, intelectuais, afetivas, os aprendizados culturais herdados e transmitidos, o cuidado individual e coletivo. A intensidade em tais serviços não é adequadamente avaliada caso se expresse exclusivamente em termos corporais, físicos, materiais. Que é intensidade para um pesquisador, senão for considerado o aspecto imaterial do seu trabalho, o apelo à inteligência? Que é para um professor, caso não seja levada em consideração a capacidade de se relacionar com seus estudantes? (DAL ROSSO, 2008, p.33)

Hoje, considerando um período de tempo relativamente curto, o trabalho é mais intenso, o ritmo e a velocidade são maiores, a cobrança de resultados é mais forte, idem a exigência de polivalência, versatilidade e flexibilidade (CATTANI, 2008, p.9).

O trabalho necessita ser dotado de significado, tal como qualquer outra atividade humana.

12 Precarização do trabalho

A sociologia do trabalho tem demonstrado complexas facetas da precarização do trabalho. Por meio dos novos sistemas de comunicação, especialmente pelo telefone e pela internet, os trabalhadores ficam à disposição de um patrão remoto que os alcança a qualquer hora do dia ou da noite. O trabalho dito flexível traduz-se em jornadas imprevisíveis, alternando tempos ociosos e trabalhos intensos, pois habitualmente, as tarefas encomendadas deverão ser executadas em tempo recorde. O fenômeno do teletrabalho por vezes é apresentado como uma forma não particularmente positiva para o trabalhador, mas como uma modalidade que substituiria práticas convencionais que prevaleceram nos últimos dois séculos (CATTANI, 2008, p.9-10).

13 Intensificação do Trabalho

A intensificação do trabalho traduz-se em maiores desgastes físico, intelectual e emocional. As consequências negativas são comprovadas pela maior incidência de estresse e de acidentes no trabalho, pelo acréscimo das lesões por esforços repetitivos, enfim, pelo adoecimento que afeta o trabalhador, que repercute sobre sua família, com custos para o conjunto da sociedade. (CATTANI, 2008, p.9).

Intensificação se relaciona aos processos de quaisquer tipo ou natureza que necessitam do maior consumo ou gasto das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador visando elevar quantitativamente ou qualitativamente os resultados ou produtos.

13.1 Intensidade

Se refere às condições de trabalho que determinam o nível de envolvimento e de empenho do trabalhador, o seu esforço e consumo de energia pessoal para desenvolver um número maior de tarefas. A intensidade também é o aspecto central de disputas entre capital e

trabalho, ou seja, entre capitalistas que sempre visarão mais engajamento e envolvimento do trabalhador com sua atividade e, destes, que historicamente representam a busca por manter seus ritmos e cargas de trabalho, individuais ou coletivas, estabelecidas.

14 Produtividade

Refere-se ao efeito desencadeado pelas transformações tecnológicas. Categoria destinada para a “obtenção de resultados superiores em qualidade e quantidade, decorrentes de investimentos em tecnologias materiais inovativas e organizativas que não requeiram maior consumo das energias pessoais” (DAL ROSSO, 2009).

15 Reprodução da força de trabalho

É a função pela qual a força de trabalho é repostada, recriada, reconstruída, para compensar o seu desgaste físico e mental na atividade de trabalho. A reprodução da força de trabalho é paga com salário, este deve ser suficiente para cobrir os custos da mesma.

16 Mal-estar

“A dor é algo determinado e que podemos localizar. A doença tem sintomas manifestos. Quando usamos o termo mal-estar sabemos que algo não vai bem, mas não somos capazes de definir o que não funciona e porquê”. Assim, o termo mal-estar aparece ainda como um **importante fator que afeta a vida dos professores**, mas que paira ainda como algo que não se pode exatamente determinar a causa, a origem, ou mesmo precisar suas formas de manifestação. A expressão mal-estar já traz em si, um caráter ambíguo, pois se traduz em algo como desolamento ou incômodo **indefinível** (ZARAGOZA, 1999, p.12).

O mal-estar deriva em grande parte das condições de trabalho degeneradas e das relações de trabalho que sofrem o forte impacto das mudanças nas políticas que orientam as reformas no campo.

17 Psicopatologia do trabalho

É um campo de estudos que enfatiza o aspecto contraditório – de prazer e sofrimento – decorrente das relações de trabalho e as estratégias de resistência elaboradas pelos trabalhadores, no nível tanto individual, quanto coletivo. A abordagem da psicopatologia do trabalho buscou estabelecer uma ruptura com a concepção taylorista de organização do trabalho. Esta se mostra insensível à existência, entre as atividades de concepção e execução, de anomalias de funcionamento das relações de trabalho. Essas anomalias se manifestariam em doenças mentais e em somatizações. Problemas como fadiga, uso de bebidas alcoólicas pelos trabalhadores em relação a certas situações de trabalho, podem se configurar como estratégias defensivas, muitas vezes de caráter coletivo (CAMPOS, 2005, p.269).

18 Sofrimento

O sofrimento começa quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada; quando o trabalhador usou o máximo de suas faculdades intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem, e de adaptação. Quando um trabalhador usou de tudo o que dispunha de saber e de poder na organização este fator seja evidentemente importante do trabalho e quando ele não pode mais mudar de tarefa: isto é, quando foram esgotados os meios de defesa contra exigência física. Não são tanto as exigências mentais ou psíquicas do trabalho que fazem surgir o sofrimento (se bem que este fator seja evidentemente importante quanto à impossibilidade de toda evolução em direção ao seu alívio). **A certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento** (DEJOURS, 1992, p.52).

19 Tempo e espaço

Tempo e espaço são categorias importantes e associadas e devem ser consideradas em conjunto para compreender como se desenrolam as relações sociais. As relações sociais se estabelecem a partir de uma dada relação entre tempo e espaço.

Tempo é, em primeiro lugar, um marco de referência que serve aos membros de um certo grupo e em última instância, a toda humanidade, para instituir ritos reconhecíveis dentro de uma série contínua de transformações do respectivo grupo de referência ou também, de comparar uma certa fase de um fluxo de acontecimentos. (ELIAS 1989, p.84).

Cada sociedade constrói uma relação com o tempo, o que refletirá na sua forma de se relacionar com o Trabalho, e assim, organizando um determinado tipo de estrutura cultural e social, uma visão específica de Homem.

20 Condições de Trabalho e Afastamento do Trabalho

Toda a pressão sob a qual o professor se vê submetido influencia seu estilo de vida, sua saúde e estabilidade física, mental e emocional. Assim, crescem o número de afastamentos por motivos de saúde nos quadros da universidade, e esta não é uma especificidade somente da docência pública, mas encontra-se também instaurada em âmbito privado.

As condições de trabalho constituem importante fator para caracterizar o perfil de profissional que se pretende formar. O contexto e as circunstâncias em que os professores desenvolvem suas capacidades físicas, intelectuais e emocionais para garantirem a produtividade docente, podem levar a uma demanda excessiva do funcionamento fisiológico e psicológico destes profissionais. Dessa forma, se não há tempo voltado para o descanso e para a recuperação das energias dispensadas com o trabalho (reprodução da força de trabalho) começam a ser identificados uma série de transtornos clínicos que poderão levar ao afastamento médico. Estes inicialmente podem ser somente de ordem fisiológica, mas podendo levar até a comprometimentos de ordem mental e comportamental.

Tem sido cada vez mais frequente o uso de medicamentos controlados pelos professores, o encaminhamentos para tratamentos psicoterápicos, sem falar no aumento de todo tipo de doença, especialmente de fundo nervoso que prejudicam a estabilidade destes profissionais e deixam marcas, que podem significar longos tratamentos de saúde e lesões que podem restar pela vida inteira.

No caso específico de visitar o médico, parece haver uma resistência natural ao que o doutor possa dizer quanto a saúde, já que entende que certas recomendações podem acabar por “atrapalhar” a relação com o trabalho, como é o caso do afastamento por incapacidade de trabalho, ou uma simples licença médica. Muitos professores vivem quase que totalmente reclusos à vida da universidade, resistindo a qualquer tipo de afastamento, que seria para eles, interpretado pelo pares como o mesmo que assumir-se “incapaz” para o trabalho.

“Para o homem a doença corresponde sempre à ideologia da vergonha de parar de trabalhar” (DEJOURS, 1992, p.33).

Homem ou mulher, todo estado anormal do corpo traz infalivelmente de volta a questão do trabalho ou do emprego. Vê-se que o trabalho atravessa profundamente a vivência da doença: doença-avesso-do-trabalho, a tal ponto que a falta de trabalho torna-se, em si, um sinônimo de doença: ‘Quando alguém diz para um cara que ele está muito velho para trabalhar ou que ele não é mais capaz de continuar, é como se ele estivesse doente’ (DEJOURS, 1992, p.33).

O autor apresenta expressões utilizadas pelos entrevistados e a definições destas, no curso do desenvolvimento do trabalho. Abaixo os verbetes identificados durante a leitura da obra.

Quadro3 - Verbetes citados pelos entrevistados

Produtividade	<i>Burnout</i>
Produtivismo	Mediocrização
Competição	Classificação
Doença	Punição
Stress/estresse	Pressão
Assédio moral	Publicação
Sobrecarga	Tempo Médio de Titulação (TMT)
Intensificação	Cansaço
Angustia	Redução de tempo
Barateamento	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Fidalgo (2010).

A autora no desenvolvimento do trabalho cita trechos das entrevistas e relaciona a fala dos entrevistados com o assunto em questão:

Há vários relatos de entrevistados que reforçam que a questão do excesso por produtividade ou produtivismo acadêmico está bem calcada no desenvolvimento das atividades do professor no trabalho.

Os elevados padrões de produtividade têm relação íntima com o estresse que os professores estão submetidos no trabalho, principalmente porque os níveis de avaliação vão sendo elevados.

Alterações no estado de saúde dos professores tem ocorrido com crescente frequência. Várias patologias passam a ser desenvolvidas em decorrência direta das atividades laborais ou desencadeadas de forma secundária por estas.

Um fator que parece ser agravante e causador de grande estresse para os professores é a relação de competitividade exacerbada que se estabelece, na qual os próprios colegas tornam-se fiscais entre si, gerando um sentimento de dessolidarização que fica evidente nas consultas aos *Lattes* alheios, nas reuniões de deliberações sobre os pedidos de outros colegas nos departamentos ou nos colegiados das instituições.

A tentativa da separação, do divórcio do excesso de intimidade com o trabalho que causa constrangimentos e a necessidade de afastamento.

A questão da intensificação, da sobrecarga de trabalho se dá através de um processo de auto-responsabilização do professor. Este passa a se enxergar como o lado ‘errado’ na relação trabalhador X trabalho.

O aumento da privatização dos serviços educacionais é um aspecto que tem refletido fortemente nas formas de atuação dos professores no exercício de suas atividades, confrontando-os cada vez mais ao esfacelamento da autonomia e à condições de precariedade no ser e fazer docente na universidade pública que implicam na formação de novas identidades profissionais – isoladas, pouco solidárias e solitárias.

A síndrome de *Burnout* tem acometido o trabalho e a vida de muitos professores.

Não é raro encontrar entre o relato dos professores a reclamação sobre percalços na vida pessoal que foram – direta ou indiretamente – causados ou agravados por situações relacionadas ao contexto de trabalho.

A publicação parece ser o elemento que mais tem pesado nos moldes produtivistas do trabalho docente. Não basta publicar, tem que publicar em revistas/periódicos que sejam bem avaliados nos conceitos do Qualis/CAPES.

Os critérios e medidas do mundo das corporações já estão sendo transferidos e implementados de forma mecânica, não só na universidade, (especialmente em seus programas de pós-graduação), mas, pior que isso, dentro das casas, no âmbito privado.

Há vários relatos que demonstram a fragilização da estrutura familiar e até mesmo o esfacelamento desta, em muitos casos, em decorrência da dinâmica que o labor docente tem assumido nas últimas décadas. Separações; divórcios; cobrança dos familiares por tempo e dedicação para a família; descompasso na vida sexual por falta de tempo, interesse e contexto apropriado, a invasão das coisas que remetem ao trabalho são comuns nos relatos dos professores entrevistados.

A flexibilização das atividades de trabalho, no contexto docente, acaba por assumir um status prejudicial, pois muitas das tarefas inerentes à sua rotina passam a ser transferidas/flexibilizadas para o espaço doméstico, e isto ocorre como acréscimo ao trabalho que ele já desenvolve, é um trabalho não remunerado, porque é o trabalho que ele leva para casa quando já não tem compromissos e que tem que marcar presença na universidade.

A prática de levar coisas para fazer em casa, muitas vezes se deve ao fato da falta de estrutura na universidade para o professor complementar o trabalho.

O professor é o sustentáculo da universidade, e ele é acometido por uma situação de trabalho que o condiciona a desempenhar sua função de maneira frustrante e que cerceia o seu principal meio de influir e de transformar a realidade, que o exercício da intelectualidade, a produção do conhecimento. Como fazer isto sem tempo para pensar, sem refletir? Privar o docente desta necessidade e deste fundamento do seu labor é condenar o indivíduo, a profissão e a instituição Universidade a degradação.

Para ser competente, para ser reconhecido, para ter um bom CV *Lattes* e ser apontado como referência na área, muitos professores aderem bem eficazmente à lógica, tornam-se

rivais dos pares e acabam por condenar ao outro, que não se enquadrou neste parâmetro, como **improdutivo**.

Fica claro na leitura dos relatos a angústia e a persistência dos entrevistados em terem que conviverem com a necessidade de manterem o trabalho, **um** determinado tipo de trabalho, que eles vêm percebendo que tem sido cada vez mais imposição de uma estrutura que altera e danifica outra estrutura que compõe sua vida social e que é de suma importância para a manutenção do bem-estar físico, psíquico, e sobretudo, emocional, que é a família, o espaço reservado, particular do lar.

O trabalho na pós-graduação é um trabalho intrinsecamente mais complexo, amplo e mais calcado no campo da pesquisa e da extensão, portanto mais sobrecarregado que a natureza do trabalho da graduação que se concentra mais no ensino.

É atribuída a importância ao fato de que o professor-pesquisador, além de se apresentar em eventos nacionais e internacionais, principalmente obtenha e mantenha bolsa de pesquisa, como a bolsa de produtividade do CNPq, para conferir visibilidade ao programa de pós-graduação ao qual esteja inserido, já que isto repercutirá nas possibilidades de financiamento e investimento para a instituição.

Na graduação, as formas de controle do professor sobre o próprio trabalho são mais visíveis e mais administráveis, enquanto que na pós-graduação, o controle de outrem sobre o trabalho docente é vastamente identificado, e tem percorrido formas mais severas e coercitivas, nas quais a competitividade se estabelece sob os perímetros cada vez mais reduzidos da manifestação humanizada na atividade do trabalho.

O **estresse emocional** ao qual o professor é constantemente submetido também afronta sua conduta moral e ética dentro da instituição, na medida em que este muitas vezes se vê constrangido a tomar decisões, a assumir posturas que para maioria, a priori, não seriam tomadas se as condições objetivas do trabalho, a infra-estrutura, os recursos financeiros e, sobretudo, as resoluções burocráticas não emperrassem o andamento de qualquer processo.

O **medo do fracasso** também é um dos sintomas que aparecem na fala angustiada dos professores de Pós-Graduação, pois estes compreendem a relação que se estabelece entre sucesso ou fracasso na orientação e a forma como estes confrontam a imagem, o *status*, o nome, enfim, o reconhecimento profissional do professor-orientador.

A **desistência**, seja ela por um motivo ou por outro, é um dos grandes **causadores de estresse**.

Os professores têm se sentido constantemente pressionado por vários aspectos, no cotidiano do trabalho e da vida alheia a este. Este ‘estado’ de vida tumultuado tem levado ao adoecimento, em muitos casos, precoce da força de trabalho docente, sobretudo do professor pesquisador, pois as demandas e exigências sobre estes são maiores e mais inexoráveis.

Há uma desresponsabilização da esfera do trabalho, da questão da intensidade do engajamento demandado para o seu desenvolvimento.

Tem-se então o produtivismo acadêmico como uma lógica, uma ideologia de base utilitarista e economicista que está amplamente instalada e alicerçada nas universidades federais e que servem tanto aos interesses do Estado, como aos interesses mercadológicos que têm sido até o momento representados pelas agências de fomento CNPq e de fomento e avaliação – CAPES.

A tecnologia desempenha um papel importante no processo de trabalho docente, papel que se caracteriza como duplo e contraditório. Por um lado, porque ao mesmo tempo em que aparece como um recurso facilitador e agilizador do trabalho – o que poderia significar mais tempo livre para o professor desfrutar em outras atividades que não as associadas ao labor – por outro lado, demonstra que esta mesma utilização dinamizada do tempo que a tecnologia proporciona, acaba por fazer com que o ímpeto de produtividade seja constantemente

abastecido pela ilusão da “sobra de tempo”, que na verdade, nada mais é que a **maximização do trabalho**, numa quantidade de tempo menor.

A evolução tecnológica e o processo de modernização que trouxeram benefícios para o trabalho e para a vida em geral, também revelaram um aspecto viciante que permeia o uso do computador, da internet como auxiliares no trabalho.

A tecnologia exerce uma importante função política, na medida em que sua inserção e seu uso contemplam uma determinada forma de estruturar o trabalho docente. É certo que ela poderia ser **instrumento** e não **agente** em função do qual o trabalho deve se desenvolver. Os ritmos e o tempo do trabalho, assim como o espaço de exercício deste ficaram muito restritos ao domínio do computador e à navegação pela internet. Eles têm substituído formas mais humanizadas de relacionamento.

Quanto maior o detalhamento das atividades, mais trabalho incorporado, ou seja, maior a intensificação.

O produtivismo se instalou nas diversas áreas do conhecimento, mesmo considerando que os níveis de competitividade internos às áreas sejam bastante díspares.

Os discursos demonstram o estresse emocional ao qual as agências reguladoras submetem os professores pesquisadores.

Na lógica de produção, a ciência passa a figurar como produção de mercadoria, isto é, como trabalho imaterial e produtivo.

Alguns entrevistados associam produtividade ou produtivismo com positividade no exercício do trabalho.

A **competitividade** promovida pelo modelo CAPES de avaliação, acabam por acentuar o individualismo e promover um certo tipo de trabalho que, pode se travestir de autonomia, mas que na verdade se revela isolado e solitário.

O isolamento, a falta de convivência e de interlocução com o outro, a ausência de espaços coletivos e de atividades socializadoras livres são aspectos que tornam o professor um ser solitário, que por vezes, levam alguns a fazerem uso de remédios e de terapias para suprirem a necessidade de humanização nas suas relações de trabalho e, mesmo em nível fisiológico, para darem conta de suportar a compressão. Esta **compressão é forte fator de adoecimento**, pois força as pessoas a ultrapassarem os próprios limites, e no caso em questão, isto se dá através do trabalho. Em alguns casos, ele se sente tão incapaz de vislumbrar mudanças que já não consegue resistir, tem a sensação de estar sozinho.

A insatisfação quanto à remuneração que recebem pelo seu trabalho é antiga para boa parte dos professores, e esta insatisfação se torna cada vez maior quando colocada na balança em comparação às demandas que vão sendo acrescidas e que não implicam reconhecimento financeiro, o que estimula os professores a assumirem outras atividades, como consultorias.

Em muitos casos, os professores resistem a aceitar a hipótese ou o fato da doença, sobretudo se esta advém do trabalho, pois este é sua fonte de sobrevivência, e em alguns casos a dependência é tanta que chega a ser comparada a uma **paixão ou droga**.

A **doença** representa símbolo da improdutividade, da incapacidade e da incompetência.

A **doença** pode exercer a possibilidade de **libertação da intensificação** e do aprisionamento do trabalho, pois, pela possibilidade real de enfrentamento com uma situação adversa e severa diferente do trabalho, o indivíduo pode encontrar, ironicamente, na doença o grande fator que irá freá-lo, oferecendo, quem sabe, a oportunidade de refletir e fazer novas escolhas acerca das formas de sobrevivência.

O mesmo horizonte que aparece como libertador pode solapar o sentido do trabalho. Ou seja, a possibilidade de libertação pode se configurar como uma saída/afastamento do trabalho. Porém, quando o afastamento é temporário, para tratar de uma doença ou parecido, ao retornar o professor pode se vir novamente confrontado com o mesmo contexto e as

mesmas causas que o fizeram adoecer física, psíquica ou emocionalmente. Ao mesmo tempo, **sair** pode significar mais vida **fora** do trabalho, tempo para outras atividades importantes para o bem-estar docente, porém para muitos professores, ficar sem o trabalho pode significar uma perda “total” de sentido, já que muitos se vêm somente no trabalho, ou seja, só encontram sentido nele.

O fato da não-desistência do professor de certas exigências exacerbadas que comprometem, a longo prazo, a sua individualidade, ou o “apego” produtivista que se pode notar em muitos colegas pode também estar relacionados a causas que extrapolam fatores com o *status* social e profissional, a remuneração, o reconhecimento. Daí a necessidade de se definir estratégias de defesa para que os profissionais docentes possam delimitar seus tempos e espaços como forma de resistência e de sobrevivência saudável.

Quadro 4 - Meios utilizados para melhor relacionamento com a impositividade do trabalho e outras esferas importantes da vida diária

Pequeno grupo que dá prioridade por almoçar juntos, e quando possível, reservam um encontro de fim-de-semana no qual é proibido falar de trabalho.
Não abrir mão de atividades culturais como cinema e música.
Não levar mais trabalho para casa na tentativa de proteger este ambiente para o convívio com a esposa e os filhos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Fidalgo (2010, p.140).

Os sindicatos também podem representar uma forma de defesa e de resistência dos professores ao processo de trabalho ao qual vêm sendo submetidos, embora já mais precariamente, pois a vida coletiva encontra-se fragilizada, em função do forte individualismo desenvolvido face às práticas competitivas adotadas no âmbito do trabalho.

Muitos professores têm pensado em deixar a Pós-Graduação e se dedicarem somente às atividades da graduação, na tentativa de ‘fugirem’ da taylorização dos trabalhos científicos decorrentes da imposição da lógica produtivista orientados pelas agências de gestão da produção científica.

Os professores sentem seu tempo tão ocupado com as questões relativas ao labor que não resta tempo, nem espaço para outras atividades que estejam associadas ao descanso, lazer, recuperação das suas forças cognitivas, emocionais e o reforço de outros laços sociais, em ambientes diferenciados e ‘livres’ da interferência das questões que lhe ocupam durante toda a semana.

O descanso, o não-trabalho, o ‘fazer-nada’, o tempo do ócio, do não-negócio, enfim, do tempo para se desfrutar com lazer e outras escolhas prazerosas é questão importante e constitui um dos elementos centrais para pensar sobre o prejuízo da saúde, dos relacionamentos e contribui para as críticas que se vão estabelecendo com relação à produtividade docente: a reciclagem do que é produzido, a falta de criatividade, de publicação e divulgação em instâncias diferenciadas de trabalhos que tragam realmente alguma novidade.

No trabalho docente, o tempo disponível do professor restringiu-se ao tempo de produção. Os professores têm cedido os espaços privilegiados para a expressão coletiva, para a comunicação, para o contato com o outro e têm se isolado na produção solitária, privilegiando a esfera individual. Tal expressão, parece demonstrar, ao mesmo tempo, alienação em relação à importância do outro na produção do conhecimento, mas também um certo sofrimento em reconhecer a falta, ou melhor: a substituição deste pelo componente isolado da produtividade, em detrimento da comunicação e de outros processos de socialização com outrem.

Identifica-se uma naturalização da compressão dos tempos e do ritmo do trabalho.

A **categoria tempo** aparece mais claramente no discurso dos professores como sendo um dos instrumentos de sofrimento da sua relação penosa com o trabalho.

Muitas vezes estes profissionais só se dão conta da **sobrecarga de trabalho** quando a **saúde demonstra complicações**, pois os pequenos avisos do corpo e da mente já andam passando despercebidos há muito tempo devido à dinâmica incorporada pela estrutura organizacional docente.

Dentro da profissão docente há uma separação da vivência privada, da exposição pública da vivência profissional. Gera-se um conflito que leva a um **sofrimento profissional**, mas que tende a ser **silenciado** e aparece escondido sob o novo individualismo. Este silenciamento vai sendo subjetivamente dissimulado através de um processo de atribuição de responsabilidades que pretende ‘proteger’ cada um dos professores do risco proeminente de ser classificado como incompetente. “todos se defendem da mesma maneira: pela negação do sofrimento dos outros e pelo silenciamento do seu próprio sofrimento.”

A docência passa a estar voltada forçosamente e quase restritamente para a publicação de textos, e não se trata aqui da profissão de jornalista, trata-se do professor universitário, que assim vê sua **profissão aos poucos descaracterizada, visto que já não é um pesquisador, nem um ‘ensinador’: ele é um publicador.**

A **tecnologia** exerce um papel notável no processo de **espetacularização** não só do trabalho do professor e de outros trabalhadores, mas atinge amplamente a toda sociedade, pois reúne uma série de elementos, instrumentos e recursos que facilitam em muito a vida, mas também trazem consequências especialmente com relação ao dinamismo que introduzem na vida daqueles que dela fazem uso mais contínuo.

As entrevistas também apresentam **elementos de positividade do trabalho docente**. São estes elementos que mobilizam os professores a continuarem com sua luta diária no trabalho, mesmo que deste decorram muitas consequências que podem ser prejudiciais para suas relações familiares, para sua saúde, para sua estabilidade psíquica e emocional e para sua auto-estima.

Quadro 5 - Elementos de positividade do trabalho docente

As tecnologias aumentam a dinâmica do trabalho e no trabalho através do favorecimento da interação entre os professores e entre os alunos.
Aumento nos recursos para infra-estrutura e ampliação de laboratórios de pesquisa.
Aumento do número de projetos aprovados e financiados e melhoria no funcionamento de fundos setoriais.
Status de permanência na Pós-Graduação.
Reconhecimento profissional pelo trabalho na Pós-Graduação.
Autonomia no trabalho.
Realização pessoal e prazer em trabalhar na Pós-Graduação.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Fidalgo (2010, p. 165-167).

Um professor apresenta a possibilidade do exercício dinâmico da sua atividade de trabalho, possibilitando a interação não apenas com os colegas como também com os alunos e orientandos de Pós-Graduação. O trabalho lhe confere não apenas angústias, mas também prazeres relacionados ao reconhecimento profissional e ao sentimento que nutre de que ainda pode encontrar na IFES ao qual está inserido uma relativa autonomia que já não está presente em outras atividades e em outras instituições.

Abaixo conforme quadro tem a demonstração do lado obscuro e melancólico do trabalho docente, baseado nas entrevistas. Estes aspectos são influenciados em certa medida

por uma dada burocratização do tempo, onde se identifica sempre mais e mais coisas por fazer.

Quadro 6 - Sintomas que configuram fatores negativos sobre o trabalho docente

Sobrecarga de trabalho;
Doenças (doenças musculares e cardíacas, stress, hipertensão, hipoglicemia, depressão, gastrite, insônia, labirintite, diabetes, câncer, AVC, dentre outras);
Divórcio, separação e ausência da unidade familiar;
Invasão do espaço doméstico pelas contingências do trabalho;
Competitividade;
Falta de lazer e descanso;
Frustração;
Angústia e instabilidade emocional;
Individualismo e isolamento;
Solidão.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Fidalgo (2010, p.169).

Quadro 7 - Consequências oriundas dos recursos oferecidos para pesquisa

Grande sobrecarga de trabalho para os professores orientadores na Pós-Graduação;
A concentração de recursos financeiros em poucos grupos de pesquisa ou laboratórios;
A diminuição da diversidade temática nas pesquisas que são desenvolvidas em âmbito nacional;
A priorização de temáticas de pesquisa que possam fornecer resultados em curto prazo;
E como nem todos querem ou conseguem atender às demandas das agências de financiamento e avaliação, muitos professores com capacidade de produzir ficam “de fora” da Pós-Graduação, por não atingirem o índice produtivo desejado.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Fidalgo (2010, p.172).

Os professores universitários são impulsionados a atenderem aos padrões de produtividade vigentes sem que as condições objetivas estejam colocadas, levando-os a colocarem seu bem-estar, sua saúde em jogo para conseguirem atender aos reclamos da gestão do trabalho. A lógica de competências é o ideário presente nas políticas para o ensino superior público, especialmente para a Pós-Graduação.

O produtivismo acadêmico é uma expressão perfeita do ideário das competências. Ser competente, ou não, pode ser comprovado através de avaliações, classificações, e da produção de números, aspectos que remetem para o plano da individualização.

Há uma virtualização da autonomia no trabalho devido à série de constrangimentos externos e de financiamento das agências de fomento, que parece revelar manobras subjetivas para intensificar a produtividade e mascarar as relações de poder sobre o trabalho docente.

A lógica do produtivismo acadêmico tem gerado uma intensificação do trabalho, tanto no local próprio de trabalho, mas também sua transferência para o contexto doméstico, o que parece gerar um forte impacto sobre a saúde física, psíquica e emocional dos professores.

A docência precisa de tempo e espaço para realmente produzir algo de valor e que gere mudança dentro da universidade, que não deve ter seu papel restrito a mais um setor do mercado e a mais um espetáculo. O professor precisa de liberdade para pensar sem ter que ficar reciclando o velho para atender aos ditames da mercantilização da intelectualidade do seu trabalho. Precisa combater o novo vício produtivista para que este não represente o

término da sua trajetória histórica como construtor e transmissor de conhecimento e, pior que isto, condicione as novas gerações a uma formação e a uma herança cujo mérito repetitivo pouco tenha a acrescentar para as novas gerações.

As dimensões intelectual e emocional do trabalhador têm sido utilizadas como meio de explorar e intensificar, de forma bem-sucedida, o envolvimento do trabalhador com o seu trabalho.

Os desgastes aumentam na medida em que também aumenta o número de atividades de trabalho que saem do campo da materialidade para a imaterialidade, e este último traz consequências importantes e distintas sobre a saúde e a estabilidade emocional do trabalhador.

Existe um grande paradoxo na docência:

<p>Uma identidade na qual convivem, em relação ao trabalho, a paixão, o prazer, a realização, o status e o reconhecimento profissional, a autonomia, a alegria do convívio com os pares, a produção do conhecimento, o lado gratificante da formação de outras pessoas, as possibilidades de investigar o inexplorado, de questionar dogmas, a satisfação do pertencimento profissional, o dinamismo e a criatividade que dá ao trabalho movimento, as grandes possibilidades de descobertas.</p>	<p>Sobrecarga, frustração, apatia, tristeza, cansaço, depressão, stress, doenças diversas, competitividade, resistência, desistência, abandono, afastamento, pressão, angustia, cobranças, falta de tempo 'livre', desclassificação, instabilidade emocional, isolamento, individualismo, solidão, desestrutura familiar, falta de privacidade, desprazer, tolerância aos 'ímpares', vergonha do não-cumprimento das metas, dependência, droga. a loucura do trabalho.</p>
---	--

Fonte: Elaborado pela autora com base em Fidalgo (2010, p.186-187).

Viver e produzir, este deve ser o sentido do trabalho. Conciliar o fato (vida) com a necessidade (produzir) para viver, e não apenas sobreviver. E aqui, a relação com o outro é essencial, a relação entre vida e produção é coletiva, não se vive só e nem se produz sozinho tudo o que é preciso para viver. Portanto, é mister pensar se a docência, ao ser pressionada por tantos lados, não está tomando uma rota inversa que a cerceia cada vez mais de assumir novas ações que reconfigurem o desenvolvimento do seu trabalho ao seu favor. É necessário haver um resgate da dignidade profissional docente e da sua importância social, pois se esta não é valorizada nas relações entre os pares e com a sua instituição, no âmbito individual e no coletivo, vai se solidificando um desgaste em torno do ideal da profissão do seu exercício que fragilizam a relação com o trabalho, desfazendo o construto de segurança que todo profissional precisa estabelecer com sua profissão e levando a frustração profissional (CORREIA E MATOS, 2008).